



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII N° 164, TERÇA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 163^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 30 DE OUTUBRO DE 2017

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a celebrar o aniversário de 500 anos da Reforma Protestante, nos termos dos Requerimentos nºs 628 e 803/2017, dos Senadores José Medeiros, Paulo Bauer e outros.	7
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	7
1.2.2 – Execução das canções Castelo Forte, Harpa Cristã e Deus dos Antigos pelo Coral do Colégio Presbiteriano Mackenzie	7
1.2.3 – Fala da Presidência (Senador José Medeiros)	7
1.2.4 – Oradores	

Sr. Dalcido Gaulke, Pastor Sinodal da Igreja Luterana	9
Senadora Ana Amélia	13
Sr. Juarez Marcondes Filho, Secretário-Executivo do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil	16
Sr. José Inácio Ramos, Presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie	19
1.3 – ENCERRAMENTO	21

2 – ATA DA 164^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2017

2.1 – ABERTURA	23
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	23
2.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Balanço sobre os trabalhos realizados pelos parlamentares na CPI da Previdência.	23



Senador Acir Gurgacz – Breve histórico acerca dos oito anos de mandato de S. Ex ^a no Senado Federal.	27
Senador Hélio José – Considerações sobre o relatório proferido por S.Ex ^a na CPI da Previdência.	32
Senador Reguffe – Críticas ao Projeto de Lei da Câmara nº 28/2017, que regulamenta o transporte remunerado privado individual de passageiros.	39
Senadora Ana Amélia – Considerações acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 28/2017, que será votado pela Casa na próxima terça-feira, 31 de outubro; e outros assuntos.	40
Senador Paulo Rocha – Alerta a respeito do aumento da violência no Brasil, retratado por meio de pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; e outro assunto.	44
Senador José Medeiros – Reflexão sobre o impacto positivo da educação na segurança pública e na economia do país; e outro assunto.	46
Senador Wellington Fagundes – Destaque para o ofício encaminhado por S. Ex ^a ao Presidente da República solicitando a regulamentação da Lei nº 13.465/2017, que trata da regularização fundiária no Brasil; e outros assuntos.	51
Senador Antonio Carlos Valadares – Alerta para a atual situação econômica e social do estado de Sergipe; e outro assunto.	57
Senador Alvaro Dias – Reflexão a respeito da atual crise política e social que atinge o Brasil; e outro assunto.	61
2.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes, apreciação de vetos e projetos de lei.	63
2.3 – ENCERRAMENTO	63

PARTE II

3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 164^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 36/2017 (nº 73/2017, na origem), que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.	66
--	----

3.1.2 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Ex ^a , nos termos do art. 203 do Regimento Interno. ..	84
--	----

3.1.3 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento à publicação do texto final dos Projetos de Lei do Senado nºs 138/2009, 280/2013, 56/2014 e 709/2015.	86
---	----

3.1.4 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 194/2017 (nº 687/2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal de Goiás para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Trindade, Estado de Goiás.	94
---	----



Projeto de Decreto Legislativo nº 195/2017 (nº 706/2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belém, Estado do Pará.	96
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 194 e 195/2017.	98
3.1.5 – Projeto de Lei do Senado	
Nº 417/2017, do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 13.463, de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, para estabelecer que a instituição financeira informará previamente aos tribunais e juízes de execução o cancelamento do precatório ou RPV, a fim de que o titular do direito creditório possa se manifestar.	100
3.1.6 – Requerimento	
Nº 925/2017, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Fontelles Filho.	107
3.1.7 – Término de prazo	
Término do prazo, em 26 do corrente, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 584/2007, 334/2013 e 227/2017.	112

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	113
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	116
6 – LIDERANÇAS	117
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	121
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	130
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	135
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	183



Ata da 163^a Sessão, Especial,
em 30 de outubro de 2017

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência do Sr. José Medeiros.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 7 minutos e encerra-se às 12 horas e 22 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Sessão especial do Senado Federal destinada a celebrar o aniversário de 500 anos da Reforma Protestante. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a celebrar o aniversário de 500 anos da Reforma Protestante, nos termos dos Requerimentos nºs 628 e 803, de 2017, dos Senadores José Medeiros, Paulo Bauer e outros.

Convido para compor a Mesa o Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Sr. Armando Maurmann; o Secretário Executivo do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, Reverendo Juarez Marcondes Filho; o Presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie, Sr. José Inácio Ramos; o Pastor Sinodal da Igreja Luterana, Sr. Dalcido Gaulke. Ainda estão presentes conosco o Presidente do Sínodo de Brasília, Reverendo Wulmar Lopes Vaz, e o Coral da Igreja Presbiteriana de Brasília. Cumprimentamos as demais senhoras e senhores convidados.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanhamos o Hino Nacional e, logo em seguida, a apresentação das músicas Castelo Forte – Harpa Cristã e Deus dos Antigos, hino presbiteriano, executado pelo Coral do Colégio Presbiteriano Mackenzie.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Agora, a apresentação das músicas Castelo Forte – Harpa Cristã e Deus dos Antigos, hino presbiteriano, executado pelo Coral do Colégio Presbiteriano Mackenzie.

(Procede-se à execução musical.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Registro a presença do Embaixador da República da Eslovênia, Sr. Alain Brian Bergant; registro também a presença do Presidente do Sínodo de Brasília, Rev. Wilmar Lopes Vaz e do Presidente da Comissão Nacional Presbiteriana de Educação (Conape), Sr. Geomário Moreira Carneiro.

Quero só fazer uma correção: eu falei que o coral era do Mackenzie; na verdade, o coral é da Igreja Presbiteriana de Brasília.

O Senador Cristovam Buarque, desde que foi marcada esta audiência, queria muito estar presente, mas infelizmente está em uma missão, pelo Senado Federal, no exterior. Mas ele deixou um texto, que passo a ler agora. O título do texto é "Ética, Inteligência e Coragem".

Cada um de nós deveria fazer, de vez em quando, um exercício de identificação das pessoas que foram determinantes em nossa vida: pais, mestres, irmãos, namoradas, amigos, autores, artistas. Pessoas que mudaram o mundo ou mudaram a nossa própria maneira de ser e de pensar. Raramente, quem mudou o rumo da história é determinante também no dia a dia da vida de cada um de nós. Mas alguns conseguem isso; Martinho Lutero é um exemplo desses raros seres humanos.

Na religiosidade, não sou formado como luterano, nem mesmo como evangélico, minha formação foi em colégio católico, mas sou observador do mundo e, como tal, desde muito jovem, sou admirador de Martinho Lutero. Fui influenciado por ele, como praticamente todos no mundo ocidental, mesmo sem saber.



Primeiro, pelo exemplo de sua ética ao recusar uma Igreja acumuladora de riquezas materiais, seja para a instituição, seja para o enriquecimento pessoal do sacerdote, pastor, rabino, irmã. Para Lutero, a religião é para promover a fé, a espiritualidade, não para o materialismo do recebimento de óbolos para a venda de perdão, redução de tempo no purgatório, conquista de benefícios na Terra e proteção para chegar aos céus. A ética luterana era uma novidade radical na Europa Católica do século XVI, quando religião e dinheiro conviviam de mãos dadas.

Segundo, por ele ter transformado a sua ética em um pensamento, representado nas 95 teses que pregou na porta da Igreja do castelo de Wittenberg, Alemanha, em 1517. Séculos depois, um filósofo disse que a religião, quando submetida à riqueza material, transforma-se em uma gaiola de Deus. Dificilmente esse filósofo teria tal pensamento sem a base ética e o pensamento racional de Martinho Lutero.

Terceiro, Lutero foi um dos homens mais corajosos da história ao defender sua ética e seu pensamento, enfrentando o poder absoluto do Papa em Roma e de todos os seus cardeais e bispos espalhados pelo mundo dominando os próprios reis e príncipes. Ao se opor às doutrinas prevalecentes, em defesa de sua crença e da interpretação pura do Evangelho, enfrentou os riscos de condenação eterna ao inferno. Naqueles idos de 1500, enfrentar a ira do Papa e de seus cardeais exigia uma coragem não apenas física, mas também espiritual. No mundo de hoje, é difícil imaginar a dimensão do valor pessoal de Lutero ao assumir o risco de defender a Reforma Protestante, nos tempos da força política e espiritual absoluta do Papa e da Igreja Católica.

Os evangélicos de hoje, 500 anos depois, nascidos sob a égide do pensamento cristão evangélico, não imaginam que naquela época toda interpretação contrária ao que dizia o Vaticano era considerada demoníaca. Lutero teve uma coragem raramente vista, mesmo entre soldados que se arriscam a perder a vida nas guerras; ele aceitou correr o risco da condenação eterna, na defesa da reforma que lhe parecia correta para salvar o cristianismo dos desvios que o catolicismo romano representava.

Em quarto lugar, Lutero foi um genial divulgador de suas ideias e organizador de seus novos seguidores, usando o maravilhoso sistema tipográfico, com uso de tipos móveis em metal, recém-criado por seu conterrâneo Gutemberg. Em poucos anos, desde o seu pequeno povoado, Eisleben, na Alemanha, ele foi capaz de espalhar sua visão espiritual por todo o mundo.

Isso não seria possível se não tivesse traduzido a Bíblia do latim para o alemão, levando o livro sagrado para o povo. Entendendo que não adianta o livro sem alfabetização, transformou-se no maior alfabetizador do mundo, em seu tempo, e uma inspiração até hoje para aqueles que consideram o analfabetismo uma escravidão e uma tortura. É preciso admirar o Lutero que deselitizou a missão do pastor, aproximando-o da vida do povo, fazendo os fiéis serem capazes de ler e interpretar o Livro.

Por tudo isso, eu gostaria de estar presente nessa solenidade de homenagem a esse grande homem, mas estou impedido por causa de uma viagem marcada há muito tempo. Não quis, entretanto, perder a oportunidade de enviar esta mensagem àqueles que estão presentes, para homenagear um dos maiores personagens da história.

Este foi o texto deixado pelo Senador Cristovam Buarque, que é uma das grandes figuras do Senado Federal brasileiro.



Ainda temos outros textos aqui, mas vamos passar às nossas falas e ao final...

Neste momento, passo a palavra ao Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Sr. Armando Maurmann, que gentilmente concede a palavra ao Pastor Dalcido Gaulke, que é Pastor Sinodal da Igreja Luterana.

Se o senhor quiser, pode falar da tribuna ou daqui também.

O SR. DALCIDO GAULKE – Ex^{mos} Senadores, Senador José Medeiros e Senador Paulo Bauer, proponentes desta Sessão Solene, juntamente com todos os Senadores que assim também aprovaram este momento tão importante para todos nós que aqui estamos e todos aqueles e aquelas que nos ouvem e que também, certamente, vivem essa comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante.

Antes de falar a todos vocês, devo dizer que sou o Pastor Sinodal Dalcido Gaulke, com sede aqui em Brasília e que o Sr. Armando Maurmann é Presidente do Sínodo Brasil Central e também representa, assim, todos os que não são ministros, ministras, pastores, pastoras na Igreja e que nos ouvem neste momento.

O Pastor Presidente da IECLB, Pastor Dr. Nestor Paulo Friedrich, não pode estar aqui hoje, mas deixa um grande abraço a todos que aqui estão e especialmente também à Igreja denominação irmã, a Igreja Presbiteriana do Brasil, ao coral que aqui também se apresentou, da comunidade, e a todos e todas que também compõem a Mesa neste momento.

Quem de nós não gosta de comemorar? Comemorar é recordar e festejar em conjunto. Comemoramos um aniversário, casamento, formatura, enfim, comemoramos muitos momentos da história. Também aí, a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) comemora com todas as comunidades, com os membros da Igreja e também com todas as denominações irmãs que descendem da Reforma e de todo o movimento da Reforma – não só a Reforma Luterana, mas de todos aqueles que participaram ativamente, todos e todas, pois foi um movimento de homens e de mulheres.

Agora, uma comemoração, um jubileu dos 500 anos, precisa ser muito bem compreendida, senão esse grande presente pode, quem sabe, ficar apenas com um embrulho. Nós queremos ir para a essência do que foi o movimento da Reforma. E o grande presente que estava dentro desse embrulho é o próprio Evangelho do Nosso Senhor Jesus Cristo; o Evangelho que, até ali, não era acessível para o povo, não era acessível para as pessoas que tinham sede da palavra de Deus. Então, para nós não é tanto lembrar nem de Lutero, nem de Calvino, nem de João Huss, nem de Wyclif, nem de tantas mulheres, Catarina e assim por diante, mas lembrar que o Evangelho é que foi de novo colocado como central para a vida de fé de todos os cristãos e cristãs.

Fica o legado para nós de que somente pela fé, que vem também pelo ouvir do Evangelho, nós podemos ter salvação. A fé é dádiva de Deus, é presente de Deus, e, por isso, também quando Lutero descobriu em Romanos, Capítulo 1:17 – um dos textos, entre tantos outros –, que o justo viverá pela fé, que nós somos justificados pela fé, aí veio a grande transformação. Até ali se pensava que, para chegar ao céu, deveríamos galgar degraus escada acima com muita penitência, com muito esforço, com méritos próprios, enfim, com sacrifícios, quando não desembolsando somas que muitas vezes o povo não tinha, para chegarmos mais perto de Deus.

Mas a grande transformação é que essa escada é ao contrário. É Deus que veio a nós e vem a nós por Sua graça. É a graça de Deus, é o presente de Deus que transforma a vida, e este é o grande legado: somente através de Cristo, somente através do próprio filho de Deus.



Por isso poderíamos, quem sabe, cantar em alto e bom tom, "Eu venho a vós dos altos céus para vocês". É o Verbo encarnado, que transforma e modifica a história de grande parte da humanidade, principalmente ocidental. Então, é por Cristo, somente pelo Seu sangue, somente pela pregação deste Evangelho e somente pela Escritura, a Escritura acessível para todos e todas.

Ouvimos há pouco, na leitura também do texto enviado pelo Senador Cristovam, que os grandes legados são estes, a Palavra de Deus e a alfabetização, para que homens e mulheres pudessem ler a Sagrada Escritura. E é somente pela leitura, pelo estudo profundo da Sagrada Escritura, que é possível crer, que é possível viver a fé, que é possível ser comunidade cristã.

Poderíamos continuar também falando sobre a importância da tradução da Escritura. Lembro especialmente que, em 1521, 1522, quando Martinho Lutero estava também recluso no castelo de Wartburg, lá ele traduziu para a língua alemã, para o vernáculo do povo, o Novo Testamento. E depois tantos outros partiram, para que a Palavra ficasse acessível para todos.

E também a grande mudança de que não é mais só o sacerdote, não são mais os que estudaram, que fizeram Teologia, que foram ordenados, mas sim todos e todas são sacerdotes e sacerdotisas e são incumbidos para levar adiante esse tesouro, que é o Evangelho.

E, para concluir, certamente os princípios éticos que Lutero e todos os reformadores e reformadoras trouxeram se baseiam na Sagrada Escritura e exigem de nós, de fato, contrição profunda; e exigem de nós firmeza, para que nós nos esforcemos para fazer tudo que está ao nosso alcance, como se dependesse tudo de nós. Mas ao mesmo tempo dizer: "Tudo depende de Deus, da Sua graça e do Seu amor."

Por isso, a graça não é barata, mas ela faz com que nós, de fato, nos empenhemos mais e mais, para o exercício da cidadania também e o exercício de uma vivência cristã para a transformação.

Com isso, concluo.

Agradeço especialmente ao Senador José Medeiros e ao Senador Paulo Bauer – que também é luterano e que não pôde estar conosco, pois se recupera, visto que tem problemas de saúde. Pronto restabelecimento a ele.

E a nossa gratidão a todos que aqui estão, a todos que nos ouvem, e especialmente a todos que também celebram, no sentido de levar adiante uma proposta de uma fé firme, uma fé baseada no amor e na vida plena para todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Obrigado pelas palavras, Pastor Dalcido. (*Palmas.*)

Registramos a presença da Senadora Ana Amélia, que será a próxima a usar da palavra.

Houve um período na história do protestantismo em que a influência do Renascimento e do Iluminismo resultou na volta da razão como elemento fundamental para a definição, compreensão e vivência da verdade.

O Renascimento sugeria um novo posicionamento do homem diante de si mesmo e do mundo. Nesse período acontece a retomada das ideias clássicas. Agora há criações artísticas, literárias e científicas. O homem estuda a natureza e quer imitá-la. Surgem os teatros e o retrato do cotidiano. Tudo isso leva o homem a pensar mais e refletir mais sobre a cultura, teatro, etc. Também temos o Iluminismo, que foi um movimento político, cultural e filosófico.

No Iluminismo, temos os autores que defendiam a lógica e o raciocínio como base no conhecimento da natureza, do progresso e da compreensão entre os homens – Voltaire, Rousseau,



Diderot... Para os tais, o conhecimento e a educação eram ideais para a melhoria da sociedade. Daí esse período histórico ter ficado conhecido como Século das Luzes.

Esses movimentos influenciaram o protestantismo, de sorte que houve a libertação da ignorância, do medo que havia na época, e houve uma abertura para a fé racional, que foi trabalhada pelo entendimento das Escrituras Sagradas.

Na Alemanha aparece o grande pensador e estudioso das Escrituras Martinho Lutero. Ele nasceu em Eisleben, na Saxônia – o meu alemão está um pouco enferrujado –, em 1483 d.C. John Foxe relata que, numa idade já madura, foi enviado para a universidade, primeiro a Magdeburgo e depois a Erfurt.

Na Universidade de Erfurt, havia um ancião do convento dos agostinianos com quem Lutero, que também era um frade agostiniano, conversava sobre vários assuntos, especialmente sobre a remissão dos pecados. O padre ancião revelou a Lutero esse artigo de fé, explicando que o mandamento expresso de Deus é que todos os homens devem acreditar, sobretudo, que seus pecados são perdoados em Cristo. E acrescentava que essa interpretação era confirmada por São Bernardo: "Este é o testemunho que o Espírito Santo dá ao teu coração dizendo: Teus pecados estão perdoados. Esta é, na verdade, a opinião do apóstolo: o homem é graciosamente justificado pela fé."

Com essas palavras no coração, Lutero continuou seus estudos e foi se aprofundando nas Escrituras Sagradas.

Nessa mesma época, um certo Staupitius, homem famoso que prestara sua ajuda para promover a construção de uma universidade em Wittenberg, após considerar o espírito e a aptidão de Lutero, o chamou de Erfurt para colocá-lo em sua universidade. O convite aconteceu no ano de 1508. Isso aconteceu quando Lutero tinha 26 anos de idade.

Ele traz a Bíblia para o povo, e, com a descoberta da imprensa – Gutemberg –, o alemão teve acesso às Escrituras Sagradas.

Lutero seguiu as indicações de Staupitz e se dedicou completamente ao estudo da Bíblia. Ele começou, ensinando acerca dos Salmos, em 1513. E, em 1517, também ensinou as epístolas de Romanos e Gálatas.

Lutero teve um rompimento com a igreja romana e passou a ter um entendimento de Deus e do relacionamento de Deus com a humanidade.

Os estudos dos Salmos lhe deram os primeiros vislumbres da esperança de que uma resposta poderia ser encontrada sobre o pecado e a justiça – também sobre a graça divina.

Exatamente como os exegetas de seu tempo, ele interpretou os Salmos cristologicamente. Neles, Cristo falou e Se fez manifesto.

Lutero, ao aprender mais sobre as Escrituras, ficou indignado com os sermões blasfemos de sua época e, decidido a preservar com ardor a verdadeira religião, publicou certas proposições referentes às indulgências e afixou-as no templo contíguo ao Castelo de Wittenberg, na manhã seguinte à da Festa de Todos os Santos, em 31 de outubro de 1517 – portanto, há 500 anos.

Tudo demonstrava o quanto sua vida correspondia às suas convicções. Claro estava que suas palavras não eram palavras vazias, mas provinham do fundo da sua alma. Sua santidade de vida muito seduzia os corações dos seus ouvintes.

Durante todo esse tempo Lutero nada alterou nas cerimônias religiosas e observavameticulosamente as regras, como os seus confrades.



Não tratava de questões dúbias. A todos ensinava apenas uma doutrina como sendo a mais importante, expondo e esclarecendo a questão do arrependimento, da remissão dos pecados, da fé, do verdadeiro conforto a ser buscado na cruz de Cristo. Todos se beneficiavam do bom sabor dessa doce doutrina, e os eruditos sentiam grande prazer ao contemplar Jesus Cristo, os profetas e os apóstolos, deixando as trevas e surgindo em plena luz.

Com essa Reforma Protestante, Lutero usou demais as Escrituras e realmente provocou uma revolução na vida de muitas pessoas, sendo um instrumento precioso nas mãos de Deus.

Sabemos que Martinho Lutero foi levado a julgamento por causa das novas verdades que estava ensinando. E, ao ser questionado acerca dos livros escritos pelas autoridades, através do Presidente da Casa, chamado John Eckius, ele respondeu com moderação e humildade, mas com disposição corajosa e firmeza cristã. Ele disse:

Considerando que Sua Soberana Majestade e Vossas Reverências exigem uma resposta clara, digo e professo, com toda a resolução possível, sem dubiedade ou sofisticação, que, se eu não for convencido por testemunhos das Escrituras (pois não creio em nenhum Papa, nem em seus Concílios Gerais, que muitas vezes erraram e se contradisseram), minha consciência está tão amarrada e presa a essas Escrituras e à Palavra de Deus, que eu não quero nem posso revogar coisa alguma, considerando que não é nem piedoso nem legítimo agir de qualquer forma contra a minha consciência. Esta é a minha posição definitiva. Nada mais tenho a dizer. Deus tenha compaixão de mim!

Os príncipes consultaram-se entre si sobre essa resposta de Lutero. Depois de examiná-la com cuidado, o Presidente insistiu, dizendo: "Sua Majestade exige que o senhor responda simplesmente sim ou não, dizendo se pretende defender toda a sua obra como sendo cristã ou não."

Então, Lutero, virando-se para o Imperador e os nobres, implorou que não o compelissem ou forçassem a agir contra a sua consciência, confirmada pelas Santas Escrituras, sem que seus adversários apresentassem argumentos claros, no sentido oposto. Ele disse algo absolutamente profundo sobre a Bíblia Sagrada: "Estou amarrado pelas Escrituras."

Vemos, na vida de Lutero, que as Escrituras fizeram efeito profundo. E hoje colhemos muito da vida e obra de Lutero, através da seriedade da Bíblia.

Por outro lado, em Genebra, aparece João Calvino, que traz uma compreensão e interpretação preciosas sobre as Escrituras. Ele escreve o comentário da Bíblia toda, com exceção de Apocalipse. E escreve um Tratado da Religião Cristã.

Então, a espiritualidade no fim da Idade Média é racional e envolvida com o conhecimento das Escrituras. Neste período, a ênfase não era na música, nem na liturgia e, sim, na Palavra.

Calvino teve a responsabilidade de dar à Teologia Reformada sua forma característica. Embora o curso exterior dos primeiros anos de Calvino sejam afirmados com certo grau de precisão, os dados acerca do seu desenvolvimento intelectual e religioso são muito raros. Calvino entrou em contato com o Humanismo desde muito cedo, pois na sua juventude ele foi amigo do médico do rei, William Cop, que, por sua vez, estava em contato próximo com Erasmo. É significativo, entretanto, que, quando dois de seus professores de Direito, Pierre de l'Estoile e Andréa Alciati, se tornaram envolvidos em uma amarga controvérsia, Calvino tomou o lado de l'Estoile, o conservador, contra o humanista Alciati.

Calvino começou em Genebra sua carreira como um líder da Reforma.



Foi nessa condição, despertado por novos problemas e questões, que ele continuou a desenvolver as *Institutas*, até que a obra alcançou a sua forma final em 1559.

É possível seguir o desenvolvimento da teologia de Calvino e as questões que foram levantadas por várias controvérsias, simplesmente seguindo o crescimento das *Institutas*, tanto na estrutura quanto no tamanho e no conteúdo, enquanto a obra passava por edições sucessivas.

Calvino difundiu o pensamento reformado olhando sempre para as Escrituras. E ensina, através do Livro I das *Institutas*, que

o verdadeiro conhecimento de nós mesmos, onde nós descobrimos nossa própria miséria e insuficiência, também nos faz compreender que nós precisamos buscar o conhecimento de Deus. Mas, desde que em nossa condição presente nós somos muito propensos para nos autoenganarmos, alegando que somos o que não somos, e obscurecendo nossas enfermidades, o lugar apropriado para a verdadeira sabedoria começar é com o conhecimento de Deus.

Calvino se torna um grande teólogo e um estudioso profundo das Escrituras, provocando uma mudança profunda na sua época quanto à visão das Escrituras Sagradas na vida das pessoas.

O fato é que o protestantismo trouxe para nós uma espiritualidade, de certa forma, alicerçada na razão. Para esse tipo de momento, conhecer a Deus significava conhecer racionalmente a revelação bíblica sobre Deus. Claro que, naquele tempo, o mais importante era isso mesmo. O importante era libertar o povo da ignorância do ensinamento da Igreja na época. E com isso, trazer o homem para a verdade.

E a verdade é que, hoje, precisamos dar uma boa dose de injeção no conhecimento da Palavra de Deus. Precisamos de conhecimento das Escrituras, como foi na vida de Lutero e Calvino. Eles influenciaram a Igreja e a sociedade com os ensinamentos das Sagradas Escrituras.

Mesmo com todos os defeitos da igreja, temos a Palavra como centro de tudo. Temos a Palavra de Deus como a regra de fé e prática. Ela traz direção para todos os processos da vida, seja na moral, na ética ou na espiritualidade. Ela é a nossa fonte de vida para a jornada diária, como diz o texto de Romanos, capítulo 10, versículo 8: "A palavra está junto de ti, na tua boca e no teu coração; esta é a palavra da fé que pregamos."

Isso aqui foi um texto do Maurício Melo de Meneses, Presidente dos Gideões Internacionais e membro da Igreja Presbiteriana do Brasil.

E com a palavra, agora, a Senadora pelo Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia Lemos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador José Medeiros, em seu nome e de todos os Senadores que ajudaram a requerer esta sessão de homenagem aos 500 anos de aniversário da Reforma Protestante em nosso País e no mundo, eu queria saudar também o Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Armando Maurmann; o Secretário Executivo do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, Rev. Juarez Marcondes Filho; o Presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie, Sr. José Inácio Ramos; e o Pastor Sinodal da Igreja Luterana Sr. Dalcido Gaulke.

Caros amigos e amigas, eu queria dizer, Senador Medeiros, que várias razões me trazem a esta tribuna para participar e homenagear esta celebração absolutamente oportuna e justa nestes momentos de grande tensão, de grande incompreensão, de grande intolerância, em nosso País, em várias camadas da sociedade brasileira, mas também um motivo especial: o maior número de



protestantes do Brasil está no Rio Grande do Sul, um Estado, considerando proporcionalmente, que teve, na imigração alemã, uma influência extraordinária dos luteranos, dos alemães, que deram uma grande contribuição à cultura do nosso Estado.

Lendo a revista que foi editada celebrando os 500 anos da reforma, eu me deparei com um texto aqui – e talvez nem todos puderam ter oportunidade de ler – resumindo o que disse ao Rev. Obedes Ferreira da Cunha Jr.:

Desejamos que uma nova geração se levante como guardiã dessa Doutrina, que tanto impacto causou no mundo do Séc. XVI em diante, pois vivemos em uma era tecnológica onde a comunicação é rápida, os sentimentos descartáveis e o conhecimento superficial. Precisamos, por isso, de homens e mulheres como naquele tempo, com a profundidade e a espiritualidade dos reformadores, dos homens e mulheres de Deus bíblicos e visionários de então.

Nos comprometemos com nossa vocação missionária, de envidar esforços e por todos os meios bíblicamente legítimos anunciar um Evangelho puro, com Cristo, com Cruz, com arrependimento, com regeneração, com frutos coerentes, para fazer o nome do Senhor exaltado em todo o mundo, por sua tão grande e graciosa salvação.

Esperamos pelo derramar do Espírito Santo de Deus, para que o vento renovador de sua graça sobre sobre nós e nossas famílias trazendo mais amor, comunhão, ética, moralidade e salvação, acima de tudo.

Penso que essa oração, praticamente, é um voto de fé e de crença desses valores. Talvez pela ausência de valores de espiritualidade, de religiosidade, de confiança que o Ser Supremo norteia a nossa vida, norteia os nossos passos, por não acreditarmos nisso, nós vamos ver esse grau de intolerância e de violência que hoje vemos pelas estatísticas no País. É a falta de Deus no coração das pessoas, é a falta de Deus na mente das pessoas. É a falta da compreensão de que temos que nos respeitar, uns aos outros, na família, na escola, no trabalho, mas especialmente aqui, numa casa política em que nós Senadores, caro amigo Senador José Medeiros, representamos o anseio da sociedade de uma mudança para melhor, nunca involuindo, nunca retrocedendo nesses valores espirituais. E é exatamente esta a minha crença e a minha convicção: de que o que está faltando hoje é isso.

E, precisamente, Lutero foi um visionário porque, há 500 anos, cinco séculos, ele tinha como meta, como prioridade a educação e o ensino. Considerado o pai da educação pública, defendia, há 500 anos, que, a partir da educação, vem a mudança da sociedade e, assim, dizia para o governo investir mais; criticava o fato de se gastar mais com armamentos do que com escolas; lutou também pelos direitos sociais, para que todos tivessem respeito à vida, à vida em primeiro lugar!

O Pr. Nestor Paulo Friedrich afirma ainda que a Reforma Luterana deu força à busca pela igualdade: "A briga de Lutero [disse ele] era para que meninos e meninas tivessem acesso a escola, um desafio semelhante aos que temos ainda hoje em uma sociedade notadamente patriarcal: de lutarmos pelos mesmos direitos para homens e mulheres."

No nosso Brasil, aonde chegou no século XIX com os imigrantes alemães, o luteranismo marca presença principalmente nas Regiões Sul e Sudeste. Ficam no Rio Grande do Sul, onde se estima que estão mais da metade das pessoas – mais da metade das pessoas! – que se identificam como devotas dos ensinamentos de Lutero no País, as sedes nacionais das duas instituições



luteranas brasileiras: a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

O Rio Grande do Sul é o Estado que abriga o maior número de luteranos no Brasil. Segundo dados da própria igreja, são 630 mil pessoas devotas aos ensinamentos de Lutero no nosso Estado, mais da metade do total brasileiro, estimado em 1,2 milhão de seguidores. Essa distribuição é consequência direta da grande imigração de alemães em território gaúcho, muitos trazendo consigo as ideias que guiaram a Reforma. Em todo o mundo, são cerca de 70 milhões de pessoas que denominam a si mesmas como cristãos luteranos, com forte presença nos Estados Unidos e também na Europa ocidental.

E o Senado começa também essa celebração – com essa iniciativa do Senador José Medeiros e de outros Senadores – dos 500 anos da Reforma Protestante nesta sessão especial. O aniversário da Reforma é comemorado no dia 31 de outubro. O pedido de realização foi, como disse, uma iniciativa muito oportuna do Senador José Medeiros.

E só para lembrar as celebrações que nós estamos tendo no Rio Grande do Sul, ontem, lá em Santa Rosa, lá na região noroeste do Rio Grande do Sul, uma cerimônia reuniu 2 mil pessoas para essa celebração. Isso é apenas a ideia e a dimensão da relevância que tem a participação da Confissão Luterana no nosso Estado do Rio Grande do Sul. Houve várias comemorações.

Desde 2011, um grupo de trabalho se reuniu para organizar as comemorações da Reforma Protestante no Rio Grande do Sul. Em outubro, mês que está marcando os 500 anos da Reforma, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Igreja Luterana do Brasil intensificaram as atividades, buscando lembrar e relembrar a história de Martinho Lutero, que nasceu em 1483 e morreu em 1546, e atualizar as suas ideias para as necessidades dessa sociedade moderna que anda tão depressa. E, por andar muito depressa, a comunicação, como disseram os líderes da igreja, está perdendo esses valores, e nós não podemos perder de vista isso.

Algumas atividades que ocorreram no Rio Grande do Sul...

No dia 24, em Porto Alegre, houve a apresentação da Orquestra da Ulbra, com 45 músicos.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Também, no último dia 28, em Porto Alegre, o Auditório Araújo Vianna foi palco do evento Raízes e Legado dos 500 anos da Reforma Luterana. O espetáculo contou a história de Lutero e da Reforma com o uso de recursos da dança e da música. O evento cultural foi apresentado pelo ator e historiador Werner Schünemann, que é luterano.

Também foram realizadas sessões solenes na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

No dia 31, em Porto Alegre, às 20h30, quando se completarão os 500 anos da Reforma, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) fará um concerto no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No programa, a Sinfonia nº 2 de Mendelssohn, conhecida como – meu alemão é muito... É difícil de pronunciar. Como seu, não é, Senador? Mas eu vou tentar: Canto de Louvor em português e *Lobgesang* em alemão.

Eu queria dizer também que, de 6 a 9 de novembro, em Porto Alegre, haverá vários debates reunindo a nossa Academia, a Universidade Federal, a PUC/RS, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento), a Fundação Alexander von Humboldt e várias outras instituições.



Como eu lembrei, vários Municípios... Em Restinga Seca, foi realizado um encontro sinodal no dia 29; em Vera Cruz, houve um grande culto distrital no dia 22. E, como disse, em Santa Rosa, no final de semana mais de 2 mil pessoas participaram do culto para celebrar os 500 anos.

Por isso, a Senadora gaúcha vem aqui não só para compartilhar com o Senador José Medeiros essas reflexões, mas também para dizer que esse visionário, Martinho Lutero, já pensava, há 500 anos, naquilo de que hoje nós estamos às vezes nos esquecendo: a prioridade é a educação. Onde há educação, não há corrupção; onde há educação, há o conceito e a consciência dos direitos, mas também dos deveres.

E é isto que um pregador como ele, um visionário como ele, que fundou a Igreja Luterana, mostra claramente: os caminhos da retidão, da honestidade, da responsabilidade na casa, na família, na relação com todas as pessoas. E é esse legado maior que nós devemos em homenagem a esse homem que se preocupou com uma sociedade mais justa. E nós devemos retribuir o praticando.

Muito obrigada.

Parabéns, Senador José Medeiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A Igreja Presbiteriana fez um material: Reforma 500 anos. É um material muito bem elaborado. Eu queria parabenizar a comissão organizadora: Rev. Obedes (Coordenador), Adelaide Ramos, Drys Dantas, Gustavo Rocha, Isaac Marra, Pb. José Inácio Ramos e Pb. Josimar dos Santos Rosa. Há toda uma equipe aqui. Acho que há quase 100 pessoas aqui. Não dá para ler todos. É um material muito bem feito. Parabéns à Igreja Presbiteriana nacional!

Lembrando que, no último dia 28, houve no Rio de Janeiro, na Arena Carioca, a celebração dos 500 anos da Reforma. Eu creio que havia ali mais de 15 mil pessoas, 18 mil pessoas, muita gente, uma celebração extraordinária. A igreja está de parabéns por essa extraordinária comemoração.

Eu quero passar a palavra ao Secretário Executivo do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, Rev. Juarez Marcondes Filho.

O SR. JUAREZ MARCONDES FILHO – Ex^{mo} Senador José Medeiros, Presidente da presente sessão e proponente da mesma, Senadora Ana Amélia Lemos, cujo pronunciamento aqui muito nos encantou pela brilhante exposição do seu pensamento, que está *pari passu* com aquilo que estamos celebrando nesta ocasião, Rev. Dalcido, Pastor Sinodal da região Brasil Central da Igreja de Confissão Luterana no Brasil, Sr. Armando, Presidente dessa mesma instituição, Pb. José Inácio Ramos, Presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie, senhoras e senhores, é uma alegria muito grande estar nesta Casa de leis, celebrando uma efeméride tão importante e tão marcante: os 500 anos da Reforma Protestante.

É notável lembrar que protestante advém, na verdade, de uma intenção jocosa. Aliás, os epítetos geralmente surgem dessas realidades. Querem impingir algum tipo de conceito pejorativo e, ao fim, ao cabo, nos elogiam, porque, quando essa expressão foi usada a primeira vez, foi no sentido de tratar quem estava tendo esse tipo de atitude como de somenos importância, mal estava sendo instaurado ali um nome que muito nos honra, porque ser protestante é atestar a favor de alguma coisa. Aliás, muitas pessoas hoje, quando dizem que vão fazer um protesto, no fundo, são contestantes, são do contra pura e simplesmente.



O protestantismo nasce com o objetivo de atestar a favor, a favor da verdade, a favor da palavra de Deus, a favor da graça de Deus, a favor de que os homens se respeitem uns aos outros, debaixo da soberania de Deus.

Nós não estamos nesta data apenas relembrando um momento histórico, personagens já aqui citados com muita propriedade, tais como Marinho Lutero, João Calvino – e poderíamos distender para Philipp Melanchthon ou John Knox –, pessoas que fizeram parte de um momento único na história. Nós estamos aqui lembrando que foi, na verdade, a necessidade de voltar-se às sagradas escrituras que determinou tudo o que teve lugar desde então.

Martinho Lutero foi tocado profundamente, no seu estudo das escrituras sagradas, particularmente no seu estudo da Epístola aos Romanos, para o fato de que o perdão é dádiva divina. E, se não o for, não será perdão de verdade. E, contrariando o pensamento da Igreja à época, que havia se desviado da verdade, Martinho Lutero, pela sua consciência, não arredou o pé de apresentar a verdade das escrituras.

Isso lhe custou muito caro, é verdade. Isso lhe custou a excomunhão. Isso lhe custou estar, inclusive, em degredo, o que, aliás, foi muito benéfico para todos, porque foi nesse período em que ele, sequestrado estava, pôde produzir a tradução do Novo Testamento para o vernáculo alemão, o que trouxe, inclusive, unidade à língua alemã e beneficiou a gramática alemã desde então.

A Bíblia, de fato, a partir de então, passou a ser de uso comum das pessoas. E aquilo que já era alguma coisa acontecendo nos países de língua inglesa ganhou força entre os que falavam alemão e pelo mundo afora. Somos herdeiros dessa benção maravilhosa.

Por isso, nós somos favoráveis – e, por isso, protestantes – a que a palavra de Deus ganhe o seu devido relevo. Nós estamos em uma Casa de leis, aqui acolhidos pelos Senadores que abrem as portas deste seu plenário para recepcionar o povo de Deus, em uma homenagem muito especial.

E é preciso lembrar o Salmo 19, que, na primeira parte diz:

Os céus proclamam a glória de Deus, o firmamento anuncia as obras das suas mãos.

Um dia discursa a outro dia[...]

Não há linguagem entre eles. No entanto, por toda a terra, se faz ouvir a sua voz.

É a palavra de Deus na natureza. Quando observamos o mundo em redor, só chegamos a uma conclusão: há um Deus que criou todas as coisas e as sustenta com a força do seu poder.

Mas, na sua segunda parte, o Salmo diz:

A lei do Senhor é perfeita e restaura a alma [...]

O mandamento do Senhor é puro e alumia os olhos; o temor do Senhor é fiel e dá sabedoria ao simples.

[...]

São mais desejáveis do que o ouro depurado; são mais doces do que o mel e o destilar dos favos.

Esta é uma Casa de leis, e uma Casa de leis que, quando abre a Constituição Federativa do Brasil, depara-se ali que aqui estão reunidos os Parlamentares em nome de Deus. As nações que estão estribadas na palavra de Deus estão asseguradas da sua graça, da sua benção, do seu amor. Quando fazemos um panorama das nações no mundo que se deixam dirigir pelos ensinos das sagradas escrituras, vemos ali progresso, educação, verdade, justiça, respeito.



E estamos passando, Senador José Medeiros, por um momento muito delicado na história mundial, quando as nações estão cada uma *de per si*, tentando abandonar este caminho, tentando afirmar que não é possível dar esse destaque à Bíblia em detrimento de outros livros religiosos, porque não seria democrático. Se há um livro democrático é a Bíblia, que é o livro para o povo, é o livro que abraça todos, é o livro que apresenta o amor de Deus de maneira incondicional.

E, por isso, é preciso que esta Casa de leis, revisora das nossas leis, juntamente com a Casa vizinha neste projeto legislativo do País, não se deixe levar por estes ventos hodiernos, que querem nos afastar da palavra de Deus.

O movimento ateísta no mundo vem crescendo fortemente, e diria, sem sombra de dúvida, de maneira praticamente ridícula, porque, quando alguma pretensa autoridade científica, algum pretenso estudioso de Filologia ou coisa do gênero aparece no meio midiático, na imprensa, para afirmar que a Bíblia é um livro que alguém foi lá, tomou a pena e escreveu...

É incrível que alguém consiga pensar isso nos nossos dias. É não conhecer a história de um Martinho Lutero, de um João Calvino, dos que os antecederam e dos que os seguiram na pesquisa, no trato com o texto sagrado, na exegese perfeita, na percepção do todo que as escrituras apresentam. É que não se dão ao debate. Não se dão ao trabalho...

(Soa a campainha.)

O SR. JUAREZ MARCONDES FILHO – ... de estar juntos para poder ser convencidos da verdade: as escrituras são a palavra de Deus, nela nós encontramos a verdade do amor de Deus em Cristo Jesus, o cerne do evangelho. E foi isso que os reformadores, há 500 anos, erigiram como bandeira.

Martinho Lutero não teve a pretensão de inaugurar uma franquia religiosa; o que ele pretendia era que a igreja voltasse às suas origens. E todos os reformadores se esforçaram nisso.

E, na verdade, nós não estamos, portanto, comemorando 500 anos de igreja. Nós estamos comemorando a igreja que é povo de Deus desde o Antigo Testamento, a igreja que é povo de Deus nos discípulos de Jesus Cristo, a igreja que é povo de Deus nos pais...

(Interrupção do som.)

O SR. JUAREZ MARCONDES FILHO – Que esta comemoração, no século XXI, do alto dos seus 500 anos, possa fazer-nos ratificar o nosso compromisso de sempre estarmos embasados na Lei do Senhor, que é perfeita; na sua palavra, que transmite o Evangelho de Jesus Cristo aos corações.

A nossa gratidão ao Senado Federal e, particularmente, a minha gratidão ao Senador José Medeiros, que esteve presente conosco em um evento excepcional, com uma multidão de gente que emocionou os nossos corações. Ao longo desses meses todos, temos participado de eventos como os que a Senadora Ana Amélia aqui apresentou para nós, mostrando que o Brasil está em perfeita consonância com os objetivos que esse movimento reformado trouxe à tona.

Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado pelas palavras, Reverendo Juarez Marcondes.

Lembro mais uma vez que está presente e prestigia esta audiência o Embaixador da República da Eslovênia, Sr. Alain Brian Bergant; o Presidente do Sínodo de Brasília, Reverendo Wulmar Lopes Vaz e o Presidente da Comissão Nacional Presbiteriana de Educação (Conape), Sr.



Geomário Moreira Carneiro. E, mais uma vez, homenageamos aqui o coral da Igreja Presbiteriana de Brasília.

Passamos agora a palavra ao Presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie, Sr. José Inácio Ramos.

O SR. JOSÉ INÁCIO RAMOS (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Ex^{mo} Sr. Senador José Medeiros, digno proponente – com o Senador Paulo Bauer e outros Senadores – desta nobre sessão, histórica para a comunidade reformada no Brasil e, em especial, para a Igreja Presbiteriana do Brasil, uma das entidades que compõe as igrejas reformadas.

Ex^{ma} Senadora Ana Amélia, meus cumprimentos pelas suas belas palavras – acompanho há tempos a sua atuação no Senado Federal, representando com galhardia o povo do Rio Grande do Sul –, pelo belo texto que a senhora utilizou durante a sua fala, da lavra do meu querido pastor, Reverendo Obedes Ferreira da Cunha Junior, trazendo a lume, nesta sessão de destaque, pontos importantes da Reforma, que nos são caros.

Cumprimento a digna Mesa aqui presente, já nominada em outros momentos; os queridos Reverendo Dalcido Gaulke; o Dr. Armando Maurmann, representante da Comunidade de Confissão Luterana; o querido Reverendo Juarez Marcondes Filho, Secretário-Executivo da Igreja Presbiteriana do Brasil; também, neste ato, Senador José Medeiros, o nosso digno Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, o Reverendo Roberto Brasileiro Silva.

Mas o que tem o Mackenzie a ver com este momento de reforma?

E já agradecemos, Senador José Medeiros, a inclusão do Mackenzie para compor, junto com a Igreja Presbiteriana e a Comunidade de Confissão Luterana, esta sessão histórica. Queremos dizer a nossa alegria em nos depararmos logo cedo com o texto do Senador Cristovam Buarque, aqui do Distrito Federal, minha terra, lido pelo digno Presidente desta sessão, Senador José Medeiros.

O Senador Cristovam Buarque, homem voltado à educação desde as suas lides políticas de há muito, em Brasília; reitor da Universidade de Brasília, sempre batalhando, aqui no Senado Federal, em prol da educação.

Ele comenta *en passant*, na sua belíssima fala, aquilo que eu gostaria de destacar pelo Mackenzie, Instituto Presbiteriano Mackenzie, quando ele diz, Senador, que Lutero, com a sua ação, trabalhou contra o analfabetismo, dando condições de estudo, de aprendizado da língua, ao traduzir para a língua alemã a Bíblia Sagrada – o Novo Testamento, inicialmente, e depois, toda a Bíblia.

E, nos planos divinos, estava também o invento de Gutenberg, a imprensa, fazendo com que a Reforma, a partir desse momento, ganhasse um foco enorme em todas as regiões a que a imprensa chegou – os livros foram editados. E hoje a Bíblia Sagrada é um dos livros mais editados em todo o mundo.

E o Mackenzie tem no seu bojo, Senadora Ana Amélia, levar ensino de qualidade a todas as localidades. Nós estamos, hoje, em seis cidades no Brasil – originalmente em São Paulo, desde 1870. Estamos em Campinas, no Estado de São Paulo, em Barueri, no Rio de Janeiro, em Brasília e na cidade de Palmas, desde o ano passado.

Levamos o ensino de qualidade, desde a educação infantil até a pós-graduação, mestrado e doutorado, alcançando cerca de 40 mil alunos da educação infantil até a pós-graduação e mais 40 mil alunos esparramados em escolas, das mais variadas vertentes no Brasil, com o nosso sistema Mackenzie de ensino. Oferecemos ensino de qualidade também nos nossos sistemas de ensino,



atendendo a toda a educação básica. E o Mackenzie vem no bojo da reforma, desde 1870, cuidando de oferecer ensino de qualidade.

Mary Annesley e seu esposo, Reverendo Chamberlain, do âmbito de sua casa – nas salas de sua residência, em 1870, na região ainda central de São Paulo –, abriram as portas do seu lar para receber, no mesmo ambiente de sala de aula, jovens, filhos dos senhores de engenhos, e também as crianças filhas dos escravos. Na mesma sala, os de cor, junto com os filhos dos senhores de engenho, aprenderam o ensino de qualidade. Desde 1870, o Mackenzie tem feito diferença.

Aqui em Brasília, não é diferente. Temos uma escola pujante, com profissionais valorosos – a quem cumprimento nesta manhã –, fazendo com que o Mackenzie seja diferente, puxando tanto o que Lutero quanto Calvino trouxeram no bojo da Reforma: uma educação diferenciada, baseada, estribada na palavra de Deus.

Hoje, o Mackenzie tem, constantemente, em suas instituições, em suas instalações, a Bíblia permanentemente aberta, que é lida e ensinada, encucando, em nossas crianças e em nossos jovens que nos procuram, ensino diferenciado, baseado nos valores da Bíblia Sagrada, dando a essas crianças e a esses jovens conceitos claros de cidadania, de ética, de valores cristãos e morais.

Este é o Mackenzie, que, ao longo desses 147 anos, comemorados no último dia 18 de outubro, Senador José Medeiros, tem feito a diferença aonde ele chega.

Nós temos um programa ambicioso de expansão da educação básica, exatamente para permitir que outras regiões do País recebam também o ensino de qualidade que o Mackenzie sempre ofereceu.

E o Mackenzie, dentro desse contexto, Senador, está ciente da grande responsabilidade. A Igreja Presbiteriana do Brasil, associada vitalícia do Instituto Presbiteriano Mackenzie, não tem faltado com o apoio para que o Mackenzie sempre ofereça – repito, mais uma vez – ensino de qualidade, baseado nos valores sagrados.

Diante disso, trago, ao final da minha fala, nobre Senador, um exemplar do *Brasil Presbiteriano*, que eu entrego às suas mãos para os fins que senhor achar adequados. Um dos anexos do nosso *Brasil Presbiteriano*, o último lançado, traz uma belíssima proposição de uma entrevista com Lutero e a Reforma. Eu passo às mãos de V. Ex^a para os fins que julgar necessários para as anotações desta sessão, de forma que fique registrada, bem claro, a posição da Igreja Presbiteriana do Brasil, já muito bem destacada pelo Reverendo Juarez, que me antecedeu.

Quero também registrar que o Mackenzie se incumbe, Senadora Ana Amélia, de sempre cuidar de um ensino de qualidade e de excelência. Esse é o nosso objetivo, obviamente centrado nos princípios reformados de Lutero e de Calvino, para que o Mackenzie sempre ocupe lugar de projeção no segmento estudantil, desde a educação infantil até a pós-graduação, e para que o Mackenzie também ofereça à cidadania brasileira, como já oferece em São Paulo há muitos anos, homens dedicados, formados na excelência do saber para os mais altos cargos públicos, como já se observa na cidade de São Paulo há anos e também em todo o Brasil.

Era essa a minha palavra, nobre Senador, com o agradecimento do Instituto Presbiteriano Mackenzie, mais uma vez, de ser bondosamente incluído por V. Ex^a como um dos homenageados também na comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante do século XVI.

O meu muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado ao Presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie, Sr. José Inácio



Ramos. O Mackenzie realmente é uma escola de destaque aqui na comunidade de Brasília e no Brasil inteiro.

Aproveito para também aqui fazer minhas homenagens ao Pastor Walter, do Colégio Mackenzie aqui de Brasília.

Agora, com a palavra o Pastor Sinodal da Igreja Luterana... Ah, bom, já falou o Sr. José Inácio Ramos. O Sr. Juarez Marcondes também já falou.

Ressaltamos aqui ainda a presença, mais uma vez, do Embaixador da Eslovênia; do Presidente do Sínodo de Brasília, Wulmar Lopes, e do Coral Presbiteriano.

Deixamos aberto para alguém que queira fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Senão, está encerrada esta sessão, e agradecemos a todos.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com seu valoroso comparecimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 22 minutos.*)



**Ata da 164^a Sessão, Não Deliberativa,
em 30 de outubro de 2017**

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. José Medeiros e Paulo Rocha.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 11 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador José Medeiros, que preside a sessão, Senador Acir, Senadora Ana Amélia, no dia de hoje, eu queria fazer um pequeno balanço muito rápido sobre a CPI da Previdência.

Após seis meses, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Previdência) chegou ao fim. Foram realizadas 33 reuniões, 26 audiências públicas, recebidos 330 documentos e ouvidas mais de 140 pessoas, entre elas, representantes do Governo, sindicatos, associações, empresários, membros do Ministério Público, da Justiça do Trabalho, ministros, Deputados, auditores, especialistas em previdência, professores, policiais, enfim, muitos não acreditavam sequer na instalação desta CPI.

Conseguimos, com a minha, mais 62 assinaturas, somando 63. Sendo necessário para começarmos os trabalhos somente 27. No dia 26 de abril, iniciamos os trabalhos com a seguinte composição: Presidente, este que vos fala, Senador Paulo Paim; Vice-Presidente, Senador Telmário Mota; Relator, Senador Hélio José; mais os Senadores Romero Jucá, Lasier Martins, João Capiberibe, Rose de Freitas, Dário Berger, José Pimentel, José Medeiros e Antonio Carlos Valadares. Outros até duvidaram que ela chegassem ao fim.

Na semana passada, o relatório do Senador Hélio José foi aprovado por unanimidade, inclusive com apoio do Líder do Governo, Senador Romero Jucá. A unanimidade aconteceu após o acordo feito entre todos para que não houvesse o indiciamento dos Ministros Henrique Meirelles e Eliseu Padilha. Todos entenderam, e o indiciamento não aconteceu, ficando isso, seja para quem for e de que Governo fosse, como responsabilidade da Justiça.

A CPI levou uma marca, Senador Hélio José: a CPI da Verdade.

A previdência é superavitária e seu principal problema é de gestão, de organização, de combate à sonegação, de fiscalização, de arrecadação e de não permitir desvios do dinheiro da seguridade, onde está a previdência, para outros fins; ou seja, dinheiro da previdência é da previdência. E mais ainda, o relatório é cirúrgico e aponta que a reforma proposta pelo Governo Temer é desnecessária, não interessa a ninguém – a ninguém, a não ser, claro, aos banqueiros.

O debate sobre o suposto déficit foi desmistificado, e isso ficou claro quando da apresentação de estudos e da farta documentação. Fizemos audiências aqui e inclusive uma em São Paulo.

É importante destacar que essa, Senador Hélio José, V. Ex^a vai aprofundar no seu relatório, foi a CPI mais barata da história do Parlamento. Para aqueles que dizem que toda CPI gasta; nós não gastamos, acho, R\$10 mil no total, e tínhamos à nossa disposição R\$150 mil.

Tivemos esse cuidado de fazer um trabalho direto – eu tive a satisfação, Sr. Presidente, V. Ex^a foi o Relator, que aqui eu citei, e seu relatório foi aprovado por unanimidade.

É importante destacar que ali, no relatório, fica muito claro que o Governo usou e abusou de propaganda enganosa, com informações seletivas, passando aos brasileiros que a previdência é deficitária, fazendo até terrorismo social, dizendo que, se não houvesse a dita reforma cruel,



desonesta, truculenta, para mim ilegal e inconstitucional, os aposentados não iriam mais receber os seus vencimentos.

Historicamente, entre 1945 e 1980, o superávit foi de 598,7 bilhões, ou seja, 600 bilhões. Esse valor – por isso que falávamos e falamos em tri –, se atualizado para os dias de hoje, seria de 8,2 trilhões, que desapareceram; multas, juros, nada foi cobrado.

Nos últimos 20 anos, deixaram de entrar nos cofres da previdência mais de 2 trilhões. Queríamos pegar até da constituinte para cá, mas, depois, conversando com todos os Senadores – o Senador Hélio José teve um papel fundamental –, resolvemos pegar os últimos 20 anos. Mais de R\$2 trilhões, só nos últimos 20 anos! Devido ao quê? Aos desvios, sonegação e à DRU (Desvinculação das Receitas da União). Somente ela retirou 1,4 trilhões.

Claro, se tiram tudo, vão dizer sempre que não há déficit. É que nem... Vou dar um exemplo aqui criativo, na hora: você aluga uma casa mobiliada e chega lá não tem nada lá dentro. Mas você pagou para ter. Foi isto que o povo fez: pagou, e eles tiraram tudo e continuaram tirando. Aí, claro, você vai ter que botar de novo a mobília.

Os valores de desonerações mais que triplicaram nos últimos dez anos – desonerações –, chegando a 143 bilhões, em 2016, contra 45 bilhões, em 2007 – o tanto de desonerações que vieram de lá para cá. No acumulado, entre 2014 e 2016, as renúncias sobre as contribuições somam quase 400 bilhões – só de renúncia. Quer dizer, abriram mão de cobrar para alguém não pagar, e naturalmente os grandes empresários. E aqui nós convidamos para ouvir – e ouvimos – sempre os cinco maiores devedores de todos os setores: banqueiros, empreiteiras, frigoríficos. Esse tal de JBS, só no ano passado, lucrou 140 bilhões e deve quase 4 bilhões para a Previdência; 3,5.

Portanto, é bom lembrar que só dos grandes devedores em dívida ativa – ali pronta para ser executada – junto à União, é 1 trilhão. Não é só a previdência, mas eu digo que é naquilo em que pode ser colocada a mão de imediato, onde os procuradores da Fazenda dizem que dá para arrecadar – não é empresa falida, não – 94,1%. Então dá para arrecadar 940 bilhões. Não é só a previdência, mas a previdência é a maior parte desse montante.

Portanto, Sr. Presidente, a CPI identificou o problema – e já foi dito aqui –, ou seja, é de gestão e vem há décadas esse problema.

Também a CPI aponta caminhos para a solução, como a extinção da DRU – parem de tirar o dinheiro da previdência –; compensação em relação aos benefícios fiscais; revisão dos benefícios, porque há uma lei que diz que prescreve depois de cinco anos, passando, no mínimo, igual à carência da previdência, que é de 15 anos; alteração e ampliação do teto para que haja mais contribuições, assim aumentando o caixa. Alguns não entenderam essa proposta, foi uma proposta que veio da sociedade.

A própria Constituição – e eu fui Constituinte – já dizia: são dez salários mínimos, e, de repente, virou cinco e virou quatro. As pessoas vão contribuir até dez. Pagou sobre dez, durante, no caso do homem, 35 anos, vai ter direito; pagou sobre cinco, vai ter direito; pagou sobre dois, vai ter direito, mas tem de pagar – pagar. É o que manda a própria Constituição.

Alguns projetos e emendas à Constituição que a CPI propõe.

Proposta de Emenda à Constituição, que consolida a competência material da Justiça do Trabalho para a execução das contribuições previdenciárias não recolhidas no curso do vínculo empregatício apenas reconhecido na sentença, proibindo, em definitivo, a tal de apropriação indébita. É aquilo que alguns – alguns, não são todos... Aqueles que são sérios estão brabos porque



dizem: "Olha, nós, que pagamos em dia, pagamos muito, e quem não paga não paga nada." É a chamada apropriação indébita quando o camarada desconta e passa a não pagar a previdência.

Queremos recriar o Conselho Nacional da Seguridade, que participará da formulação e fiscalização da proposta orçamentaria da seguridade e determinar a não aplicação da DRU nas receitas da seguridade.

Projeto de Lei do Senado que permite a flutuação da alíquota de contribuição das empresas. Essa alíquota poderia aumentar em um ponto percentual sempre que a empresa reduzir em 5% ou mais seu quadro de pessoal ou a alíquota poderá ser reduzida sempre que a empresa aumentar em 5%.

PEC que impede de novo – repito aqui – a incidência da DRU.

PLS que retira do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção de punibilidade para os crimes contra a ordem pública, que atualmente ocorre com o pagamento do tributo devido.

PEC que aumenta o teto, de que eu falava, de 10 salários mínimos.

A CPI da Previdência está sublinhando que a reforma do Governo Temer não é necessária. Ela só interessa ao setor financeiro e às empresas de previdência privada, porque vai na linha de privatizar a previdência. As pessoas, percebendo que nunca vão poder se aposentar, é claro, vão parar de pagar.

A reforma previdenciária da PEC está completamente fora da realidade brasileira e na contramão da história. Treze milhões de desempregados, muitos na faixa acima de 50 anos. A pergunta que vamos fazer: quem vai conseguir se aposentar? Ninguém.

Os mais pobres, ao contrário do que eles dizem, serão os mais prejudicados – os mais carentes, que vivem em regiões em que a expectativa de vida não chega a 65 anos. O Governo se esquece de que, nessas regiões mais pobres, as pessoas começam a trabalhar mais cedo e terão que contribuir a vida inteira para se aposentarem. E muitos infelizmente morrem no meio do caminho.

Outros pontos de que a reforma trata: pensões, aposentadoria rural. Ela acaba, praticamente, com as especiais, inclusive de professores e de policiais civis; prejudica o BPC.

Enfim, Sr. Presidente, as elites e os poderosos tomaram conta de grande parte do Congresso e do Executivo. A estratégia deles é sempre a mesma: fazer com que a corda arrebente no lado do mais fraco. Mas eles estão enganados; pelo Brasil, acreditamos que dá para reverter essa situação.

A CPI da Previdência mostrou por que veio, trouxe à tona a verdade que por décadas foi escondida dos brasileiros. E o melhor, ela é uma CPI propositiva. O relatório aprovado é um divisor de águas. O atual e os próximos governos terão que beber da água desta fonte, Senador Hélio José: do relatório em que tivemos a alegria de trabalhar juntos, durante todo esse período. E V. Ex^a, durante dez horas... Alguns dizem que foram 11 horas. Estou dizendo dez, porque por duas horas eu li, no máximo. Mas, por dez horas, V. Ex^a leu todo o relatório, que, no fim, foi aprovado por unanimidade.

O relatório servirá também para os estudantes, para as universidades entenderem um pouco mais da realidade e da história do Brasil, algo que é tão necessário para a nossa cidadania e a democracia.

Espero, Senador, sinceramente, que todas as universidades recebam cópia. Os 81 Senadores vão receber, os 513 Deputados. E que eles se debrucem sobre aquilo, para saber aquilo de que nós falamos tanto – digo "nós", tanto eu como V. Ex^a e também os outros Senadores –: que esta CPI



só fala a verdade, tanto que o relatório foi aprovado por unanimidade, tanto pela oposição como pela situação.

A única saída para o desenvolvimento e o crescimento do nosso País é apostar, primeiramente, na nossa gente sofrida, no nosso povo sofrido, dando a eles totais condições de progredirem, com empregos e salários dignos, direitos sociais. E que eles tenham uma aposentadoria de acordo com aquilo que puderam pagar, é só isso que eles pedem. Pagou sobre um, se aposenta com um; pagou sobre cinco, se aposenta com cinco.

E pelo relatório, muito bem, eu diria, avalizado por V. Ex^a – V. Ex^a é a assinatura principal, depois vêm os outros membros, e eu tive a alegria de assinar junto –, ele só quer isto: como manda a Constituição, até 10 salários.

Não é beneficiando, mais uma vez, o setor financeiro que nós vamos resolver esse problema do Brasil, os banqueiros, os grandes grupos econômicos, e, sobremaneira, infelizmente, fortalecendo corruptos e corruptores. Só acabando com a corrupção que deslanchou ao longo, eu diria até, das nossas vidas na previdência resolveria o problema.

Seremos uma verdadeira Nação quando atacarmos, de fato, essa questão, por exemplo, a gestão, eu diria, da própria seguridade social. Eles sugam a força e o trabalho do nosso povo. Os governos, antes de proporem algo, deveriam entender que atrás de números e gráficos existem vidas, corações que batem, almas que choram, mãos calejadas pelo suor dos anos, sonhos de crianças, de adolescentes, de adultos, idosos, porque idosos também sonham, que não podem ser cortados. Devem, sim, é ser alimentados, pois, no olhar de cada uma delas, há um presente e um futuro, tenho certeza, que prega paz e amor.

Quando nos deparamos com tanta injustiça e desalentos, claro que o nosso sono fica inavegável como os mares – e rios – que lançam suas ondas aos céus e voltam como avalanche de descaminhos. Não pode haver justiça se os homens que comandam os Poderes e as maiores esferas da nossa sociedade não tiverem o mínimo de respeito com seu semelhante, com o nosso povo, com toda a nossa gente.

Não pode haver igualdade em um País continental como o nosso se apenas um pequeno grupo – que é de 5% – é beneficiado com leis feitas por eles próprios. Não pode haver liberdade se a quase totalidade da população é trancafiada em condições que a própria existência humana desconhece. Não pode haver solidariedade se a mesma boca que beija e canta canções populares usa da retórica mentirosa para construir desejos jamais desejados pelo povo brasileiro.

Quando um dia acreditamos que era possível mudar o nosso País, isso não foi apenas uma intuição ou um simples desejo, mas um filho que sai do ventre da mãe e dá o seu primeiro grito de liberdade, de justiça, de respeito à diferença, rompendo a linha que dá início a tudo e à amplidão do universo.

Por isso, Sr. Presidente, eu termino, dizendo: pelo Brasil, com o Brasil e com todos os brasileiros as coisas podem acontecer. Pelo Brasil, com todos os brasileiros, somos uma frente que busca melhores dias para o nosso povo. Pelo Brasil, com o Brasil, queremos uma frente ampla que traga para a política a arte de viver, não com sentimentalismo, mas com um desejo infindável de fazer o Brasil uma verdadeira Nação, e que a política seja humanizada e não só siga a orientação do mercado.

Esperançar é preciso.

Eu acredito muito na rebeldia das consciências – eu acredito muito na rebeldia das consciências.



Vida longa às propostas, Senador Hélio José, V. Ex^a que foi o Relator da CPI da Previdência...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a CPI da verdade, da proposição e da justiça.

Sr. Presidente, eu fiquei nos 15, mas terminei exatamente nos 20 minutos, porque eu tenho que ir a outra missão fora daqui.

E queria só que V. Ex^a considerasse o voto de pesar que eu fiz a Paulo Fonteles Filho, porque eu conheci o pai dele, ele continuou militante da mesma causa e faleceu. Eu sei que a Mesa, no momento adequado, fará a leitura.

Obrigado, Presidente.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM (Vide item 3.1.2 do Sumário).

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Na verdade, o senhor ficou nos 15. É que houve cinco minutos de tolerância.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Com a palavra o Senador de Rondônia, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado, da Rádio Senado, também pelas redes sociais, mês que vem eu completo oito anos aqui, nesta Casa, como Senador da República. Eu aproveito a oportunidade desta segunda-feira para fazer um pequeno balanço, algumas coisas que eu entendo que foram importantes, Senador Hélio José, com relação ao nosso trabalho aqui no Senado.

Nesses oito anos em que estou aqui, tenho pautado minha atuação parlamentar e política na defesa dos interesses da população evidentemente, mas principalmente da população do nosso Estado de Rondônia. Além do trabalho legislativo diário nas comissões e aqui no plenário do Senado, nós apresentamos 59 projetos de lei, 8 PECs, que são propostas de emendas à Constituição, 167 requerimentos de informações. Realizamos relatoria de 312 matérias e elaboração de muitas políticas públicas, também trabalhando para levar recursos para projetos, para obras, ações em nosso Estado de Rondônia.

Também trabalhei, Sr. Presidente, a maior parte da minha vida na iniciativa privada, como gestor de empresas. E todos sabem que, para uma empresa sobreviver e crescer, ela precisa, em primeiro lugar, oferecer serviços e produtos de qualidade para os seus clientes, para a população que vai consumir esses produtos e esses serviços. Em segundo lugar, tem de manter a constância, a permanência de bons resultados.

Esses dois princípios fundamentais da gestão de empresas, eu também trouxe para a vida pública, para a nossa atuação aqui no Senado Federal. Por isso sempre trabalho para que os nossos projetos e obras sejam bem feitos, que possam melhorar de forma efetiva a qualidade de vida das pessoas e que apresentem resultados positivos para toda a sociedade.



Entrei na política para construir, para realizar, para trabalhar pelo desenvolvimento de Rondônia e do Brasil. E fico muito satisfeito quando vejo o resultado positivo do nosso trabalho. Hoje mesmo recebi a confirmação do Ministério da Defesa, através do Programa Calha Norte, do pagamento de vários recursos de emendas que apresentei ao Orçamento da União para obras, nesse caso, para Santa Luzia, Cerejeiras, Vale do Paraíso, Cacoal, Ji-Paraná.

Em Cerejeiras, foram R\$300 mil de pavimentação; em Santa Luzia, R\$500 mil para a construção da prefeitura municipal; em Vale do Paraíso, R\$150 mil para compra de trator; para Ji-Paraná foram pagas as últimas parcelas para reforma e ampliação da feira do produtor, no valor de R\$500 mil, e a última parcela para a segunda etapa da urbanização e construção das calçadas, meios-fios, sarjetas, nas ruas Martins Costa e Cascalheiras, no valor de R\$1 milhão. Ou seja, os 52 Municípios receberam emendas através do nosso trabalho, todos os Municípios. Independente daqueles prefeitos que trabalharam conosco ou não trabalharam, se vão trabalhar conosco ou não vão trabalhar, o nosso compromisso é com a população de todos os Municípios. Por isso, nós levamos esses recursos para todos eles.

Esses são os recursos que conseguimos liberar na última semana e já estão disponíveis para obras. Além disso, conseguimos empenhar quase 2 milhões através do Ministério da Saúde. Para o laboratório central de Cacoal, R\$550 mil; reforma do hospital de Alto Paraíso, mais R\$500 mil; aquisição de equipamentos para Ministro Andreazza, 250 mil; aquisição de micro-ônibus para o transporte de passageiros pacientes de Seringueiras, 250 mil; aquisição de equipamentos ambulatoriais e de uma camionete para a unidade básica para o Vale do Jamari; aquisição de equipamentos para o Banco de Leite do Hospital Municipal de Ji-Paraná, entre outros tantos projetos que foram já liberados e pagos para as prefeituras.

Esse é o nosso trabalho no dia a dia, que quase não aparece, mas é através de nossa atuação aqui no Senado, junto aos ministérios e órgãos federais, que praticamente toda semana nós conseguimos liberar algum recurso para Rondônia, através sempre das prefeituras municipais, através de emendas ou através de projetos bem feitos, em parceria com o Governo do Estado ou prefeituras, que conseguimos encaixar no Orçamento da União.

Na semana passada, também conseguimos liberar a segunda parcela do pagamento das obras de revitalização do Parque Ecológico de Ji-Paraná, também a liberação para o Laboratório Central de Rondônia (Lacen), em Porto Velho, na ordem de R\$2,5 milhões.

Este é o nosso trabalho diário aqui no Senado: apresentar projetos que regulamentem as nossas atividades diárias, as atividades de todos os setores da economia, para que tudo ocorra dentro da legalidade, além de defender os interesses do nosso Estado de Rondônia e da população brasileira e captar e destinar recursos para as obras de todos os 52 Municípios de Rondônia.

Como eu costumo dizer, há muito trabalho para ser feito aqui em Brasília. Só não trabalha quem não quer ou quem está ocupado fazendo outras coisas. Eu não costumo ficar falando de meu trabalho em todo momento, até porque é minha obrigação fazer todo esse trabalho. Foi para isto que a população de Rondônia me elegeu e este é o meu trabalho: servir a população de Rondônia, defender os interesses do nosso Estado diante da União. Mas é preciso que a gente fale e divulgue o resultado dos nossos trabalhos, das nossas ações, para que a população saiba o que a gente está fazendo para poder avaliar o nosso trabalho, sugerir novos projetos, ações e obras e também criticar quando for preciso. Trabalho com transparência, e todas as minhas ações estão abertas no site do Senado, no meu próprio site, nas redes sociais e no portal de transparência.



Nesses oito anos, já destinei mais de R\$150 milhões na área de infraestrutura para Rondônia, para obras de construção de galerias fluviais, pavimentação, urbanização, obra de saneamento, reforma, ampliação de aeroportos, construção de prédios públicos, capelas, construção de praças públicas, adequações, travessias urbanas, a BR-364 – como a duplicação dessa rodovia no perímetro urbano de Ji-Paraná, uma obra que ficou marcada pela qualidade, agilidade, eficiência e principalmente pela aplicação desse dinheiro público com toda a *expertise* e gestão de qualidade; ou seja, uma obra bem feita, sem desvio de recursos públicos.

Para saúde foram mais de R\$87 milhões que destinamos através de emendas e de recursos que captamos diretamente no Ministério da Saúde para construção de 25 novos postos de saúde; reforma e ampliação de 14 postos já existentes; construção do Hospital Regional de Ariquemes; construção do Laboratório Central de Porto Velho; compra de equipamentos, ambulâncias para diversos hospitais e postos de saúde; e apoio para construção e instalação de hospitais e do centro de diagnóstico do câncer em Porto Velho e também em Ji-Paraná. São obras que, junto com o trabalho feito pelo atual Governo do Estado, tiraram a nossa saúde pública da UTI, do caos em que se encontrava dez anos atrás. Ainda há muito para melhorar, mas já avançamos muito na prestação de serviços essenciais para a nossa população através do Governo do Estado.

Ainda para a educação, outra área prioritária em nosso mandato, já destinamos mais de R\$27 milhões.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – São recursos que foram investidos na construção de duas novas escolas, padrão MEC, para educação em tempo integral: uma em Porto Velho e outra em Ji-Paraná. Além disso, destinamos recursos para reforma e ampliação de cinco escolas, e estamos trabalhando para construção de 16 novas creches em Porto Velho. Um estudo feito pela própria prefeitura em 2012 apontou que a nossa capital precisava de pelo menos 40 novas creches; assumimos o compromisso com a população de Porto Velho, com as mães e pais de nossa capital, e fomos atrás dos recursos para essa empreitada, e conseguimos viabilizar a construção de 16 novas creches, sendo que algumas estão em obras e passarão a atender a partir do ano que vem, e outras terão suas obras iniciadas em 2018.

Para esporte e lazer, uma área complementar à educação, destinamos mais de R\$18 milhões. Também destinamos recursos para reforma, iluminação e ampliação de diversos estádios municipais de futebol e para construção de centros de iniciação de esporte, para estimular o esporte de alto rendimento, principalmente em Porto Velho, que está em fase de obra neste momento, uma obra de aproximadamente R\$5 milhões.

Na agricultura, uma das principais bandeiras do nosso mandato, destinamos mais de R\$26 milhões. Esses recursos foram usados essencialmente na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas para prefeituras, associações rurais, e na construção de centros de apoio ao agricultor, os nossos tradicionais feirões do produtor. Porém, o nosso maior trabalho em prol dos agricultores, da agricultura do Estado de Rondônia e do Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... está na formulação de políticas públicas, na reforma de normas legais e regras para tornar nossa agricultura mais produtiva e competitiva.



Foi com esse espírito que assumimos a Presidência da Comissão de Agricultura no Senado, no biênio 2011/2012, tornando-a uma das mais dinâmicas, realizando audiências públicas, criando os debates interativos através do Alô Senado e das mídias sociais, e coordenando os debates sobre a reforma do Código Florestal justamente na Comissão de Agricultura e Meio Ambiente.

Uma das questões mais importantes para os agricultores de Rondônia, que conseguimos incluir no novo Código Florestal Brasileiro que aprovamos em 2012, no Congresso Nacional, foi assegurar aos agricultores rondonienses o direito adquirido sobre áreas consolidadas que foram ocupadas nas décadas de 60, 70, 80 e 90, quando a lei permitia a supressão de até ...

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... 80% da vegetação nativa de cada propriedade para instalação das lavouras e benfeitorias. Além disso, por meio de emenda ao texto do Código Florestal, conseguimos fazer com que os pioneiros que desbravaram Rondônia pudessem continuar produzindo em suas áreas de até quatro módulos fiscais, que em Rondônia equivalem a 240ha, valendo a Reserva Legal existente na propriedade de julho de 2008, sem necessidade de recomposição. Essa medida atendeu a cerca de 80 mil produtores rurais de Rondônia, em sua grande parte agricultores familiares. Para aprimorar esses instrumentos sugeri, posteriormente, através do PLS 390, de 2013, a redução da Reserva Legal para até 50% quando o Estado tiver o zoneamento ecológico e econômico aprovado.

Outra questão importante para a economia de Rondônia que trabalhamos de forma permanente, com a realização de mais de nove audiências públicas, foram as novas regras para a regularização fundiária urbana e rural editadas através da MP 759, convertida na Lei nº 13.465, de julho deste ano, na qual conseguimos incluir uma proposta que protocolamos junto à Mesa Diretora do Senado, o PLS nº 24, no dia 10 de fevereiro de 2010, propondo a transferência ao domínio do Estado de Rondônia das terras pertencentes à União em nosso território. Com relação a essa mesma proposta, apresentei a Emenda 759 e ela foi acatada pelo Relator e aprovada no Congresso Nacional.

Além da proposta de transferência das terras, também apresentei outras emendas que foram sancionadas, tais como a alienação, venda e regularização de áreas de até 2,5 mil hectares ou 15 módulos fiscais, para pessoas físicas e jurídicas, desde que a ocupação mansa e pacífica tenha sido efetivada anteriormente a 22 de julho de 2008, data definida no Código Florestal para os procedimentos de regularização ambiental.

Outra questão importante para que o proprietário tenha direito pleno sobre o seu imóvel e que incluímos na nova lei, através de emenda de minha autoria, foi a redução de dez para três anos o prazo de alienação do imóvel para áreas de até um módulo, caso o beneficiário opte pela quitação do pagamento. Isso significa que o titular do termo de posse ou da escritura de um imóvel que será regularizado irá receber o título definitivo de propriedade do imóvel. A regularização fundiária no campo e na cidade é uma questão de cidadania para nossa gente.

Além de atuar nas políticas estruturantes de nossa economia e de auxiliar o agronegócio e, principalmente, a agricultura familiar brasileira, também atendemos as demandas setoriais, como o estímulo à retomada da produção de café em Rondônia, através de reuniões técnicas, audiências públicas e seminários da CRA que realizamos em Cacoal, em Ji-Paraná e aqui no Senado, em 2011 e 2012, quando iniciamos uma ação em parceria com a Embrapa, a Emater e o Governo do Estado de Rondônia. A partir dali, atuamos junto com a Embrapa para viabilizar o registro no Ministério da Agricultura de uma variedade genuinamente rondoniense de café conilon clonal: a variedade



BRS Ouro Preto, que foi registrada em 2013 através de uma ação nossa, um trabalho que fizemos junto ao Ministério da Agricultura. Hoje os agricultores de Rondônia colhem os resultados desse trabalho, plantando o legítimo café de Rondônia, que já está alcançando uma produtividade de mais de 150 sacas por hectare.

Na pecuária leiteira, base da agricultura familiar, atuamos para melhorar o preço do leite para o agricultor de Rondônia. Aprovamos aqui no Senado um projeto de lei, que já foi sancionado também pela Presidência da República, estabelecendo a obrigatoriedade de as indústrias informarem até o dia 25 de cada mês o preço a ser pago para os produtores de leite. Essa medida criou condições paritárias, ou de igualdade, entre produtores e laticínios na formação do preço do leite. No entanto, a fiscalização é insuficiente. Por isso, faço um apelo ao Ministério da Agricultura para que fiscalize a aplicação dessa lei.

Hoje em Rondônia nossa produção de leite está na faixa dos 2,3 milhões de litros ao dia, abastecendo o nosso mercado interno e também os Estados do Acre, Amazonas, Roraima e parte do Mato Grosso, sendo que Rondônia é o maior produtor de leite da Região Norte. Tenho recebido informações dos produtores de leite sobre a possível formação de cartel pelos laticínios e alertamos o Ministério da Agricultura para atuar nesse sentido.

Outra ação importante foi trazer o extinto Ministério da Pesca para debater esse importante setor da economia do nosso Estado. Com isso, tanto o Governo do Estado como o Governo Federal passaram a atuar com mais efetividade, destinando máquinas e equipamentos para a construção de tanques em Rondônia, que, em dez anos, saltou de uma produção de 15 mil toneladas/ano para 80 mil toneladas/ano. Na semana passada, muitos investidores do Brasil foram até Ji-Paraná, na região central do Estado, para participar da 1ª Feira Nacional do Peixe da Amazônia e puderam conhecer o nosso potencial, realizar novos negócios e investir na industrialização do nosso pescado.

Na pecuária de corte, trabalhamos para manter a parceria Fefa/Idaron, o que nos deu a certificação de Estado livre de febre aftosa com vacinação, e agora estamos em vias de conquistar a certificação de Estado livre de aftosa sem vacinação. Além disso, trabalhamos para ampliar as exportações através de ações no Ministério da Agricultura e nos fóruns internacionais, como nas reuniões dos BRICS e da Comunidade Europeia.

Entre 2010 e 2012, denunciei diversas vezes na Comissão do Senado e junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a concentração de mercado e a prática de cartel da JBS. Em 2012, apresentei pedido de informações ao Ministério da Agricultura e denúncia no Cade, que abriu processo investigatório e encaminhou denúncia ao Ministério da Justiça. Nessa mesma época, para proteger os pecuaristas, apresentei o Projeto de Lei 226, de 2011, concedendo prioridade aos criadores de gado no recebimento dos seus créditos junto aos frigoríficos em casos de falência ou de incorporação por outra empresa. Esse projeto foi aprovado no Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República no final de 2015, transformando-se na Lei 13.176, de 21 de outubro de 2015.

Outra ação importante para os nossos pequenos agricultores que conseguimos viabilizar foi a liberação de crédito do Pronaf para os assentados. Trabalhamos para que a simples apresentação da declaração de aptidão ao Pronaf do Incra fosse suficiente para que posseiros e assentados pudessem obter financiamento para a produção agrícola. Essa medida beneficiou mais de 20 mil agricultores em Rondônia.



Também discutimos com o Governo Federal a criação de um Programa Nacional de Estradas Vicinais, com a adoção de soluções alternativas, práticas e econômicas para pavimentar as estradas rurais, uma parceria com Estados e prefeituras.

Uma das grandes conquistas, certamente, foi a aprovação da MP 673, transformada na Lei nº 13.154, de 2015, que isentou os tratores e máquinas agrícolas de licenciamento e emplacamento, incluindo os veículos artesanais, como os jericos, que não tinham reconhecimento pelo Código de Trânsito Brasileiro.

O Marco Legal da Biodiversidade também foi um projeto de lei importante...

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... que conseguimos aprovar na CRA, na CMA e no plenário do Senado e que também foi transformada em lei, com a sanção presidencial.

Conseguimos desburocratizar o acesso ao patrimônio genético para facilitar e baratear o desenvolvimento de pesquisa sobre nossa biodiversidade, bem como para ampliar o acesso a esse patrimônio genético para que todos, pequenos e grandes agricultores, possam se beneficiar das novas tecnologias nessa área.

Também conseguimos aprovar no Senado a Política Nacional do Incentivo a Microusinas de Biocombustíveis, projeto de minha autoria, mais conhecido como Promicro, que foi aprovado na CRA e na CAE e que seguiu para tramitação na Câmara dos Deputados. O objetivo central desse projeto é permitir que as microdestilarias possam vender sua produção diretamente para cooperativas ou associações de produtores. Aliás, também apoiamos a organização dos produtores rurais em cooperativas e associações rurais, pois entendemos que esse é o melhor caminho para o fortalecimento de nossa agricultura e, principalmente, da nossa economia.

Esses são alguns dos trabalhos.

Eu encerro por aqui, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, agradecendo, mais uma vez, ao nosso Presidente pelo tempo que me foi concedido.

E vamos continuar o nosso trabalho, atuando fortemente para o desenvolvimento do nosso País, em especial do nosso Estado de Rondônia, apoiando a agricultura familiar, apoiando o agronegócio, que são a base da economia do nosso País, em especial do nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Acir.

Com a palavra o Senador Hélio José, do Distrito Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar S. Ex^a – estou meio rouco hoje. Desculpem-me –, Senador José Medeiros, Presidente desta sessão; cumprimentar nossos ouvintes da TV e Rádio Senado; cumprimentar as nossas Senadoras e os nossos Senadores aqui presentes, Senadora Ana Amélia e Senador Paulo Rocha.

Quero dizer, conforme o nobre Senador Paulo Paim já adiantou, que estamos hoje aqui para fazer um balanço das 12 horas de relatório que fizemos da CPI da Previdência. Vou tentar, nestes 20 minutos, ser sucinto e conseguir falar o que li por 12 horas – estou rouco até hoje – no dia da leitura na CPI da Previdência.

Na CPI da Previdência, nobres telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado, nobres Senadoras, Senadores, Presidente, nós apontamos alguns problemas que foram apresentados, que



são as estimativas falhas colocadas, para poder justificar uma PEC mais conhecida como "PEC da morte", a PEC 287, que está na Câmara dos Deputados.

Fraudes, uma série de fraudes, com relação às contas, com relação aos dados colocados. Desvio de recursos... Muitos desvios de recursos foram apontados e fraudes também, com relação ao pagamento do INSS.

A questão dos problemas relativos à DRU, que tira recurso da Previdência e não retorna esse recurso para a Previdência.

Problemas com relação a empresas públicas que não pagam a Previdência de forma adequada, como a nossa Caixa Econômica Federal.

Problemas com relação à leniência, pois o Estado brasileiro é leniente com empresas devedoras, as quais, por sua vez, beneficiam-se de uma legislação permissiva.

Problemas com relação às isenções que são dadas para presentear uns em detrimento de milhões.

Problemas com relação ao Refis, que mais serve para poder apadrinhar aqueles que não pagam, que depois têm prêmio para poder pagar atrasado, depois que aplicaram no mercado financeiro e ganharam milhões à custa de muitos prejudicados no Brasil.

Apontamos problemas como a diferença de tratamento, porque a legislação privilegia uns em detrimento de outros.

O envelhecimento da população é normal. O Brasil, hoje, tem melhor qualidade de vida do que o Brasil dos anos 50. Hoje nós temos uma população que vive mais.

Mas também, além de enxergar e apontar os problemas, nós apontamos soluções, porque a CPI da Previdência – na qual eu tive a honra e o privilégio de ter o Senador Paulo Paim como Presidente e eu como Relator, que foi assinada por 62 Senadores desta Casa, Sr. Presidente – aponta soluções, como no caso das políticas de desonerações, as quais devemos evitar. O Governo precisa reavaliar as políticas de desonerações, conforme eu vou relatar daqui a pouco.

A CPI também aponta soluções com o apoio às carreiras, aos analistas da Receita Federal, aos técnicos do INSS, aos procuradores da Fazenda Nacional para fazer que aqueles que devem paguem a Previdência, evitando que haja rombos. Então, aponta a solução, que é uma parceria com as várias carreiras que trabalham nessa área.

Aplica como solução também o investimento em tecnologia, fazendo a conferência daqueles que estão em dia, diferenciando-os daqueles que são os devedores e fazendo com que os mesmos paguem. Então, a tecnologia da informação, que hoje está ao alcance de todos, deve ser colocada na Previdência Social, na arrecadação, de forma privilegiada.

Aponta problemas com relação à legislação. E aí cabe a nós Parlamentares, nós Senadores, nós Deputados Federais, o Executivo, cuidar para que as leis sejam céleres, rápidas, objetivas, fazendo com que os devedores da Previdência paguem suas contas.

É necessário a urgente modernização da legislação que rege, por exemplo, a execução fiscal. E desde 2009 tramita no Congresso o PL 5.080, com essa finalidade. O Executivo, nós recomendamos, deve requerer urgência constitucional para a tramitação da proposta que está parada na Câmara.

Também apontamos como solução um mutirão, a ser feito pelo Tribunal de Contas da União, Ministério da Fazenda, Receita Federal, que deve, em caráter emergencial, reforçar as suas estruturas e promover mutirões para o julgamento de todos os recursos pendentes na Justiça, recursos principalmente administrativos.



Deve haver uma cruzada, nobre Senador Paulo Paim – o senhor, que foi o Presidente –, para combater as fraudes. Eu e o senhor, quando ouvimos o Presidente do INSS, Dr. Leonardo Gadelha, os técnicos da Polícia Federal, os delegados que lá estiveram, nós vimos a infinidade de fraudes que se acumulam, fazendo a nossa Previdência Social, muitas vezes, ser deficitária.

Deve haver também a extinção do Refis, porque o Refis de hoje está servindo muito mais para privilegiar e presentear os maus pagadores, as pessoas que não cumprem com a sua tarefa. Porque o servidor público, o trabalhador da iniciativa privada, a dona de casa, o nosso trabalhador rural, as pessoas que contribuem religiosamente, que pagam todo mês, no seu contracheque, a contribuição da Previdência...

Agora, quanto aos grandes empresários, como o senhor falou, nós ouvimos cinco de cada setor. A JBS é a maior devedora da Previdência Social – não paga. Usa das brechas da legislação para poder dar o jeitinho, passar a perna, especular no mercado financeiro e não pagar a Previdência social.

Além disso, como já falei, há necessidade de propostas legislativas. Por isso, o discurso que farei vai todo no sentido de reforçar essas soluções que nós apontamos e de indicar os erros que foram colocados, porque falam que havia déficit na seguridade social, e nós comprovamos – e está aqui o nosso nobre Presidente Senador Paulo Paim –, no relatório aprovado por unanimidade pelo Governo e pela oposição, que nós podemos fazer reforma sim, mas reforma cidadã, reforma que apoia o povo brasileiro, que são as reformas que indicamos, por exemplo, em que estavam concatenadas, em dois projetos de lei e cinco PECs, o que a CPI da Previdência está recomendando para modernizar a legislação, para permitir que os devedores paguem a Previdência e para demonstrar que o alarde, que a mentira que foi usada por alguns do Governo... Inclusive, coube inicialmente a proposta de indiciamento ao Ministro da Fazenda e ao Ministro da Casa Civil, mas, depois, em consenso com toda a CPI, nós tivemos que recuar nessas duas questões, porque o indiciamento dessas duas autoridades não era nada contra as autoridades. Era simplesmente porque uma era responsável pelos cálculos falsos que estão embasando a PEC da morte, a PEC 287. Esses cálculos falsos, essas contas falsas, são de responsabilidade do Ministério da Fazenda. E o outro era responsável pela comunicação social, que alardeia uma propaganda mentirosa, para fazer terrorismo contra a população brasileira. Somente por esse motivo é que os dois estavam sendo indiciados.

E achamos por bem, no conjunto da CPI, com o relatório que foi aprovado por unanimidade, dar espaço para que o Ministério Público busque o indiciamento de todos que assim achem devam ser indiciados.

Antes de entrar no meu discurso propriamente dito, um aparte ao nosso nobre Presidente, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hélio José, eu não poderia deixar de lhe fazer um aparte. V. Ex^a foi um guerreiro: coragem, firmeza, convicção. Eu diria até – e me permita que eu esteja ao seu lado – que fomos ousados. E V. Ex^a, como Relator, deixava sempre claro para todos que perguntavam: toda proposta que for propositiva, que vai na linha de valorizar o povo brasileiro e que vá combater a corrupção, eu me comprometo de acatar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exatamente.



O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero aqui deixar os meus cumprimentos, de público. V. Ex^a não teve uma proposta que alguém possa dizer que V. Ex^a não acatou no seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E V. Ex^a dizia sempre: "Esta é a CPI da verdade. Eu, aqui, não estou do lado nem da oposição, nem do lado do Governo."

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Eu estou como Relator."

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – É isso.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, assim, eu me identificava com V. Ex^a, por estar presidindo, e tínhamos que ter essa visão. E por isso a CPI deu certo. Alguns que não leram o seu relatório, alguns que não assistiram às reuniões e não ouviram a grandeza de seis meses de um trabalho com, no mínimo, duas reuniões por semana...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Por semana.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... talvez não conheçam a extensão desse trabalho. Como eu disse e repito: um trabalho que nós fizemos. E V. Ex^a, como Relator, é o primeiro signatário. Há de ser lido nas universidades; há de ser lido por todos os estudiosos. Os advogados, os juízes, promotores, procuradores, terão que ler, porque essa história da Previdência é uma história sofrida!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque chamaram sempre, para pagar a conta, a parte mais fraca. E, no seu discurso aqui, hoje, V. Ex^a é muito claro e diz: "Vejam, esse Refis – frase sua, agora – dá anistia!". O camarada deve, não nega, não paga, está devendo R\$1 bi, R\$2 bi, e, de repente, parcela em 20 anos e paga uma parte sem juros, sem multa, e até o principal deixa de pagar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E aquele artiguinho que nós discutimos juntos, em que V. Ex^a foi muito feliz, diz que, depois de cinco anos, já não é bem assim, já não se cobra mais. O discurso é seu, mas eu queria elogiá-lo. No momento em que V. Ex^a foi indicado para ser Relator... E era justo, porque V. Ex^a representava, na CPI, o partido da maioria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguns ficaram assim, e V. Ex^a, eu diria, ganhou de goleada...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... pelo brilhante relatório que apresentou. Tanto, que foi aprovado por unanimidade.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Exato.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até o Líder do Governo defendeu, como nós todos defendemos. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Eu queria incorporar seu aparte ao meu discurso, porque ele é muito importante.



E nós, que tivemos 31 reuniões, 26 audiências públicas, ouvimos mais de 230 personalidades do Executivo, do Judiciário, do Legislativo e da sociedade civil, professores, técnicos e catedráticos, temos aqui, neste relatório gigante, neste relatório desse tamanho, um compromisso, que é o compromisso com a verdade, o compromisso com a ética e com a lealdade, em que nós provamos que a seguridade social não é deficitária e que a PEC 287, nos moldes colocados, não se sustenta dentro da legalidade.

Fizemos um trabalho que era para o Governo fazer, que era ouvir toda a sociedade civil, toda a área legislativa, judiciária e executiva, para poder fazer uma proposta da magnitude que é a necessária reforma da previdência, como apontamos, com três PECs e dois projetos de lei que estão no relatório da CPI.

Indo direto, agora, ao discurso.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, após intenso trabalho legislativo, concluímos o relatório que sistematiza os principais pontos abordados no âmbito da CPI da Previdência Social (CPIPREV), que examinou com profundidade a contabilidade, as fontes de custeio, os benefícios e os aspectos controversos que envolvem a necessidade de recursos para o financiamento do sistema, especialmente do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

O resultado desse importante trabalho foi coroado com a aprovação unânime do Relatório Final da CPI da Previdência Social, de minha lavra, sob a presidência do Senador Paulo Paim, anteontem, dia 26 de outubro de 2017.

Em primeiro lugar, eu gostaria de salientar que o sucesso dessa empreitada não seria possível sem a intervenção corajosa, a iniciativa e o espírito democrático do nobre Senador Paulo Paim. Sua luta e a vontade de sempre contribuir com o processo legislativo nos trouxeram a CPI da Previdência Social.

Então, meus cumprimentos por V. Ex^a ter coletado as 62 assinaturas de Parlamentares aqui neste plenário.

No caso dessa CPI da Previdência, assinada, como falei, por 61 dos 81 Senadores e Senadoras – das 27 assinaturas necessárias para a instauração da CPI –, a ideia era analisar os números do setor da seguridade social, o que implicava investigar, com os poderes inerentes às CPIs, as fraudes, os favorecimentos, as sonegações, as desonerações e as apropriações indébitas.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da Previdência Social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos (CPIPREV) foi instituída pelo Requerimento 161, de 2017, aprovada pelo plenário do Senado Federal e instalada no dia 26 de abril de 2017, com prazo final para a conclusão de seus trabalhos em 8 de setembro de 2017.

Em face da aprovação do Requerimento nº 647, de 2017, os trabalhos desta CPI foram prorrogados até o dia 6 de novembro.

O objetivo fundamental da CPIPREV era esclarecer a opinião pública brasileira sobre a real situação da Previdência Social em todos os seus aspectos, Senador Paim, especialmente em relação à sua sustentação econômico-financeira.

Nesse prisma, com certeza conseguimos demonstrar para toda a sociedade a real situação em que se encontra a Previdência Social no Brasil.

Cumpre ressaltar, que a instalação dessa CPI foi motivada, exatamente, pelo grande debate que aflorou na sociedade brasileira após a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição



(PEC) 287, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que sustenta a ocorrência de "déficit alarmante" na Previdência Social.

A Previdência Social é tema ainda muito pouco compreendido, Senadora Ana Amélia, pela população, que desconhece o alcance estratégico de seus benefícios. Ao mesmo tempo, é sensível à desinformação, e, nesse sentido, assume relevo especial o papel da imprensa e todos os seus canais de comunicação.

Nobre Senador Reguffe, do Distrito Federal, é interessante observar que, por mais que os meios de comunicação estejam disseminados no Brasil e no mundo, o acesso à educação previdenciária é quase inexistente. Está disseminado um monte de questões importantes para a educação, mas o conhecimento com relação à educação previdenciária é quase nulo.

A responsabilidade de transmitir informações, como, por exemplo, a importância da contribuição periódica e permanente para a Previdência Social, que é o meio eficaz para a garantia dos direitos sociais, é negligenciada e, quando existe, é pouco instrutiva e não dialoga com a realidade social e econômica do povo brasileiro, Sr. Presidente José Medeiros.

Aumentar a proteção social é um desafio que deve ser encarado como prioridade por qualquer governo. São milhões os brasileiros desprotegidos, que necessitam de um plano de inclusão previdenciária absolutamente sério, que não tenha como única premissa básica contribuições individuais, mas solidárias e seletivas, que agreguem recursos para o financiamento de uma ampla e verdadeira seguridade social.

As garantias, Sr's e Srs. Senadores, sociais de um povo são o maior fator de estabilidade econômica que se pode construir, pois amenizam as crises e criam as condições para que mais rapidamente elas sejam superadas.

Assim, é preocupante a tendência dominante de que a Previdência Social é um problema, quando, na verdade, é dela, Senador Paulo Paim, que surgem as melhores soluções para o desenvolvimento de uma nação forte economicamente.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Sr. Presidente, como é um balanço de 14 horas de leitura, me dê pelo menos mais 10 minutos, para tentar falar com o Brasil inteiro, que está nos ouvindo sobre essa questão, por gentileza.

Após 31 sessões de debates e audiências públicas, Senador Paulo Paim, que possibilitaram uma avaliação mais profunda da contabilidade previdenciária, é possível aferir e afirmar, com toda a convicção, que o maior e mais grave problema da Previdência Social decorre da vulnerabilidade; da subtração via benefícios fiscais e desonerações; da fragilidade e da desvinculação das fontes de custeio do sistema da seguridade social.

Não é admissível, Senadora Ana Amélia, qualquer discussão sobre a ocorrência de eventual déficit ou necessidade suplementar de financiamento do sistema de seguridade social sem a prévia correção das distorções afetas ao custeio. Essas distorções têm que ser olhadas.

Os casos emblemáticos de sonegação e apropriação indébita, que recorrentemente são negligenciados por ausência de fiscalização e meios eficientes para sua efetivação, são estarrecedores e representam um sumidouro de recursos de quase impossível recuperação em face da legislação vigente.

Além disso, a lei, em vez de premiar o bom contribuinte, Senador Paulo Paim, Senador Reguffe, premia a sonegação e até a apropriação indébita, com programas de parcelamento de dívidas, como o Refis, que qualquer cidadão endividado deste País gostaria de poder acessar.



Em outra direção, as desonerações, isenções, desvinculações de receitas próprias e vinculadas ao sistema de seguridade social fazem decrescer os recursos destinados à proteção social eficiente e culminam por gerar um déficit absolutamente artificial quando considerados os recursos subtraídos.

A CPI da Previdência, Senador Paulo Paim, tem 268 documentos recebidos, constituídos pelas mais diversas manifestações técnicas, originadas dos diversos setores que formam o conjunto quadripartite de participação no sistema da seguridade social, envolvendo o Governo, Senador Medeiros, os empresários, os trabalhadores e os aposentados.

Todas as posições foram relatadas e consideradas nesse relatório, como o nobre Presidente Paulo Paim já falou, de tal forma que fatos não foram omitidos e que todos os interessados nesse tema tenham à disposição ampla fonte de pesquisa para a formação de suas convicções.

Por isso, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social (CPIPRev) do Senado Federal sempre pautou suas atividades por absoluta isenção e respeito a todos, na busca incessante e determinada da procura da verdade real – apenas da verdade, Senador Paulo Paim, como era o nosso objetivo.

Registre-se, ainda, numa outra perspectiva, que dados oficiais demonstram que, dos 5.570 Municípios brasileiros, que estão nos ouvindo, cerca de 70% deles têm, no montante repassado aos aposentados e demais beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, um volume maior de recursos que o valor do Fundo de Participação dos Municípios. Ou seja, o Município depende diretamente dos aposentados para a sua sobrevivência.

Além disso, em mais de 80% do total de Municípios, nobre Senadora Ana Amélia, a verba originária da Previdência Social é superior à própria arrecadação municipal.

Senador Paulo Rocha – o senhor que é do Pará –, não é possível perder a noção do significado econômico da Previdência Social e do impacto que medidas impensadas podem trazer de malefícios ao País, inclusive para a arrecadação federal e para o equilíbrio das contas públicas ao longo do tempo.

Por isso que a essa PEC da morte nós todos temos que ser contra, e ela deve ser retirada da Câmara dos Deputados. Se lerem o relatório da CPI, se convencerão disso.

Muito se tem discutido atualmente sobre a existência ou não de um déficit nas contas da Previdência Social. De um lado, o Governo Federal apresenta, já, há vários anos, um resultado negativo tanto para a Previdência Social, como para o conjunto da Seguridade Social. Em contrapartida, especialistas e diversas entidades, em especial a Anfip, apresentam um resultado positivo para o balanço da Seguridade Social ao menos até o exercício 2015.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Na versão mais atual do Balanço da Seguridade Social, apresentado pelo Governo Federal e publicado em março de 2017, é apresentado um déficit de R\$258 bilhões para o conjunto da Seguridade. Na visão do Governo, o desequilíbrio das contas da Seguridade é um fenômeno que ocorre já há bastante tempo.

Entretanto, ao longo dessa CPI, compareceram diversas entidades especialistas, Senador Paulo Rocha, que contestaram as contas apresentadas pelo Governo, nobre Senador Paulo Paim, que apontam para a existência de um déficit tanto nas contas da Seguridade Social, quanto nas da Previdência.



Tal posição é expressada neste balanço pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), que adota a vertente constitucionalista, segundo a qual devem ser computadas como receitas e despesas da Seguridade Social somente as previstas...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Vou tentar concluir.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Já deram 30 aqui.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Tudo bem. Vou tentar concluir.

Somente as previstas expressamente a ela atribuídas no texto constitucional, sem a aplicação da DRU.

Como, Senador José Medeiros, o discurso realmente ainda vai longe, eu vou tentar concluir e deixar como lido, ou, senão, vou voltar em outro momento para relatar de onde eu parei, porque a CPI é clara, e não dá para fazer 14 horas de leitura de uma CPI, 12, 14 horas, apenas, aqui, no tempo da fala normal. Como os demais colegas precisam falar e eu sou compreensivo nessa questão, eu vou retornar ao meu gabinete. Mais tarde, se for possível, eu quero continuar a leitura desse relatório tão importante para o Brasil, para a gente poder continuar demonstrando o relato mínimo do que foi o relatório da CPI da Previdência.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PROS - DF) – Quero agradecer a V. Ex^a pela tolerância, agradecer aos nobres Senadores aqui presentes, agradecer aos nossos ouvintes e quero dizer que pararei aqui, nessa página, e voltarei em outra oportunidade, ou hoje à tarde, no final do dia, ou amanhã, para poder dar continuidade à leitura.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Um forte abraço. Tudo de bom a todos que nos ouvem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Obrigado, Senador Hélio José.

Em permuta com o Senador Medeiros, para comunicação inadiável, Senador José Antônio Reguffe, por cinco minutos, e, logo em seguida, a Senadora Ana Amélia, por 20 minutos.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, eu quero falar aqui sobre o PLC 28, de 2017, que deve ser votado amanhã aqui, nesta Casa, e que versa sobre o transporte por aplicativos, os aplicativos de transporte.

Eu votei contra a urgência desse projeto, que visa limitar o uso do Uber, do Cabify e do 99, que são modelos de aplicativos que fazem transporte de passageiros. Eu votei contra, na última quinta-feira, a urgência desse projeto. Fui um dos sete Senadores que votaram de forma contrária, mas perdemos por 46 a 7. E amanhã votarei de novo contrário ao mérito desse projeto.

Eu sou pela liberdade de escolha do consumidor. O aumento da concorrência tende a baixar o preço do serviço e a melhorar a qualidade desse serviço. Quando se aumenta a concorrência, a tendência é uma queda do preço e uma melhora da qualidade do serviço.

Então, essa é a minha posição. Eu sou pelo direito de livre escolha do consumidor. E, da mesma forma que votei, na quinta-feira, contrário à urgência desse projeto, votarei contra o mérito desse projeto na tarde de amanhã, aqui neste plenário.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador José Antônio Reguffe.

E com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente, Senador José Medeiros, colegas Senadores, o Senador Reguffe foi de uma precisão cirúrgica aqui, e em menos dos cinco minutos regimentais a que teria direito para uma comunicação inadiável, ele concluiu o seu pensamento, porque manifestou a sua posição.

Senador Reguffe, a propósito dessa matéria, eu recebi várias mensagens do Rio Grande do Sul, especialmente de Porto Alegre, mas de outras cidades, como Caxias do Sul, São Sepé, Vera Cruz, Dom Feliciano, Novo Hamburgo, Canoas. Todos eles se manifestando ora favoráveis aos aplicativos, ora aos taxistas.

Quero lhe dizer, Senador, que eu estive entre os 43 que votaram pela urgência. Eu penso que nós temos que definir essa questão, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Também partilho com V. Ex^a que o consumidor, o usuário tem que ter o direito de escolha. Se escolheu o táxi, andar de táxi; se escolheu o aplicativo, andar pelo aplicativo. Cabe a ele essa escolha, mas não cabe a nós eliminarmos o táxi ou eliminarmos o aplicativo. Essa é a chave da questão.

E por que é que eu votei a urgência? Porque se está construindo, e amanhã será apresentada, uma discussão de consenso entre os dois serviços.

E também concordo com V. Ex^a: o surgimento dos aplicativos propiciou uma melhora extraordinária na qualidade do serviço dos táxis.

Aqui em Brasília, os serviços eram de péssima qualidade. Em Porto Alegre, melhorou bastante; em todas as capitais, melhorou.

No começo, até a gente via atos de violência, que são inaceitáveis em uma disputa do mercado, e isso foi se acomodando. Os taxistas, nas suas cooperativas, nas suas empresas ou individualmente, acabaram entendendo que a melhor coisa para cativar o usuário seria oferecer vantagens – e assim o fizeram, reduzindo as tarifas, oferecendo água mineral, oferecendo pagamento com cartão de crédito e uma série de vantagens. Isso graças à concorrência. Mas nós não podemos eliminar táxis e manter só aplicativos, ou manter só táxis, eliminando os aplicativos.

Então, o que nós temos, e por isso eu votei a urgência... Nós amanhã, eu acredito, votaremos o resultado de um entendimento que está sendo construído pelo Senador Acir Gurgacz, que vai acomodar as duas posições, retirando a placa vermelha do Uber, mas criando algum tipo de fiscalização – porque, veja, num acidente envolvendo o passageiro que está dentro, deve haver segurança –: se tem carteira de identidade profissional ou se tem carteira de habilitação regular, se não tem nenhuma infração grave no trânsito, para dar segurança também ao usuário desse serviço. Eu sou sempre favorável ao meio-termo.

Eu quero dizer também que fiquei agradavelmente surpresa pela forma elegante, cordial e respeitosa com que os taxistas do meu Estado do Rio Grande do Sul me abordaram no gabinete. Eles foram ao meu gabinete e, com muita serenidade, apresentaram as suas posições. Então, eu acho que, como é uma Casa política, nós temos que entender... Eu até preferiria que essa questão fosse resolvida de outra forma, mas, como ela veio da Câmara como projeto de lei, não vamos fugir da nossa responsabilidade.



Eu espero sinceramente que amanhã a gente consiga colocar um meio-termo nessa matéria, nessa disputa, porque quem vai ser protegido será o usuário, o consumidor, a sociedade brasileira, o mercado desses serviços tão importantes de todos os aplicativos, que são mais de três, e também o dos taxistas, que tem bons serviços. Eles melhoraram esses serviços, até reconhecendo quando veio a concorrência.

Eu queria dizer, Senador Medeiros, que, às vezes, tenho vontade de desligar o noticiário de rádio e de televisão – e olha que eu sou jornalista, fui durante muitas décadas –, tal é, eu diria, o desânimo de ver notícias cada vez piores do nosso País: ora é a redução da qualidade do ensino, ora é notícia relacionada ao aumento da violência.

E agora esses dados estatísticos do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* mostram que, de 2014 a 2015, houve mais de 1 milhão de veículos roubados em nosso País – mais de 1 milhão de veículos roubados. Isso ainda seria o de menos, porque é apenas o patrimônio, mas não é. Isso tem um reflexo sobre a economia, sobre o preço do seguro dos automóveis. E aí há um custo para o cidadão que não tem segurança, porque o seu automóvel não está livre de ser assaltado.

É menos mal quando o assalto não é um latrocínio. Aí é que estão os problemas. Mais de 61 mil pessoas, no Brasil, morreram vítimas de mortes violentas, e os latrocínios ganham corpo, porque houve um aumento do latrocínio de 50% em 2016, comparativamente a 2010 – 50% o aumento de latrocínio. A maior taxa de crescimento ficou com o Estado de Goiás, com 2,8 mortes por 100 mil habitantes, e com dois outros Estados da Região Norte do País – ou seja, Centro-Oeste e Norte do País –, no caso, os Estados do Pará e do Amapá.

É lamentável essa situação que nós estamos vivendo, porque a violência passa os limites de uma verdadeira guerra civil. A violência no Brasil, hoje, é epidêmica, com consequências, lamentavelmente, que não pouparam crianças de balas perdidas e que não pouparam policiais – quase 500 foram mortos em operações desse combate à criminalidade.

Mais de 61 mil pessoas foram assassinadas ou vítimas de morte violenta, sem falar no feminicídio, na morte de mulheres, nos estupros e tudo o mais. A violência se espalhou por todos os Estados e não é exclusividade só de um Estado, apesar de haver uma vítima preferencial.

Lembro que a minha capital, Porto Alegre... Entre as capitais com maior taxa de assassinato por 100 mil habitantes estão: Aracaju, a capital de Sergipe, com 66,7; depois vem Belém, capital do Pará, com 64; e Porto Alegre, a nossa capital do Rio Grande do Sul, com 64,1. Então, é trágico constatar que, mesmo em Estados com uma educação, com um nível de politização maior, a situação seja muito parecida em aumento da criminalidade. É preciso que a sociedade reaja.

Às vezes, aqui no Congresso Nacional, quando acontecem esses dados alarmantes e assustadores, todo mundo se mexe e cria uma comissão, e aí acaba havendo apenas um esforço momentâneo, e depois as coisas são esquecidas.

Quero também atribuir esse grande aumento, Senador Medeiros, a uma impunidade, a uma leniência da nossa legislação penal, do nosso Código Penal. Veja aquele episódio trágico e lamentável que envolveu a morte de um comandante da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: o bandido que o assassinou – foi quase como uma execução, porque foram mais de 17 tiros dados no coronel – era um bandido que tinha sido preso e foi solto, e solto pela legislação leniente que nós temos.

Então, também há necessidade de uma revisão, porque essa impunidade é o maior estímulo ao aumento da criminalidade. Hoje o crime compensa, sim, no Brasil, porque a pessoa mata para roubar um automóvel, para roubar um tênis, para assaltar uma casa, e não existe consequência. A



própria morte não é, digamos assim, o motivo para que quem matou – o assassino – vá para a cadeia e pague pelo crime cometido. Nós estamos sendo lenientes demais em relação a isso.

Já que estamos falando em leniência – e eu tenho já a metade do meu tempo consumido com esses dois assuntos, meu caro Senador José Medeiros –, eu estou muito preocupada, porque tenho acompanhado, como V. Ex^a também, o trabalho que vem sendo feito em relação à famosa Operação Lava Jato.

Em um fórum recente, o Fórum Estadão Mão Limpas e Lava Jato, que foi promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em uma parceria com o Centro de Debates de Políticas Públicas e com a participação de Gerardo Colombo, um juiz aposentado italiano, que participou das investigações da Operação Mão Limpas, na Itália, o juiz fez um alerta: "Hoje [disse ele] a corrupção na Itália é a mesma do que quando começou a Operação Mão Limpas".

É trágico constatarmos que corremos o risco de passar a Lava Jato, e o País não ter sido passado a limpo nem passado por um processo de depuração, como defendeu a Sr^a Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República, quando tomou posse, em uma concorrida cerimônia na sede da Procuradoria-Geral da República.

Essa depuração é necessária, Senador José Medeiros, mas não adianta querermos terceirizar a ética e o combate à corrupção, envolvendo apenas agentes públicos, agentes políticos, Parlamentares. Nós precisamos que essa ideia do combate à corrupção permeie a sociedade toda para entender que essa doença precisa ser combatida com remédios mais eficazes.

E remédios mais eficazes no combate à corrupção são: mais educação; maior envolvimento das escolas, das famílias na educação dos seus filhos, no zelo por maior transparência; melhor governança; melhor *compliance*, que é uma palavra inglesa para falar de rigor em todas as concessões de benefícios que possam eventualmente soar como atos de corrupção ou parecer com eles, para vender interesses ou criar dificuldades para vender facilidades que existem na área da política.

Então, nós temos que assumir, de uma vez por todas, a responsabilidade de transformar a Casa Legislativa que nós representamos em um bom centro de referência para que as nossas atitudes aqui não comprometam...

E eu estou muito assustada, Senador, sinceramente, porque tenho repetido que louvo o governo passado, da ex-Presidente Dilma Rousseff, por ter instituído, na administração do governo dela, a figura da colaboração premiada, a tal delação premiada.

Pois agora, Senador, há um combate feroz à delação premiada, com várias iniciativas de projetos na Câmara dos Deputados, para dizer que não pode mais haver delação quando o denunciante estiver preso.

Ora, a prisão foi um caminho eficaz para que o denunciante se sentisse estimulado a fazer isso. Mas ele também não precisa denunciar. Ele está preso pelo delito cometido. E a possibilidade da delação lhe dá a oportunidade de contribuir com as investigações. E aí talvez esteja o principal mérito do instituto da delação premiada.

Anular esse princípio, esse instituto, esse instrumento valioso, é contribuir para a impunidade, Senador, tenho convicção disso. E, lamentavelmente, as iniciativas vêm de fontes que nós já sabemos quais são. É preciso estarmos vigilantes para denunciar essa tentativa de colocar em risco a Operação Lava Jato.

É claro que eu não tenho a veleidade nem a esperança de que, passada a Lava Jato, o Brasil será muito melhor. Mas ele terá que ter se modificado e criado condições para que isso aconteça,



nem que seja numa primeira escala de valores. O que nós não podemos admitir e aceitar é que o Brasil continue sendo tolerante com a corrupção, porque é ela que suga o dinheiro que falta na educação, na segurança pública, na saúde e, por isso, destrói os valores de moralidade, de ética e de responsabilidade também, Senador.

Felizmente, muitas iniciativas começam a prosperar nos ministérios públicos dos Estados no sentido de levar às crianças as ideias e os princípios do que é isso. Simplesmente colar de um colega que sabe o conteúdo é uma forma de corrupção. Ele está roubando o conhecimento de um colega. Ele, pelo seu ócio, pela sua preguiça de estudar, pela sua falta de responsabilidade, acha o caminho mais fácil, que é colar do colega. Mas ele vai sair da escola sem saber, sem conhecer, sem aprender, porque simplesmente copiou e colocou, como se fala nos termos hoje da internet. Então, é triste verificar isso.

E onde você levantar o tapete você vai encontrar..., seja no setor empresarial, seja na educação, seja em qualquer lugar – mesmo agora, em um concurso público para delegado de polícia, Senador. Como pode um negócio deste, Senador: o delegado que vai cuidar da Justiça, da fiscalização, da investigação, uma pessoa formada em Direito, pagar para ter acesso prévio à prova a que vai ser submetido? É uma coisa trágica.

E aí lembram apenas de olhar... Temos culpa em cartório? Temos. Nós Parlamentares temos muita culpa em cartório, mas, quando a gente vê isso, que País é este? Onde nós estamos? Até no Enem existe uma possibilidade de fraude, como já aconteceu. E agora foram adotados mecanismos de proteção para evitar essa tragédia, que é a consumação de um crime de fraude nos concursos públicos. É lamentável, não só no concurso público, mas no vestibular, que não deixa de ser um concurso público das universidades públicas do nosso País.

Então, nós precisamos, de uma vez por todas, dizer que não podemos ter, digamos, o desânimo de não acreditar que, depois da Lava Jato, algumas providências possam ser tomadas, algumas coisas possam ser feitas para que esse mal, essa epidemia que grassa o País, em todas as suas estruturas, em todas as áreas de atividades, pare de acontecer, não só no Poder Executivo e no Poder Legislativo, mas também nos outros Poderes da República – o Poder Judiciário, o Ministério Público.

Como a gente pôde ver nas delações que aconteceram, houve prisão de membros, inclusive, dessas instituições. Elas deveriam estar alheias a isso ou, pelo menos, vacinadas contra seus membros estarem praticando atos absolutamente inaceitáveis do ponto de vista da moralidade, da ética e também do próprio crime.

Então, nós temos que passar a limpo, de fato, o nosso País para que a Lava Jato consiga sobreviver e encerrar o seu trabalho de maneira absolutamente republicana, com os seus organismos republicanos – Polícia Federal, Ministério Público, Poder Judiciário em todas as instâncias, das varas iniciais à Suprema Corte – concluindo esse trabalho, de maneira que a sociedade olhe e diga: "Sim, foi feito um bom trabalho, e os culpados foram, de fato, punidos".

O que nós não podemos é conviver com isso, e tampouco aceitar as iniciativas que tentam colocar em risco a Operação Lava Jato e a própria delação premiada, que é uma forma de se encontrar um caminho mais útil e mais eficaz nas investigações de tantos crimes que envolvem agentes públicos nessa relação promíscua com o setor privado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.



Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, queria hoje, aproveitando este dia de debate, repercutir na Casa um levantamento, através de uma pesquisa, que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou nos grandes jornais, na mídia brasileira, sobre a violência no Brasil. É um alarmante resultado. Parece que declararam estado de guerra no nosso País. Em uma semana, Sr. Presidente, 1.195 mortes, diz a pesquisa. É o retrato da violência no Brasil.

Vou resumir aqui dados que saíram na imprensa, nos grandes jornais. Foi feito um levantamento. Trata-se de uma pequena amostra, se comparada à marca de quase 60 mil homicídios anuais, mas que perfaz um retrato da violência no Brasil.

Para se ter uma ideia, a bomba que os Estados Unidos jogaram sobre Hiroshima matou cerca de 61 mil japoneses. Aqui não precisou de bomba: morrem 60 mil brasileiros, ou o povo que mora aqui, de homicídio por ano no nosso País. Do total dessas vítimas, 89% são homens, especialmente jovens entre 18 e 25 anos. Os negros entre esses jovens são cerca de dois terços. A maior parte são crimes ocorridos à noite, e o final de semana concentra a maior parte desse tipo de homicídio; 81% das vítimas morre sob o impacto de arma de fogo, e, em 15% dos casos, o autor do crime conhece a vítima. Portanto, é um levantamento profundo, muito importante.

Às vezes, a vida ficou tão banal no nosso País que as pessoas são vítimas daqueles que conhecem por situação de dívida. Manoel Pereira da Silva teve a vida interrompida aos 63 anos por uma dívida de R\$20. Dependente químico, foi abordado pelo agressor, que lhe cobrou o dinheiro por estar devendo um baseado. Semana passada, lá no meu Estado, no Município de Tucuruí, um homem de 48 anos também foi eliminado porque não pagou uma dívida de R\$50. E por aí vai. No Gama, aqui, em plena Capital do País, um adolescente de 16 anos foi assassinado a sangue frio porque tinha uma dívida de R\$80 relacionada a drogas.

Enfim, o Presidente do Fórum diz o seguinte:

Os dados reforçam que a violência ganhou contornos ascendentes no Brasil. Até 2014, tínhamos alguns índices criminais sob controle por causa, principalmente, dos programas de redução da violência implementados em oito Estados. Apesar disso, em um segundo momento, vimos as tentativas de integração entre as polícias serem diluídas. O que se associou ao problema de outros componentes da Justiça criminal, em um momento de crise econômica e político-institucional.

É muito importante o que ele fala aqui: que a violência aumentou no nosso País dado o problema de componente de um momento de crise econômica e político-institucional.

O esforço para estabelecer metas não conseguiu controlar aquele que é o tipo do crime que mais interage com o medo da população, o latrocínio. O morrer é o absurdo do absurdo, e morrer durante um roubo é o que apavora [mais] a população. Não é um crime de risco. Todos correm risco.

Há três caminhos para a redução, [diz o Presidente do Fórum]: 1) melhorar a investigação policial para identificar por áreas as quadrilhas que estão atuando, verificando perfis e ajustando o padrão para agir baseado em análise criminal; 2) controle de armas e munições. É preciso tirá-las de circulação como São Paulo fez no início dos anos 2000, com blitzes constantes – isso tem de voltar a ser feito; 3) fazer da redução da violência a



grande solução para pensar o País. Uma sociedade atemorizada não consegue sair do lugar, pois está paralisada pelo medo.

É isso, Sr. Presidente.

Sexta-feira eu vim aqui e falei dos retrocessos que estão acontecendo no nosso País e do desmonte do Estado social que nós estávamos construindo no País, com um desenvolvimento de crescimento econômico com distribuição de renda, com geração de emprego e com políticas públicas de inclusão social no nosso País.

Ao meu ver, além dessas questões de droga – porque aumenta a violência entre a juventude por causa da droga –, é fundamental que a gente analise também por essa falta da presença do Estado com políticas públicas, com uma política econômica que gere emprego, e que possa investir mais na educação. Lugar de criança, lugar de jovem ainda na sua formação intelectual e profissional é na escola. O que nós vemos é a redução de políticas que nós já tínhamos conquistado em governos anteriores ao golpe. Agora o que nós vemos é redução do orçamento da educação do nosso País, é corte nas políticas sociais, nas políticas de inclusão, é corte nas políticas de moradia, é corte em tudo que se conquistou para se estabelecer um Estado social no nosso País.

Nós temos riqueza, nós temos condições de criar um País desenvolvido para gerar um Estado de bem-estar social no nosso País. Nós não podemos aceitar tanta violência, tanta degradação da pessoa humana devido à falta de políticas de desenvolvimento para gerar oportunidade para todos, sendo que nós já tínhamos conquistado isso no nosso País. Então, queria registrar essa questão, que é de fundamental importância.

Também queria fazer um outro registro: o resultado da pesquisa que o Ibope fez no final de semana. O resultado, de novo, colocou Lula como o ganhador de todas as pesquisas e de todos os candidatos que estão postos aí para enfrentá-lo. Digo isso para retomar o debate de que o processo de criminalização que se estabeleceu na política brasileira, nos políticos brasileiros e principalmente em cima do PT e do seu principal líder não conseguiu estabelecer aquilo que os conspiradores queriam: acabar com o PT e tirá-lo, na marra, do processo político do nosso País.

A própria grande mídia brasileira, principalmente a Rede Globo, tenta esconder as caravanas, a forma como o Presidente Lula é recebido em todos os lugares aonde vai, principalmente pela juventude, pelos trabalhadores. E agora são obrigados a publicar o resultado das pesquisas. Logicamente, o povo brasileiro não se esquece do legado e das políticas que o Governo Lula fez em nosso País.

É fundamental registrar isso para mostrar que nós precisamos resgatar o processo democrático do nosso País. Não pode o Judiciário, ou parte do Judiciário, ou o Ministério Público, com a justificativa do combate à corrupção, estar criminalizando a classe política, esse ou aquele partido, essa ou aquela liderança, de uma forma capaz de colocar em cheque a própria democracia que colocamos em nosso País – a democracia que nós conquistamos, inclusive o arcabouço jurídico que nós construímos aqui mesmo, neste Congresso. Devemos dar condições para que se crie um combate à corrupção, um combate à roubalheira do dinheiro público, mas sem que se coloque em cheque a nossa economia, a política ou os Partidos que se constroem em nosso País.

Por isso, é fundamental que essas pesquisas sobre o aumento da violência, o aumento dos assassinatos, os cortes públicos, os cortes no Orçamento público, a falta de uma política concreta de desenvolvimento para o nosso País... Em vez de estarmos entregando as nossas riquezas, temos de estar aqui incentivando o capital nacional a investir, verticalizando as nossas riquezas, quer seja a riqueza a partir do agronegócio, quer sejam as riquezas da indústria da mineração, quer seja



o nosso pré-sal. Tudo isso, se houver uma política econômica fortalecendo o capital nacional, nós podemos criar condições para um desenvolvimento nacional sem que esteja submetido aos interesses do capital financeiro, trazendo esses graves e grandes atrasos para o nosso País.

Por isso, com o resultado da pesquisa de Lula e o resultado da pesquisa sobre a situação econômica, a vida da nossa juventude e a violência, é fundamental que nós tragamos esse debate para cá para que possamos chegar a uma única conclusão: é fundamental que se retome a democracia e que se processe a saída para o nosso País – a saída política, quando, ao abrir as urnas, o povo dirá qual é o melhor caminho para resgatar o desenvolvimento do nosso País, o desenvolvimento social, econômico e humano do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

(O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dando prosseguimento aos nossos debates, e como último inscrito, o nosso Senador José Medeiros.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Rocha, Presidente desta sessão, muito obrigado por esta oportunidade.

E aproveito para cumprimentar todos os Senadores, todos os que nos assistem pela Rádio e TV Senado. Aproveito para cumprimentar também a D. Eunice, que está lá no Mato Grosso, neste momento, na cidade de Rondonópolis, nos assistindo. Dona Eunice, que é a mãe deste Senador aqui, Senador Paulo Rocha, não perde uma sessão do Senado Federal e diz que fica muito irritada quando esse pessoal do PT fica brigando com o filho dela. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É aniversário dela?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Não. Hoje não é não.

Mas, Senador Paulo Rocha, hoje tivemos uma audiência aqui de comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante, em que o Monge Martinho Lutero fez uma verdadeira transformação no cristianismo, que foi um marco na vida da Igreja Católica e na vida dos cristãos.

Daí por diante, passou a haver como se fosse duas igrejas católicas, mas uma que era alinhada com o clero e com o poder da época, e outra formada por um grupo de padres que passaram a ter um outro entendimento. Foi daí que surgiu essa divisão do cristianismo em protestantes e antigos católicos.

Mas o fato é que, hoje, o que existe é o povo cristão, mas coube se lembrar dessa data tão importante, até para ressaltar a coragem de Martinho Lutero de se contrapor ao que ele achava que não estava correto. E, diante do mantra de que o justo viverá pela fé, ele se contrapôs à ordem vigente – ele e tantos outros companheiros; alguns até, inclusive, pagando com a morte. Mas isso nos deixa o exemplo da sua pujança, da sua coragem e da sua atitude.

Eu creio que isso serve de exemplo para todos nós, principalmente para o Brasil, onde passamos um momento de crise, em que precisamos de homens públicos, enfim, de homens de



todos os segmentos, que tenham atitude, que tenham a coragem de enfrentar as coisas que entendem errado.

E, nesse momento, comemoramos a data de 500 anos da reforma feita pelo alemão Martinho Lutero.

Aproveito para cumprimentar os estudantes que nos visitam aqui nas galerias. Não sei qual a escola, mas sejam todos muito bem-vindos.

Sr. Presidente, agora há pouco, V. Ex^a falava justamente sobre um assunto que nos incomoda muito, em todos os cantos do País, que é a violência que tem grassado no meio da população, seja no interior, seja nas capitais. E também V. Ex^a citava a importância da educação, para que possamos mudar esse cenário.

E aí, de repente, o senhor me pergunta o que tem a ver primeira infância com a segurança pública. E tem tudo a ver. Tem tudo a ver, porque está provado pelas melhores universidades do mundo – Oxford, Harvard, universidades do Canadá, da França – e por estudos robustos que é na primeira infância, desde a gestação até os seis anos de idade, que o nosso cérebro se desenvolve, com as ligações das sinapses, os axônios... E, se essa formação não for feita de forma tranquila, sem obstáculos, aquele ser humano em formação vai ter sérias dificuldades na idade adulta.

Existem estudos que comprovam isso, como os de duplo cego, que certa vez relatei aqui, feitos pelas universidades a que me referi, em que, numa comunidade de alta vulnerabilidade, foram estudados dois grupos. Um foi acompanhado desde a gestação até os seis anos de idade, acompanhando-se para que a criança não tivesse nenhum obstáculo ao desenvolvimento cerebral. No outro grupo, foi simplesmente observado como seria o desenvolvimento deles. Isso, na mesma comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador, o pessoal que está aí... Sejam bem-vindos. Eles são da Fundação Bradesco. Pessoal de ensino médio, lá de Ceilândia.

Sejam bem-vindos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quem está falando na tribuna é o Senador José Medeiros, do Mato Grosso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E o nosso Presidente, Senador Paulo Rocha, do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Do Pará.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Do Pará.

Ele tem essa cara de inocente, mas é do PT. (*Risos.*)

É brincadeira. É um grande amigo meu. Gosto de provocá-lo.

Mas, como eu dizia, o desenvolvimento cerebral, do zero aos seis anos, tem tudo a ver com o modo como o futuro adulto, o futuro adolescente vai aprender, vai ter o seu desenvolvimento de aprendizado.

E, naquele estudo que eu relatava, após os seis anos, foi feita a aferição, e aquele grupo de crianças que teve o desenvolvimento cerebral acompanhado teve os melhores indicadores de aprendizagem, com relativo sucesso em sua idade adulta. E aquele grupo que não tinha sido



monitorado, em que não houve cuidados quanto ao seu desenvolvimento cerebral, aos 18 anos, boa parte deles estavam presos, alguns já tinham morrido, com alto índice de drogadição, alto índice de alcoolismo, e boa parte deles tinha saído da escola por não ter conseguido índices de aprendizagem para acompanhar suas turmas.

Portanto, quando falamos de desigualdade, quando se fala que fulano não consegue aprender, muitas vezes o problema está lá na primeira infância, porque as ligações... O cérebro dele é como se fosse um canteiro que não estava fértil para receber a semente.

E a grande preocupação que os governos precisam ter é justamente preparar a futura geração, para que possam ter igualdade: igualdade de aprendizagem, igualdade de desenvolvimento. Porque de nada adianta, depois, o Estado gastar muito dinheiro, sem que aquelas crianças possam obter o conhecimento, sem que elas possam ter uma continuidade dos seus estudos. Isso tudo deságua na questão da segurança pública, na questão da saúde e num baixo aprendizado.

Talvez isso explique um pouco porque o Brasil gasta tanto na educação e tem índices de educação tão baixos. Os indicadores dos nossos estudantes todos os anos, quando são medidos... Nós ficamos muito atrás entre os outros países do mundo. Então essa preocupação é muito importante.

Quando o Senador Paulo Rocha trouxe aqui: "Com sete casos por dia, latrocínios aumentam 58% no País em sete anos." Nós temos essa mortandade aqui em relação a armas de fogo, aos diversos homicídios e tal, mas temos uma outra mortandade que é até maior do que isso no trânsito, Senador Paulo Rocha. O nosso trânsito mata mais do que todas as guerras juntas. E tudo isso passa também pelo que falamos aqui: tudo passa pela educação.

Nós temos aqui o Senador Cristovam Buarque, que talvez seja a maior autoridade na defesa da educação brasileira e que tem insistido, há anos, na esteira já do pensamento de Darcy Ribeiro, que, se não construirmos escolas, se não investirmos em educação, não teremos dinheiro para construir tantos presídios.

Isso é uma realidade que já estamos vivenciando. Quando a gente nota o Rio de Janeiro, onde existe um verdadeiro exército paralelo, um exército de pessoas fora da lei, com fuzis, onde já passam armados pela frente da polícia e a polícia não tem nem como reagir, até porque foi criado por uma certa ideologia, aqui no Brasil, de que, se você desarmar as pessoas de bem e desarmar a polícia, parece que vai haver paz e acabar a violência. Mas o que nós temos visto é que o Brasil tem ido pela contramão. Até nos nossos filmes as pessoas torcem pelos bandidos.

Em alguns países, os policiais são tidos como os heróis: as pessoas torcem pela polícia, para que peixe o bandido. Aqui é bem o contrário. Aqui, um policial morre e ganha duas ou três linhas nos jornais. Quando um bandido famoso... Aliás, a imprensa costuma torná-los heróis, e, quando um bandido desses morre, sai em todos os jornais, como se fosse um grande acontecimento.

A grande verdade é que nós precisamos começar a refletir que tipo de País nós queremos, porque ultimamente, no Brasil, falar de valores ficou uma questão bastante cafona. A pessoa que fala em valores logo ganha a pecha de reacionário e de conservador. A pessoa que defende que haja uma família estruturada e que as pessoas possam ter respeito, os mais novos pelos mais velhos, pelos professores e tudo o mais, é tida como uma pessoa careta, cafona.

O resultado disso é que as instituições já estão sendo desmoralizadas aos poucos. E, aí, eu pergunto: a quem interessa os poderes desmoralizados, a família destrambelhada? A quem interessa isso?



Os resultados vêm aqui nas capas dos jornais, onde a gente vê, todos os dias, que se filmam aí, na Praça da Sé, nos grandes centros, crianças de 11 anos com revólver na cintura, tomado correntes, assaltando quem passa.

Esse é o resultado dessa desagregação total. Agora, como é que vamos enfrentar esse tipo de coisa? Eu penso que só se reinventarmos tudo o que está aí, se começamos a ter um outro olhar para a primeira infância, se começarmos a ter um outro olhar em relação à educação brasileira.

Criamos um conceito, algum tempo atrás: "Olha, você não precisa mais saber português; o importante é você se comunicar". Então, o sujeito chega à escola e fala "nóis vai", "nóis vê", "nóis fomo", "nóis veio"... "Tudo bem, beleza, você não precisa saber a norma culta, o importante é que você se comunique." E aí nós vamos criando uma horda de analfabetos funcionais, pessoas que chegam à universidade sem conseguir interpretar um texto. Nós vamos criando um País pequeno, um País frágil, diante de uma concorrência internacional, a cada dia, mais forte.

E passamos a viver... Ultimamente, em que pese eu estar num Estado que é primordialmente agrícola, não me alegra nem um pouco que o Brasil seja um país famoso por simplesmente exportar *commodities*. Eu queria que nós estivéssemos, neste momento, agregando conhecimento, produzindo conhecimento, e que estivéssemos na ponta, produzindo tecnologia e também produzindo muitos alimentos. Mas é um perigo muito grande dependermos só dessa matriz econômica, porque, daqui a pouco tempo, a África vai deter esse conhecimento de produção. Ela tem um clima muito parecido com o nosso e fica na metade do caminho entre nós e o nosso principal mercado consumidor. E aí eu fico preocupado: de quem será que a China vai comprar *commodities*, do Brasil ou da África?

Fico muito preocupado com Estados como Mato Grosso, Pará e tantos outros, que dependem basicamente de exportações – no caso do Pará, do minério, de Mato Grosso, das *commodities* –, mas que nada ganham com aquilo, porque existe uma lei chamada Lei Kandir, que impede que o Estado arrecade sobre isso.

E não sou contra o incentivo às exportações, mas sou contra que esses Estados nada levem dessa riqueza. E mais ainda: que não seja incentivada a ciência, a produção de conhecimento nesses Estados. Isso porque, daqui a uns dias, nós vamos, de repente, estar na situação em que já estiveram a Bahia, com o cacau, São Paulo, com o café, Olinda, com a cana-de-açúcar, que hoje já não são os grandes centros econômicos que eram antigamente.

Hoje Mato Grosso é um grande centro econômico em relação ao agronegócio. Vai ser daqui a dez anos, a 15, a 20? Por isso, a minha preocupação de que precisamos investir principalmente na produção de conhecimento.

Sempre cito o exemplo de Detroit e do Vale do Silício.

Detroit era um grande centro de produção de automóveis. Parecia que aquilo não quebraria nunca. Quebraram. Já o Vale do Silício produziu conhecimento. Hoje cada um de nós carrega um celular, onde há, às vezes – num aparelho desses –, 200 patentes. E eles continuam produzindo conhecimento.

Há algumas universidades, por exemplo, em Boston, que têm 17 professores que ganharam o Prêmio Nobel. Aqui, no Brasil, infelizmente não produzimos nenhum. Infelizmente, nossa academia tem estado distante, muitas vezes discutindo a estrutura celular das bromélias. Não que eu seja contra que haja um estudo desses, mas nós precisamos produzir mais do que laudas e laudas de estudos estéreis, que nada influem na produção econômica.



Nós precisamos estar mais conectados com a academia e com comunidade. E eu me preocupo, porque, como eu disse, estou num Estado em que, apesar de rico, essa riqueza reflete pouco para a sua sociedade. Nós precisamos de, acima de tudo, produzir mais e mais conhecimento, porque a violência, a falta de segurança estão na raiz disso tudo.

Nós, nesse momento, temos mais de 15 milhões de desempregados, e aqui não cabe acusar, não adianta ficar falando que foi Dilma, foi Lula, ou os outros dizerem que a culpa é do Temer. Não; as pessoas estão desempregadas e não querem saber quem é o culpado; elas querem empregos. E, muitas vezes, existem os empregos, mas não existe mão de obra capacitada, não existem pessoas com capacidade para enfrentar aquele tipo de trabalho.

Então, nós temos um desafio muito forte e eu fico muito preocupado, porque nós temos um debate presidencial se avizinhando, e, até agora, eu tenho visto que os pré-debates estão muito pobres. Eu não estou vendo, até agora, os verdadeiros desafios serem enfrentados; estou vendo questões menores. E tomara que essa campanha não se repita, como foram as outras, porque nós tivemos uma campanha em que o grande debate era se se iria privatizar a Petrobras ou não. No outro, ficou a situação se fulano era a favor ou não do aborto.

Não é que não sejam questões importantes, mas eu pergunto: é a principal discussão de uma campanha política a Presidente da República? Estes problemas todos por que nós estamos passando será que não seriam passíveis de serem discutidos? Como nós vamos enfrentar a questão da violência pública, da segurança pública? Como nós vamos ter melhores índices dos indicadores mundiais em termos de educação?

Então, é uma preocupação muito grande, porque eu não vejo que, durante o passar do tempo, nós tenhamos melhorado. Pelo contrário, nós chegamos a ver as nossas gerações mais antigas falarem: "Ah, na minha época é que a escola era boa." Deveria ser o contrário, e, de fato, eu tenho visto alguns estudiosos dizerem que nós temos um sistema de ensino do século XIX, professores do século XX e alunos do século XXI.

Nós precisamos criar um artifício para que essas coisas se igualem, para que possamos, de fato, deixar de ser o País do futuro e passar a ser um país, realmente, que faça as coisas acontecerem.

Encaminhando para o final, Sr. Presidente, externo também essa minha preocupação, porque a violência também é um fator preponderante no Estado de Mato Grosso, visto que tem 700km de fronteira seca, aberta a países notadamente produtores de narcóticos e, principalmente, de armamentos.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – E, já finalizando, também digo que nós temos mais 200km da chamada fronteira molhada e precisamos de aporte para essa segurança.

Tenho defendido isso. Inclusive destinei uma das minhas emendas de Bancada – espero que sejam liberados –, R\$100 milhões para que sejam investidos na segurança da fronteira, porque hoje o Estado está à mercê disso tudo.

E finalizo, Senador, externando os meus agradecimentos pela tolerância e também externando o meu pesar pelo passamento do ex-Secretário de Turismo do Estado de Mato Grosso e também empresário da minha cidade, o Jairo Pradela, que deixa a esposa Paula, deixa seus amigos, todos muito entristecidos com a morte prematura de um jovem empresário da minha cidade.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Medeiros.

Quero registrar a presença, nas nossas galerias – sejam bem-vindos –, dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Univille, de Joinville, Santa Catarina. Sejam bem-vindos. Este momento é uma sessão de debates aqui, no Senado.

Então, inscrito por último, o Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro companheiro Paulo, também quero cumprimentar o Senador José Medeiros, do meu Estado, e mais propriamente da minha cidade natal, Rondonópolis, em Mato Grosso. Juntamente com o Senador Blairo Maggi, somos os três representantes de Mato Grosso aqui, no Senado, e, por coincidência, os três com domicílio eleitoral na cidade de Rondonópolis.

Sr. Presidente, eu quero aqui me referir a todos os cidadãos e cidadãs do meu Estado de Mato Grosso e também de todo o Brasil, que acompanham os trabalhos desta Casa pela TV, pelo rádio e também pela internet.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para destacar que acabo de solicitar, via ofício, ao Presidente Michel Temer e também ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, a edição de decreto presidencial que regulamente a Lei nº 13.465/2017, relativa à regularização fundiária rural e urbana no nosso País. É importante dizer que, até agora, a falta dessa regulamentação está prejudicando inúmeros brasileiros, milhares de brasileiros, famílias brasileiras da cidade e também do campo. Sem ela, continuam parados, no Incra e também no Ministério das Cidades, os processos da titulação definitiva em todo o País, os quais são absolutamente indispensáveis para dar segurança jurídica, tranquilidade, tanto social, como também a perspectiva de avanço econômico para milhões de produtores rurais e também para os moradores de condomínios, loteamentos e cidades antigas. Aliás, há inclusive muitas coisas novas também das quais as pessoas não têm os documentos. São áreas urbanas e áreas rurais.

Dela depende cerca de um milhão de famílias, Sr. Presidente; um milhão de famílias assentadas pelo Incra, 70% das quais ainda esperam a titulação. Ou seja, há um milhão de famílias assentadas pelo Incra, e 70% delas no Brasil ainda dependem dessa titulação. E há também numerosos produtores alcançados pelo Programa Terra Legal.

Somente no meu Estado, o Estado de Mato Grosso, a regulamentação vai beneficiar 70 mil famílias. Só em Mato Grosso, quero aqui dizer, serão 70 mil famílias beneficiadas pela regularização fundiária. E aí são pessoas assentadas na zona rural, gente que trabalha de sol a sol e que precisa assegurar o pleno exercício dos seus direitos sobre a terra, adubada pelo seu suor, com o qual contribuíram – e muito – para o desenvolvimento do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para cobrar, de forma veemente, do Presidente da República e do Ministro Padilha, solicitando também o apoio do Presidente do Incra, Leonardo Góes Silva, também do Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República, Jefferson Coriteac, e também do Subsecretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal daquele mesmo órgão, Cláudio Roberto Mendonça, para rápida concretização desses relevantes objetivos, mediante decreto a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.



A Lei da Regularização Fundiária é um marco histórico na garantia aos brasileiros de seu direito sagrado do solo onde moram e trabalham. Agora, é preciso dar consequência – e consequência prática –, Sr. Presidente, a esse progresso, mediante decreto presidencial que a regulamente já.

V. Ex^a também foi um dos lutadores nesta Casa, como todos nós, inclusive na comissão especial, para ter aprovado isso que vem modernizar e facilitar que os assentados tanto urbanos como rurais possam ter o seu título.

E aí eu quero repetir que, no meu Estado, são mais de 70 mil. Muitas cidades surgiram através desses assentamentos. Brasileiros de muitos outros recantos do País foram chamados para integrarem a Amazônia, para não se entregar a Amazônia. Isso fez com que essas pessoas para lá fossem, para promover o desenvolvimento, mas infelizmente muitas delas ainda estão nessa situação de penúria, porque não têm acesso ao crédito para poder gerar riqueza, gerar mais emprego e trazer até cidadania mesmo à família. Nós lutamos muito para que pudéssemos ter essa lei aprovada; fomos ao Presidente da República, fomos ao Ministro Padilha; participamos de inúmeras audiências. Aprovamos e agora precisamos da regulamentação.

Quero ainda abordar outro tema aqui, Sr. Presidente, que é sobre o Hospital Geral Universitário de Cuiabá (HGU), que tem hoje um momento específico. Eu ocupo esta tribuna para prestar a minha homenagem a essa que é uma das instituições de saúde de maior respeito do meu Estado, uma instituição que presta relevantes serviços para a sociedade e que acaba de completar 75 anos de existência. O Hospital Geral Universitário foi fundado em 23 de outubro de 1942, com o nome de Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Cuiabá, com finalidade filantrópica e humanitária.

Ao fazer essa singela homenagem, quero demonstrar a minha crença na filantropia, na sua essência, que é a de ajudar o próximo, sobretudo em pontos aonde o Estado e o Governo não conseguem chegar de forma adequada.

Nessa unidade hospitalar, Sr. Presidente, que homenageio hoje neste momento, trago a figura da primeira Presidente dessa sociedade, a D. Hilda Lima Correa, e também da Presidente de honra, a D. Maria de Arruda Müller, professora e poetisa, pessoa ilustre da sociedade mato-grossense e grande inspiradora da criação dessa instituição de saúde.

Três anos depois de criada, foi inaugurada a primeira maternidade de Cuiabá, com apenas sete leitos. Naquele ano, também começaria a construção do prédio que hoje abriga o hospital geral, ao lado da primeira maternidade da cidade de Cuiabá. Mas a obra ficou paralisada por 24 anos, por falta de recursos. Somente no governo de Pedro Pedrossian – que faleceu recentemente; e já fizemos aqui a nossa homenagem a ele por toda a sua história; Pedro Pedrossian foi Governador ainda do Mato Grosso uno, e, depois, com a criação de Mato Grosso do Sul, ele foi novamente Governador de Mato Grosso do Sul; foi uma pessoa que sempre teve laços de amizade muito grande com o nosso Mato Grosso, uma pessoa reconhecida de forma muito respeitosa por todos, porque foi um grande Governador –, já no início da década de 1970, é que o Hospital Geral foi inaugurado, com capacidade para 200 leitos. Além dessa considerável capacidade para a época, o hospital contava também com sete ambulatórios e quatro consultórios médicos anexos. Começou como hospital materno-infantil, mas, ao longo dos anos, novas especialidades foram sendo incorporadas.

Vale ressaltar que, ao mencionar o Hospital Geral, é comum as pessoas dizerem: "Olha, eu nasci ali; eu nasci aqui; aqui nasceu meu filho, meu neto." Por isso, é uma referência histórica da



população cuiabana e mato-grossense. Mas, com o passar do tempo e com as dificuldades inerentes aos hospitais filantrópicos, a Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância decidiu fechar as portas do hospital em janeiro de 2000.

Foi nessa época que surgiu a parceria com a Universidade Federal de Cuiabá, e a instituição ganhou o caráter de hospital universitário para viabilizar, na prática, os ensinamentos teóricos dos estudantes de medicina.

A parceria ampliou-se, e hoje o Hospital Geral também recebe alunos da Universidade Federal de Mato Grosso, servindo como campo de estágio aos acadêmicos de cursos de graduação na área de saúde, residentes, mestrandos e doutorandos. Além disso, o HGU também recebe acadêmicos de outros Estados para estágios voluntários, o que resulta em um auxílio direto na formação de cerca de 250 profissionais ao ano das mais diversas especialidades.

E aí eu quero, inclusive, abrir um parêntese, Sr. Presidente, porque, em Mato Grosso, nós temos também lá o Hospital Universitário Júlio Müller. Esse hospital é da Universidade Federal de Mato Grosso. E, num convênio, realizado com emendas nossas, do Ministério da Educação e da Universidade Federal de Cuiabá, alocamos recursos, e esses recursos foram repassados pelo Governo Federal, ainda na presidência de Dilma – final do governo Lula –, para a construção do novo hospital universitário, na saída para Santo Antônio; uma magnífica obra. E foi feito um convênio com o governo do Estado à época e, então, ficou-se para fazer a licitação e a construção pelo governo do Estado. A obra começou, mas apenas 4% a 6% nós temos hoje, porque mudou o governo, a empresa abandonou a obra, não foi feita nova licitação. E nós temos lá, hoje, aproximadamente R\$90 milhões, quase R\$100 milhões, na conta do Estado, parados há muitos anos. E aí, Sr. Presidente, isso nos choca muito porque, morrendo pessoas pela falta de atendimento, pela falta de condições – e o meu Estado hoje vive um caos –, infelizmente o dinheiro lá está parado. E nós temos o Hospital Universitário Júlio Müller, o antigo, funcionando.

Eu defendi à época... No ano passado, inclusive, fizemos uma audiência pública aqui, em Brasília – convidamos o Governador, convidamos todas as entidades –, para discutir um planejamento sobre a saúde no meu Estado.

Infelizmente, Sr. Presidente, até hoje – nós vamos ter uma audiência daqui a pouco, às 18 horas, com toda a Bancada, o Governador e o Prefeito – não foi entregue ao Ministério da Saúde o plano de aplicação dos recursos da emenda que também nós fizemos ao Orçamento deste ano.

A emenda é de R\$156 milhões. Já temos liberados aproximadamente R\$100 milhões, porque fizemos um remanejamento também da área do Incra. Com isso, hoje vamos ter uma reunião com o objetivo de definir isso, de uma vez por todas, porque, se o Ministério não recebe nem o plano de aplicação, como é que irá liberar os recursos?

Então, eu quero aqui dizer que também defendo que o hospital universitário ...

É importante dizer que toda a unidade hospitalar pode servir como um espaço para os alunos. E nós temos a Universidade Federal em Mato Grosso, que é uma das melhores universidades. Ela já recebeu a maior nota do Brasil, em dois, três anos consecutivos. Temos outras universidades lá no Estado de Mato Grosso.

Então, qualquer unidade hospitalar, como é o caso de Rondonópolis, onde criamos o curso de Medicina, na Universidade Federal ... E lá nós temos tanto o Hospital Regional, que é de responsabilidade do Governo do Estado, como também a Santa Casa. Esses hospitais serviram de base para o ensino e a pesquisa.



Por isso, eu defendo também que o novo Pronto-Socorro e Hospital de Cuiabá possa receber os alunos de medicina, de enfermagem, da área médica, sendo ele administrado pela prefeitura ou sendo uma parceria com a Ebserh, que é a empresa do Governo Federal. Enfim, o importante é que a construção desse hospital, que é muito grande, permita também criar um espaço para que os alunos possam ali desenvolver o seu trabalho.

Por isso, eu quero aqui dizer que hoje pelo menos três mil consultas especializadas são realizadas por mês no Hospital Geral; além de 15,2 mil procedimentos de média complexidade, ambulatoriais e hospitalares; e ainda 778 procedimentos de alta complexidade; além de 1.750 procedimentos do Fundo de Ações Estratégicas (Faec). É referência também em cirurgias cardíacas e neurocirurgias de alta complexidade.

É maternidade com porta aberta 24 horas para atendimento a gestantes, sendo referência em gestação de alto risco. E continua sendo filantrópico, o que nos causa muito entusiasmo.

Sou um otimista e um entusiasta, sim, da filantropia. Afinal, o setor hospitalar filantrópico corresponde a uma importante parcela do parque hospitalar brasileiro, com especial presença entre os prestadores de serviços assistenciais para o Sistema Único de Saúde, responsável pela oferta pública, gratuita e universal de serviços de saúde no País.

Historicamente, tem sido subsidiado pelo Estado, o que sempre se justificou pela oferta de serviços de natureza social com propósitos benéficos aos seus usuários, seja por meio de associações típicas com o Estado, como é o caso do SUS, seja isoladamente.

Ao parabenizar esse tempo de história do Hospital Geral Universitário de Cuiabá, não posso, no entanto, me furtar a deixar de comentar a grave e triste situação em que vive o setor da saúde pública no meu Estado de Mato Grosso. Sei que não se trata de um privilégio às avessas de Mato Grosso, mas, como Senador da República por esse Estado, tenho reiteradas vezes registrado um quadro crítico em que vive a nossa população.

Constantemente, as unidades de atendimento e prefeituras reclamam de atraso nos repasses dos recursos pelo Governo do Estado, uma situação que, diga-se de passagem, se registra há vários meses, ameaçando severamente o atendimento de saúde da população como um todo.

A situação chegou a tanto que a Associação Mato-grossense dos Municípios, presidida pelo ex-Prefeito de Nortelândia, Neurilan Fraga, resolveu acionar judicialmente o Estado para tentar receber mais de R\$88 milhões que deveriam ter sido repassados aos Municípios.

O atraso é relativo aos anos de 2016 e 2017, e os valores se referem aos programas de Atenção Básica; Farmácia Básica; Alta e Média Complexidade; serviço de atendimento do Samu – Sr. Presidente, imagine o serviço de atendimento do Samu, que é para salvar as vidas nos acidentes que ocorrem no dia a dia dentro das cidades ou nas estradas, parado, sem receber as condições de funcionamento. É um caos! –; Unidade de Pronto Atendimento e também o Programa de Apoio e Incentivo aos Consórcios Intermunicipais (Paici).

A ação, elaborada pela Coordenação Jurídica da AMM (Associação Mato-grossense dos Municípios), aponta várias consequências, como desabastecimento de medicamentos, atraso no pagamento da folha de servidores municipais da saúde, falhas assistenciais na saúde pública, impossibilidade de atendimento de encaminhamento de pacientes, gerando aos Municípios multas, juros e correções monetárias que não estão previstas em seus orçamentos, além da consequente responsabilização junto ao Tribunal de Contas.

Há Municípios no meu Estado, Sr. Presidente, que estão chegando a gastar 40% do seu orçamento na saúde. Então, fica praticamente impossível o Município atender ao cidadão nas



outras áreas, como educação, manutenção das estradas vicinais e outras tantas obrigações que são imputadas ao prefeito.

Aliás, o Governo Federal criou muitos programas, mas o recurso não chega lá. A maior parte do bolo tributário fica na mão do Governo Federal e, depois, do Governo do Estado. Apenas 17% vão para os cinco mil e tantos Municípios brasileiros.

Portanto, temos que, inclusive, lutar mais aqui. Eu sou um entusiasta do municipalismo. Temos que valorizar o Município, porque é no Município que as pessoas vivem. Os problemas estão lá. E a melhor forma de encontrar a solução é exatamente a parceria com os prefeitos – o prefeito com a comunidade, com as entidades filantrópicas, com os clubes de serviços, enfim.

Por outro lado, os hospitais filantrópicos, que absorvem boa parte da demanda que não está sendo atendida no interior, ameaçam, mais uma vez, parar o atendimento pelo Sistema Único de Saúde. Também pelo mesmo motivo, faltam repasses do Governo do Estado, que gira em torno de R\$72 milhões. Os hospitais filantrópicos atendem, em média, a 3,5 mil pacientes por mês, incluindo consultas, internações e cirurgias.

Finalizando, Sr. Presidente, sabemos que o País enfrenta uma dura crise fiscal. Trata-se de uma realidade atual e persistente na Administração Pública. Os déficits das contas da União, dos Estados e, sobretudo, dos Municípios brasileiros têm sido uma doença de difícil combate.

Essa situação, contudo, não pode ser tratada de forma superficial, porque a grande vítima, na verdade, não é a Administração Pública, mas, sim, o cidadão, aquele pai de família, aquela mãe, enfim, o trabalhador, que paga seus impostos e está lá na ponta, esperando por melhores condições de vida.

Quero, enfim, parabenizar toda a equipe do Hospital Geral Universitário de Cuiabá, o HGU, na pessoa dos médicos, dos enfermeiros, dos servidores do setor administrativo e técnicos. Enfim, toda a diretoria.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Quero dizer que o sucesso e o respeito conquistados por essa instituição de saúde são certamente o resultado do trabalho de todos vocês. Que a obstinação e a luta por uma saúde pública de qualidade sejam uma permanente razão do dia a dia de cada um de vocês.

Quero aqui, então, parabenizar toda a diretoria e dizer que também estamos aqui colocando recursos no Orçamento para que esse hospital possa fazer as obras de melhoramento, até para também poder contratar através dos convênios, permitindo a entrada de algum recurso para suplantar essas despesas que às vezes o SUS não cobre.

Hoje, inclusive, teremos uma audiência, às 18 horas, em que esse assunto das filantrópicas será discutido.

Quanto às Santas Casas, quero registrar que aloquei recursos para a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá no ano passado, Sr. Presidente. Não foi um recurso muito vultoso, foram R\$2 milhões.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E fiquei bastante surpreso ao ser convidado para ir lá inaugurar o primeiro serviço de nefrologia, de hemodiálise infantil no meu Estado.



Mais de oitocentos equipamentos – 820 equipamentos – foram comprados com esse recurso. Essa é uma demonstração de que, quando há alguém à frente de uma diretoria competente, de uma diretoria ágil, faz-se em tempo rápido e, principalmente, a um custo barato.

Finalmente, Sr. Presidente, eu preciso registrar, com muito pesar, o falecimento de um grande companheiro meu, ontem. Ele foi meu funcionário. Depois, ele participou da política, a sua esposa... Ele foi Presidente do PMDB da minha cidade e foi Secretário Estadual de Turismo, bem jovem. O Jairo Pradela foi Secretário de Turismo do meu Estado com quarenta e poucos anos.

Agora, infelizmente, acometido por um câncer fulminante de fígado, ele, em apenas quatro meses do diagnóstico da doença, acabou vindo a óbito. Faleceu na tarde de sábado. Ontem foi o seu velório e, consequentemente, o seu sepultamento.

Deixo aqui o meu respeito principalmente à sua família; à sua esposa, Maria Paulina da Costa; aos seus quatro filhos – dois dele, inclusive, gêmeos, amigos da minha família. Ele era o Presidente do PMDB da minha cidade de Rondonópolis.

Então, deixo os meus pesares. Com certeza, Deus também conforta, porque ele foi um pai exemplar, muito amigo das pessoas, uma pessoa íntegra, muito simples, com uma família grande.

Eu disse para os filhos dele o que dizia o meu pai: agora cabe a vocês tocar para a frente. Então, acho que ele deixa uma família exemplar – quatro filhos, todos meninos muito bons.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, Jairo Pradela, Deus sempre reserva um lugar para as pessoas de bem.

E eu tenho certeza de que o Jairo, aqui na Terra, deixou um legado, um legado com a sua família e com a sua história, muito jovem, mas ajudando muito o desenvolvimento da minha cidade e também do meu Estado.

Quero agradecer a paciência, Senador, de V. Ex^a, por tolerar que eu pudesse avançar tanto. Mas era importante fazer o registro.

Sr. Presidente, eu recebi vários *e-mails* do Estado do Pará. Acredito que V. Ex^a também os tenha recebido. Eu falei aqui da questão da regularização fundiária. Nós lutamos tanto por aquela questão da reserva do Jamanxim, e queremos a construção da ferrovia Ferrogrão, saindo de Sinop e indo até Miritituba.

Para a surpresa minha também, a audiência pública a ser feita pela ANTT ocorrerá apenas no Mato Grosso e em Brasília.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu penso que não realizar uma audiência pública no Pará é um desrespeito àquele Estado.

Eu tenho certeza de que V. Ex^a não vai aceitar.

E eu sempre tenho dito aqui que os problemas do Pará são os mesmos problemas do Mato Grosso, ou seja, a solução do Pará também é a solução para Mato Grosso.

A maioria da nossa produção do norte de Mato Grosso... Se não fosse a saída através da BR-163, com o volume de trânsito para a Região Sul, Sudeste do Brasil, passando principalmente no trecho entre Rondonópolis, onde há o terminal da ferrovia, até Cuiabá, até Rosário, naquela região, o número de acidentes seria muito maior. Com a melhoria da estrada, nós já tivemos diminuição de 50% dos acidentes. Mas isso também é porque a grande parte dessa produção foi escoada pelo Nortão, pelos portos do Arco Norte.



(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, nós, no Mato Grosso, precisamos dessa ferrovia, mas precisamos que essa ferrovia chegue ao Pará e promova o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Pará, porque sempre tenho dito que uma região abandonada, uma região que não tem documento, uma região em que as pessoas não têm o direito de exercer a cidadania, de não receber o seu financiamento, como vai ficar? As pessoas vão depredar, porque não têm outra alternativa, e não há investimento da tecnologia, da ciência. Uma obra como essa não pode chegar a um Estado para não promover o desenvolvimento. Há os impactos ambientais, há a compensação socioambiental.

Eu quero ser parceiro de V. Ex^a com toda a Bancada para que isso não aconteça. Ou seja, temos que fazer a obra, mas temos que respeitar o povo paraense com todo o seu processo de desenvolvimento.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com certeza, Senador Wellington Fagundes, seremos grandes parceiros nessa luta.

Dando continuidade aos nossos oradores, passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, hoje o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou resultado de uma pesquisa, de um levantamento feito sobre a violência no Brasil e constatou que sete pessoas são assassinadas por hora em nosso País.

São dados estarrecedores, que demonstram que a escalada da violência está crescendo cada vez mais no Brasil. É a taça amarga que avança, que destrói milhares e milhares de vidas no Brasil, especialmente no menor Estado da Federação. Estou triste, acabrunhado. O meu Estado, o Estado de Sergipe, nesse levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, é o Estado mais violento do Brasil, com a maior taxa de mortes violentas por 100 mil habitantes: 64.

Para agravar mais essa situação destoante, essa situação gravíssima que nos humilha perante a Nação, a nossa capital, Aracaju, está na lista das cidades mais violentas do Brasil, e em primeiro lugar. São 66,7 assassinatos violentos por 100 mil habitantes.

De acordo com o Diretor do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, os números registrados no País são, no mínimo, obscenos. Apesar disso, Governantes, em todo o País, gastaram 2,6% a menos com políticas de segurança pública, em 2016 – R\$ 81 milhões a menos.

Faço uma análise rápida, Sr. Presidente, dando um foco especial à situação reinante no Estado de Sergipe. Desde o ano passado, esse pequenino Estado vibrante, trabalhador, honrado, ostenta esse galardão vergonhoso, esse prêmio vergonhoso de ser o Estado mais violento do Brasil. Essas cifras tão alarmantes simbolizam, acima de tudo, o descompromisso de um Governo que praticamente abandonou as ações prioritárias no campo da educação, da saúde, da segurança pública, e passou a preocupar-se única e exclusivamente com as eleições do próximo ano.

Lamentavelmente, quando a administração começa a apertar, quando os salários dos servidores públicos estão em atraso, os aposentados em desespero sem receberem em dia os seus proventos, o Governo, para se livrar do estresse ocasionado por essa situação vexatória, de vez em



quando faz uma viagem internacional. Há poucos dias passou, no Mediterrâneo, naquelas ilhas paradisíacas, 22 dias, ficando ausente durante o momento mais crucial que está vivendo o nosso Estado em matéria de situação econômico-financeira.

Vejo, Sr. Presidente, que o Estado, embora pequeno, já foi considerado, pelas estatísticas nacionais, o Estado que mais crescia no Nordeste do nosso País. A nossa capital era a capital da qualidade de vida. O índice *per capita* do Estado era o que mais avançava. Sergipe vivia, há três ou quatro anos atrás, um momento ímpar na sua história econômica.

No entanto, o que estamos vendo hoje, Sr. Presidente, é o descrédito da população em relação ao Governo, é o atraso da folha, são tomadas de empréstimos inusitados. Nós alertamos a assembleia legislativa, nós alertamos a população sobre a imprevisibilidade do Governo em assumir compromissos financeiros sem lastro para pagá-lo. Tanto é que, Sr. Presidente, o Governo do Estado, a semana passada, enviou para a Assembleia Legislativa um projeto propondo um empréstimo à Caixa Econômica Federal no valor de R\$670 milhões. Abrindo um parêntese: o Estado de Sergipe se revelou um Estado saco sem fundo. Senão, vejamos: houve o dinheiro da repatriação, cerca de R\$500 milhões – esse dinheiro já desapareceu com os gastos do Estado; R\$250 milhões no ano passado e mais R\$650 milhões neste ano dos fundos de previdência – o Governo sacou esse dinheiro para fazer as suas despesas de custeio de pessoal; o dinheiro dos precatórios; enfim, todas as receitas extraordinárias que ele poderia conseguir para sair da crise ele conseguiu, mas não debelou a crise.

Porém, apesar dessas dificuldades, que são notórias, o Governo vai à assembleia legislativa, vai à Caixa Econômica Federal e pede R\$650 milhões para consertar estradas. Consertar estradas, restaurá-las, construí-las ou fazer operação tapa-buracos são ações normais em qualquer governo, cuja realização encontra ressonância e apoio de todos nós. A malha rodoviária de Sergipe, por sinal, é muito velha e desgastada, merecendo um trabalho sério de recuperação, o que, infelizmente, não tem sido feito ao longo dos últimos anos.

Uma chance de ouro para dar início às obras de recuperação dessas estradas, no entanto, foi perdida pelo Governador Jackson Barreto quando foi reeleito em 2014. Com a posse dos novos Deputados em fevereiro de 2015, o Governo poderia ter enviado à Assembleia uma proposta de reformulação do Proinveste, que é um programa criado pelo Governo Federal para que os Estados estabeleçam programas, fixem programas de infraestrutura.

Pois bem, com a posse dos novos Deputados, bem que o Governo poderia reformular esse Proinveste, incluídas no pacote de obras prioritárias as melhorias de toda a malha rodoviária no interior de Sergipe. Mas não o fez por total falta de previsibilidade.

Se entre janeiro e fevereiro de 2015, com os novos Deputados, ele pegasse aquele recurso que foi conseguido junto ao BNDES pelo Governador, que faleceu tão prematuramente, Marcelo Déda, com certeza, as estradas que hoje estão esburacadas e intransitáveis estariam servindo com melhor qualidade ao povo de Sergipe.

Hoje são acidentes diários que acontecem, carros que são danificados, pneus que são furados. É uma situação de constrangimento, de desconforto e de prejuízo, que é causada diariamente aos motoristas, àqueles que se locomovem por nossas estradas.

Então, no momento em que estavam sobrando recursos do Proinveste, o Governo foi incapaz de descobrir que, ali na frente, a prioridade, além da educação e saúde, seria o conserto das estradas. Mas não o fez.



O Governo assume um compromisso financeiro de R\$650 milhões, um recurso importante, pelo prazo de apenas dez anos e carência de dois anos. É um compromisso financeiro, sem dúvida, de alto valor, principalmente para um Estado que está em crise, como Sergipe.

Jackson Barreto planejou esse empréstimo com frieza e objetividade, tendo ciência de que nenhuma preocupação ele terá quanto ao seu pagamento. Vai tapar os buracos das estradas, jogando no colo de seus sucessores a responsabilidade de gerir uma dívida astronômica que chega a beirar a casa dos R\$8 bilhões – R\$8 bilhões!

O futuro Governo eleito pelo povo, se tiver a sorte de surgir no horizonte um socorro especial da União em benefício dos Estados, poderá ultrapassar a tempestade. Mas, como tal hipótese caminha apenas na estrada dos sonhos, o que se espera depois de Jackson é o dilúvio, com reconhecimento do estado de calamidade financeira em que foi mergulhado Sergipe.

Em vista disso, o empréstimo pretendido de R\$670 milhões perante a Caixa Econômica Federal, na antevéspera do ano eleitoral, quase no final deste ano, só será concedido pela Caixa Econômica a depender de uma das seguintes condicionantes, a meu ver: critérios meramente políticos, sem levar em conta as dificuldades financeiras que o Estado atravessa; ou critérios técnicos, provando o Estado a sua capacidade de pagamento sem causar qualquer embaraço ao banco credor, fato muito difícil de ser comprovado.

As estradas merecem ser feitas, restauradas ou melhoradas. Eu quero isso, eu luto por isso, mas, como resolver se o Estado vive um caos financeiro sem precedentes, se o dinheiro mal dá para pagar a folha em dia, ocorrendo quase como regra o atraso, se a máquina é emperrada e não tem dinheiro para custear a saúde, para melhorar a qualidade do ensino, para combater a violência e manter a segurança pública em níveis aceitáveis? Os senhores viram e ouviram aqui que o Estado de Sergipe é o Estado mais violento do Brasil, junto com a sua capital, Aracaju.

Onde estão os recursos próprios que o Estado arrecada para investir na infraestrutura? Como pagar os precatórios e devolver à previdência dos servidores, a título de reposição, valores que passam de R\$1 bilhão?

Volto a dizer: a previsão é ter um dilúvio de proporções catastróficas em nosso Estado de Sergipe. Eu não estou dizendo isso satisfeito, feliz da vida; estou dizendo isso como dever, como cidadão e como Senador eleito por três vezes, que foi Governador de Sergipe e que sabe que aquele Estado foi construído na base do sacrifício, do esforço e do empenho de trabalhadores, de empresários, de donas de casa, de servidores públicos que estão passando momentos de apreensão com essa situação vivenciada por Sergipe. Como Senador, cumpro, portanto, o meu dever de alertar. Amanhã, não poderão dizer que fui omisso, que cruzei os braços por conveniência ou medo de falar. Aliás, Senador Alvaro Dias, toda vez que eu faço uma crítica em Sergipe ao Governador, ele fala em ódio ou vem, na base do deboche, dizer que a oposição só sabe fazer fofoca. Eu estou aqui trazendo números irrefutáveis que foram trazidos hoje em relação à segurança pública pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Sr. Presidente, prefiro mil vezes viver com os pés no chão, sabendo conviver com a realidade, do que menosprezar os fatos, jogando para os outros o fardo ou as consequências de uma atitude impensada ou irresponsável. Quem não me acompanhar hoje, quem não me entender hoje, no futuro, pode amargar – e certamente vai amargar – o erro de ter acreditado nas promessas vãs do Governador Jackson Barreto, mas não tenho a veleidade de ser o dono da verdade. O meu conhecimento dos problemas de Sergipe e a minha longa permanência na vida pública estão sendo testados nesse polêmico episódio do empréstimo de R\$670 milhões perante a Caixa Econômica



Federal, onde as paixões e as divergências de ordem política para escamotear a verdade são as armas poderosas utilizadas pelo Governo para construir um ambiente de apoio a um projeto não apenas temerário, mas que poderá nos conduzir a um beco sem saída.

Uma pergunta muito simples sobre endividamento e capacidade de pagamento para que o cidadão comum me entenda: se alguém deseja reformar uma casa ou se alguém possui um terreno e quer construir uma casa, o que é um sonho, como realizar esse sonho, se o cidadão tem uma remuneração que não dá para pagar o empréstimo? Como realizar esse sonho, se esse empréstimo vai ultrapassar os limites de pagamento e, se ultrapassar esses limites, o cidadão vai atrasar a conta de luz, a...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... água, o colégio dos filhos, o plano de saúde – se ele tiver – e poderá ter dificuldades enormes até para fazer sua própria feira? É um comparativo simples, mas que vale para o Estado, para o Município e para a própria União.

Por que o Governo Federal tem agora a Lei do Teto de Gastos, que foi aprovada por esta Casa? Por que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal? Justamente para evitar que os governos entrem em debacle.

Para o ano, haverá o embate eleitoral, que, sem dúvida alguma, vai chamar a atenção do eleitorado. Agora, não, pois o eleitorado está meio disperso, está meio descrente, sem saber o que fará no próximo ano diante da crise de credibilidade e de confiança que se abateu sobre os nossos governantes, mas, assim ou assado, a nossa democracia é equilibrada e vai ser mantida, e, no próximo ano, nós teremos uma eleição definidora do nosso futuro. Que o eleitor pense bem antes de votar. Que o eleitor se debruce sobre o seu travesseiro, sobre a sua consciência e veja que aqueles que estão aqui no Congresso, aqueles que estão governando o Brasil, aqueles que estão governando os Estados e os Municípios não foram nomeados; eles foram eleitos livremente pela população. Então, é o eleitor que escolhe o que temos. O que temos é isto aí: um...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... Congresso em que, na sua grande maioria, nós estamos vendo processos instaurados no Supremo Tribunal Federal contra membros desta Casa e contra membros da Câmara dos Deputados; e um Governo Federal em que o Presidente foi denunciado duas vezes, pela primeira vez na história do Brasil, pelo Ministério Público, pela Procuradoria-Geral da República. Então, vivemos um momento de intensa desconfiança do eleitorado. No próximo ano, é a vez e a hora do povo. Não precisa nem de grande movimentação. Basta que o povo vá para a fila das cabines eleitorais e deposite o seu voto naquele em que ele realmente confie e não naquele que vem com o discurso fácil, com promessas vãs, com aquele populismo demagógico, como salvadores da Pátria. Vamos votar seriamente.

E o dinheiro não vai funcionar nessa eleição? Vai, vai do mesmo jeito, mas que o eleitor entenda que, muitas vezes, se ele pega R\$20, R\$30, R\$40, R\$100 para votar em um candidato, ele nunca mais vê aquele candidato. E, quem sabe, aquele voto que ele definiu em função do dinheiro que ele recebeu no dia da eleição é o voto que vai piorar o Brasil.

Eleitor amigo de Sergipe, eleitor amigo do Brasil, temos uma oportunidade de ouro para tirarmos a limpo essa situação em que vive o nosso País, essa situação em que vive o nosso



Estado. Vamos escolher os melhores para a Câmara dos Deputados, para o Senado Federal, para a Presidência da República e também para os governos estaduais do nosso Brasil.

Com essas palavras, Sr. Presidente, eu...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... espero que o Brasil, que merece conserto, no próximo ano, seja um Brasil diferente, depois das eleições de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador.

Agora, sim, por último e derradeiro, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as}s Senadoras, eu venho à tribuna hoje para agradecer a calorosa acolhida do seu Estado, Presidente, o Estado do Pará, e de sua capital, Belém. A convite do ex-Senador Mário Couto, que lançou um livro sobre trajetória política, lá estive em uma concentração popular de proporções significativas, com cerca de 5 mil ou 6 mil pessoas presentes.

Estamos aqui exatamente para falar da pujança, da grandeza de um Estado emergente, certamente um dos mais prósperos Estados do País, que está em construção, já que as necessidades são reconhecidas e visíveis. Há pouco, nós ouvimos, desta tribuna, a dissertação sobre os problemas que existem em relação à logística e ao transporte, que, certamente, são ações que desenvolverão o Estado em um ritmo de maior celeridade, transformando-o não só nesse Estado de preservação ambiental importante, mas em um Estado também produtor, capaz de promover o desenvolvimento do País.

E creio ser oportuno destacar a grandeza da Amazônia. Estivemos no delta do Rio Amazonas e nos lembramos de que este País é detentor de 13% da água doce do mundo. São 12 mil rios que cortam o solo brasileiro. E, certamente, o Rio Amazonas, mais se parecendo com um oceano, é sem dúvida o carro-chefe de todos os rios que cortam o Brasil, obviamente, significando um patrimônio extraordinário. A Bacia Amazônica são 6 milhões de quilômetros quadrados.

O mundo vive dificuldades incríveis em razão do aquecimento global. Os fenômenos da natureza explodem: terremotos, furacões, o mar avançando sobre a terra e fazendo vítimas. Os países mais ricos do mundo certamente se preocupam com o que poderá ocorrer e passam a exigir do Brasil a preservação desse santuário ecológico, que é um patrimônio da humanidade. Isso não deve ser responsabilidade, portanto, só dos brasileiros, que se esmeram em preservá-lo, já que nações ricas destruíram, devastaram as suas florestas, contaminaram os seus rios e os seus lagos e agora exigem a preservação ambiental do nosso País a qualquer preço, sem contribuir para que ela se torne cada vez mais eficiente e valorizada. Nós precisamos cobrar do mundo pela preservação que fazemos. O mundo há de continuar respirando esse ar oxigenado que brota das profundezas da Amazônia, mas certamente será cobrado. Haveremos de cobrar. Há que se pagar esse imposto pela preservação ambiental do nosso País. E que não se confunda a cobrança de participação na preservação ambiental com a entrega da Amazônia, porque não se admite a entrega sequer de um palmo de terra da Amazônia a qualquer nação estrangeira, a qualquer grupo econômico estrangeiro. O que se exige, se proclama, se defende é a contribuição universal para preservação desse patrimônio da humanidade que é a Amazônia.



Lá, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nos lembramos das diferenças, das desigualdades sociais. São evidentes as diferenças regionais, mas as desigualdades sociais são prevalentes no nosso País, já que alguns se jactaram de terem retirado da pobreza milhões de brasileiros e nós nos confrontamos com dados estarrecedores que revelam a nossa pobreza, o contraste gritante com as riquezas naturais exuberantes do nosso País, sobre as quais nos reportamos há pouco, quando abordamos a riqueza da Amazônia.

Sim, há um contraste gritante. Há um contraste assustador, perturbador mesmo. Contraste da pobreza nacional com as riquezas naturais deste País, mas há também esse contraste entre o discurso de alguns e a realidade vivida por muitos dos brasileiros.

Por exemplo, 20 milhões de brasileiros vivem com uma renda de até R\$140 por mês, portanto quase um Canadá inteiro; 9 milhões, mais do que uma Suíça, portanto, vivem com até R\$70 por mês, abaixo da linha da pobreza; a metade dos brasileiros vivem com até um salário mínimo por mês, portanto uma Alemanha, mais do que uma Alemanha, sendo que 68% dos nordestinos vivem com menos de um salário mínimo por mês. E, se avançamos um pouco, vamos verificar que 35 milhões de brasileiros, portanto mais do que um país como o Canadá, não possuem acesso à água tratada; 17 milhões de brasileiros não possuem acesso à coleta de lixo, portanto uma Holanda; 100 milhões de brasileiros não possuem acesso ao saneamento básico, portanto, mais uma vez, uma população semelhante à da Alemanha sem acesso ao esgoto sanitário; 4 milhões, uma Nova Zelândia, não têm sequer um banheiro em casa. Portanto, esse é um cenário devastador. De cada quatro brasileiros, um vive do Bolsa Família. Em alguns Estados brasileiros do Nordeste, mais de 50% da população vive do Bolsa Família.

Portanto, há uma pobreza instalada no Brasil que contrasta com a riqueza desta Nação. Por isso, esse é um grande desafio. É, sem dúvida, o desafio maior promover reformas que possam reduzir desigualdades sociais, que possam nos retirar desse cenário de vergonha e de impotência diante dos problemas que afligem as camadas mais pobres da população, já que este País mergulhou num oceano de dificuldades sem precedentes.

A crise está instalada. Nós saímos de uma recessão, que foi a maior dos últimos 50 anos. Nós estamos vivendo o maior desemprego dos últimos 25 anos. Na verdade, 54% dos brasileiros em idade de trabalhar não estão tendo oportunidade de trabalhar, 22% dos jovens em idade de estudar e trabalhar não trabalham nem estudam e, dos 90 milhões de brasileiros empregados, apenas 33 milhões possuem a carteira de trabalho – mais de 33 milhões não possuem a carteira de trabalho, portanto sem os direitos sociais indispensáveis.

Esta é a situação do País: um País assaltado por marginais, que, assumindo, em várias oportunidades, governos do País, assaltaram os cofres públicos.

É preciso dar um basta, portanto. E, quando nós verificamos que há, no Congresso Nacional, propostas que alteram a legislação em oposição à Operação Lava Jato, que é prioridade nacional, nós ficamos estarrecidos, porque se trata de dar uma trombada na aspiração maior do povo brasileiro, que é de ver este País caminhar para um tempo novo, em que a decência e a dignidade possam ser não apenas palavras soltas ao vento, mas, sim, compromisso de comportamento na atividade pública brasileira.

Quando se tenta conspirar contra a Operação Lava Jato, ignora-se que os assaltos praticados contra os cofres públicos do País levaram à morte milhões de brasileiros, muitos em corredores de hospitais, doentes e abandonados, sem atendimento, com a morte chegando antes que o médico, e outros tantos nas ruas do País, especialmente na periferia das grandes cidades, como ocorre no Rio



de Janeiro, vítimas da violência, porque o dinheiro que deveria ser aplicado num sistema de segurança pública competente foi jogado pelas janelas da corrupção e da incompetência administrativa. É por essa razão que, quando se fala em ladrões, fala-se também em assassinos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um momento de grande responsabilidade cívica. As pessoas lúcidas devem se tornar protagonistas neste momento crucial para o futuro do País, porque a omissão pode determinar uma nova tragédia política sem precedentes, com o País sangrando ainda por muito tempo, se as pessoas conscientes e lúcidas não tentarem influir para que as opções brasileiras sejam as mais adequadas na construção da Nação que todos nós merecemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Portanto, encerrada a ordem de inscrições e oradores inscritos.

Antes de encerrar, a Presidência lembra às Sr^as e Srs. Congressistas que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a ser realizada amanhã, dia 31 de outubro do corrente, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos vetos. Projeto de lei do Congresso Nacional.

Portanto, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 11 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 164^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Aviso do Banco Central do Brasil



A Presidência recebeu o Aviso nº 36, de 2017 (nº 73/2017, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

À CAE.

É o seguinte o Aviso:





SENADO FEDERAL

AVISO N° 36, DE 2017

Encaminha, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real do Banco Central do Brasil referente ao terceiro trimestre de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

AUTORIA: Banco Central do Brasil

DOCUMENTOS:

- [Texto do aviso](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Aviso 73/2017-BCB

Brasília, 25 de outubro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Eunício Lopes de Oliveira
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao terceiro trimestre de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Atenciosamente,

Ilan Goldfajn
Presidente

Anexo: 1.



Página 2 de 17

Presidente
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 20º andar – CEP 70074-900
Parte integrante do Avulso do AVS nº 36 de 2017.

E-mail: presidencia@bcb.gov.br

02/10/17

João Victor da Silva Pereira



**Anexo ao Aviso nº 73/2017–BCB, de 25 de outubro de 2017****A - Demonstrativo das emissões do Real – Terceiro trimestre de 2017**

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos

B - Relatório de execução da programação monetária - Terceiro trimestre de 2017

DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária totalizou R\$254,4 bilhões em setembro, repercutindo os avanços de 1,8% no mês e de 4,6% em doze meses. A variação mensal refletiu o aumento de 2,2% no saldo do papel-moeda emitido e a redução de 0,5% na posição das reservas bancárias.

Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 3º trimestre/2017 ^{1/} (Voto CMN nº 62/2017)	292,90
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	254,45
b.1 - Usos ^{2/}	254,45
b.1.1 Papel-moeda emitido	219,06
b.1.2 Reservas bancárias	35,38
b.2 - Fontes	254,45
b.2.1 Saldos em 31.08.2017	252,16
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	213,95
b.2.1.2 Reservas bancárias	38,21
b.2.2 Fluxos em setembro 2017 ^{3/}	2,28
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	43,17
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-40,47
b.2.2.3 Operações com o setor externo	0,12
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	-0,53
C - Saldo de emissão (A - B)	38,45
D - Reservas Internacionais disponíveis	1.207,78
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	292,90
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	914,88

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.

2/ Média dos saldos nos dias úteis.

3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.



Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2017

Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual	
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses
2015 Jan	206 615	-4,1	8,8	46 529	6,9	1,9	253 143	-2,3	7,4
Fev	202 013	-2,2	9,0	39 923	-14,2	-6,1	241 936	-4,4	6,2
Mar	199 495	-1,2	8,6	41 248	3,3	4,6	240 743	-0,5	7,9
Abr	198 812	-0,3	8,0	39 500	-4,2	-3,4	238 311	-1,0	5,9
Mai	196 246	-1,3	8,1	35 834	-9,3	-13,3	232 080	-2,6	4,1
Jun	196 864	0,3	6,2	36 384	1,5	-4,4	233 248	0,5	4,4
Jul	197 022	0,1	6,3	37 058	1,9	-8,9	234 080	0,4	3,6
Ago	196 142	-0,4	5,1	33 268	-10,2	-16,1	229 410	-2,0	1,4
Set	196 414	0,1	2,7	34 553	3,9	-14,7	230 967	0,7	-0,4
Out	203 746	3,7	5,3	33 599	-2,8	-17,3	237 344	2,8	1,3
Nov	202 744	-0,5	3,6	34 324	2,2	-14,8	237 069	-0,1	0,4
Dez	221 478	9,2	2,8	34 872	1,6	-19,9	256 350	8,1	-1,0
2016 Jan	213 738	-3,5	3,4	37 915	8,7	-18,5	251 653	-1,8	-0,6
Fev	209 171	-2,1	3,5	35 100	-7,4	-12,1	244 271	-2,9	1,0
Mar	205 986	-1,5	3,3	35 131	0,1	-14,8	241 118	-1,3	0,2
Abr	204 655	-0,6	2,9	32 707	-6,9	-17,2	237 363	-1,6	-0,4
Mai	203 895	-0,4	3,9	34 481	5,4	-3,8	238 376	0,4	2,7
Jun	202 900	-0,5	3,1	33 609	-2,5	-7,6	236 509	-0,8	1,4
Jul	203 970	0,5	3,5	33 538	-0,2	-9,5	237 509	0,4	1,5
Ago	203 465	-0,2	3,7	33 697	0,5	1,3	237 161	-0,1	3,4
Set	209 599	3,0	6,7	33 619	-0,2	-2,7	243 218	2,6	5,3
Out	210 513	0,4	3,3	33 564	-0,2	-0,1	244 077	0,4	2,8
Nov	208 952	-0,7	3,1	34 494	2,8	0,5	243 447	-0,3	2,7
Dez	227 762	9,0	2,8	37 607	9,0	7,8	265 370	9,0	3,5
2017 Jan	219 621	-3,6	2,8	40 776	8,4	7,5	260 397	-1,9	3,5
Fev	215 589	-1,8	3,1	35 982	-11,8	2,5	251 571	-3,4	3,0
Mar	212 515	-1,4	3,2	35 521	-1,3	1,1	248 036	-1,4	2,9
Abr	214 292	0,8	4,7	34 425	-3,1	5,3	248 717	0,3	4,8
Mai	212 960	-0,6	4,4	35 091	1,9	1,8	248 051	-0,3	4,1
Jun	213 879	0,4	5,4	36 623	4,4	9,0	250 502	1,0	5,9
Jul	215 929	1,0	5,9	35 445	-3,2	5,7	251 374	0,3	5,8
Ago	214 307	-0,8	5,3	35 559	0,3	5,5	249 866	-0,6	5,4
Set	219 062	2,2	4,5	35 383	-0,5	5,2	254 445	1,8	4,6

Considerando-se os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, destacaram-se as operações com títulos públicos federais, com impacto expansionista de R\$16,8 bilhões (compras líquidas de R\$17,5 bilhões no mercado secundário e colocações líquidas de R\$635 milhões no mercado primário); e as operações do Tesouro Nacional, que provocaram contração de R\$7,7 bilhões.



Período	Fatores condicionantes da base monetária						R\$ milhões
	Operações com o Tesouro Nacional ^{1/}	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária	
2015 Jan	17 974	- 33 786	440	1 149	- 10 781	- 25 004	
Fev	- 11 205	- 23 838	2 287	5 755	27 292	291	
Mar	- 7 513	- 30 749	4 013	1 577	34 512	1 841	
Abr	- 10 186	35 627	- 1 433	2 185	- 31 829	- 5 636	
Mai	- 4 688	- 22 801	9 741	175	22 065	4 493	
Jun	7 615	- 18 860	4 715	7 100	- 8 125	- 7 555	
Jul	10 325	- 40 175	3 088	- 4 040	23 906	- 6 896	
Ago	- 2 603	- 6 221	583	- 2 331	17 226	6 654	
Set	180	12 683	- 27 501	- 27 229	38 599	- 3 269	
Out	16 049	12 998	- 1 723	2 881	- 19 030	11 174	
Nov	11 750	10 070	- 8 170	1 548	- 11 972	3 226	
Dez	31 967	- 18 964	- 1 077	- 7 278	7 794	12 442	
2016 Jan	- 5 252	- 28 721	527	1 716	16 769	- 14 960	
Fev	2 042	18 812	- 325	3 420	- 11 718	12 231	
Mar	8 517	34 819	- 18 973	8 303	- 42 697	- 10 030	
Abr	- 5 077	- 1 188	12 723	5 490	- 12 335	- 387	
Mai	4 611	- 18 403	13 865	- 5 304	3 054	- 2 177	
Jun	14 928	7 551	- 2 602	- 2 429	- 22 737	- 5 288	
Jul	30 176	- 48 446	19 234	3 426	1 777	6 167	
Ago	5 464	- 5 840	4 268	- 4 687	- 4 250	- 5 046	
Set	23 158	- 10 646	1 728	- 1 854	- 1 118	11 267	
Out	- 34 187	35 156	- 1 175	3 404	- 2 390	810	
Nov	20 301	- 30 242	2 910	166	3 940	- 2 926	
Dez	- 52 398	79 414	352	1 856	- 3 858	25 367	
2017 Jan	8 140	- 6 429	267	- 4 757	- 5 116	- 7 895	
Fev	17 233	- 17 044	3 167	2 680	- 2 102	3 933	
Mar	- 3 323	- 23 877	4 076	- 831	1 240	- 22 715	
Abr	- 8 792	13 436	13 260	1 582	558	20 044	
Mai	17 127	- 39 845	774	- 4 673	614	- 26 003	
Jun	18 577	4 815	219	- 1 569	546	22 587	
Jul	27 747	- 32 461	4 394	1 013	- 5 072	- 4 379	
Ago	3 762	- 7 201	327	- 617	30	- 3 700	
Set	- 7 674	16 835	249	1 012	188	10 610	

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada totalizou R\$5.093 bilhões, elevação de 0,6% no mês e de 11,3% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária subiu 0,3% no mês, totalizando R\$4.418 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.



Banco Central do Brasil

Demonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2017

Base monetária ampliada
Saldos em final de período

Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais			Total	Variação percentual	
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses
		Remunerados ^{1/}	Não remunerados ^{2/}	Posição de carteira ^{3/}	Financiamento ^{4/}	Total			
2015 Jan	238 525	284 379	689	2111 530	918 527	3030 057	3553 650	1,2	12,3
Fev	238 816	280 813	592	2187 039	898 829	3085 868	3606 089	1,5	14,1
Mar	240 656	281 536	596	2290 021	866 414	3156 435	3679 223	2,0	15,4
Abr	235 020	282 179	572	2307 203	849 762	3156 965	3674 736	-0,1	14,6
Mai	239 513	285 113	600	2345 575	869 617	3215 192	3740 418	1,8	15,8
Jun	231 959	280 545	776	2435 302	833 665	3268 967	3782 247	1,1	14,9
Jul	225 063	287 781	867	2446 816	902 323	3349 139	3862 850	2,1	15,6
Ago	231 716	293 048	2 145	2523 603	869 403	3393 006	3919 915	1,5	17,1
Set	228 447	323 316	2 131	2560 226	854 326	3414 552	3968 446	1,2	16,2
Out	239 621	323 524	2 168	2472 140	966 982	3439 122	4004 435	0,9	16,4
Nov	242 847	325 555	2 209	2543 765	924 837	3468 602	4039 213	0,9	16,2
Dez	255 289	336 324	2 257	2620 290	913 280	3533 570	4127 440	2,2	17,5
2016 Jan	240 329	338 349	2 206	2576 843	1027 329	3604 172	4185 056	1,4	17,8
Fev	252 560	338 424	2 208	2647 908	979 670	3627 578	4220 770	0,9	17,0
Mar	242 530	333 846	2 222	2723 222	911 644	3634 866	4213 464	-0,2	14,5
Abr	242 143	331 469	2 267	2639 269	1033 769	3673 038	4248 917	0,8	15,6
Mai	239 966	340 871	2 261	2712 091	1020 043	3732 134	4315 232	1,6	15,4
Jun	234 678	346 707	2 216	2801 120	967 260	3768 380	4351 981	0,9	15,1
Jul	240 845	348 027	2 202	2798 516	1061 365	3859 881	4450 955	2,3	15,2
Ago	235 769	356 624	2 674	2796 556	1113 977	3910 533	4505 600	1,2	14,9
Set	247 036	362 062	2 606	2887 287	1076 075	3963 362	4575 066	1,5	15,3
Out	247 846	362 396	2 640	2875 829	1089 919	3965 748	4578 630	0,1	14,3
Nov	244 920	366 476	2 698	2927 883	1107 024	4034 907	4649 001	1,5	15,1
Dez	270 287	368 356	2 695	2950 982	1047 484	3998 466	4639 804	-0,2	12,4
2017 Jan	262 392	377 571	2 732	2902 384	1143 570	4045 954	4688 649	1,1	12,0
Fev	266 325	378 286	2 754	2984 799	1113 024	4097 823	4745 188	1,2	12,4
Mar	243 610	383 101	2 771	3077 238	1087 468	4164 706	4794 188	1,0	13,8
Abr	263 655	384 330	2 806	3087 832	1096 102	4183 934	4834 725	0,8	13,8
Mai	237 652	391 288	2 707	3095 431	1166 785	4262 216	4893 863	1,2	13,4
Jun	260 289	396 248	2 702	3193 934	1100 051	4293 985	4953 174	1,2	13,8
Jul	255 860	393 738	2 665	3183 385	1178 128	4361 513	5013 776	1,2	12,6
Ago	252 160	405 755	4 448	3245 020	1157 466	4402 486	5064 849	1,0	12,4
Set	262 770	407 616	4 467	3269 675	1148 182	4417 857	5092 710	0,6	11,3

1/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% aa + TR, se meta Selic maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR, se igual ou menor que 8,5% a.a.
Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC; recursos de poupança não direcionado ao financiamento imobiliário: 80% (Remuneração: 6,17% a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic a.a. + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a.) e recursos de poupança não direcionados ao crédito rural: TR. A partir de agosto/2016 inclui depósitos decorrentes da deficiência na aplicação em crédito rural dos recursos de LCA (Remuneração básica dos depósitos vinculados ao SBPE).

2/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósito prévio para compensação e a partir de agosto/2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural. A partir de outubro/2010 inclui os depósitos decorrentes da limitação de crédito ao Setor Público- Res 2827/01. A partir de Jan/2011 inclui os depósitos sobre Recursos de Depósitos e de Garantias Realizadas.

3/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.

4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia avaliados pelo preço de lastro, do DEMAB (-) oversold (+) undersold. Inclui operações no extramercado.

Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2017

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) alcançou R\$318,9 bilhões em setembro, após crescimento de 1,6% no mês, correspondente às evoluções positivas de 2,1% no papel-moeda em poder do público e de 1% nos depósitos à vista. Em doze meses, o M1 cresceu 3,6%.

Período	Papel-moeda em poder do público	Meios de pagamento (M1) e componentes							
		Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual	
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses
2015									R\$ milhões
Jan	170 219	-4,0	9,1	161 819	-6,5	-3,2	332 039	-5,2	2,7
Fev	166 071	-2,4	9,0	156 261	-3,4	-2,1	322 332	-2,9	3,4
Mar	166 038	0,0	10,2	150 195	-3,9	-5,9	316 234	-1,9	1,9
Abr	164 614	-0,9	9,1	146 729	-2,3	-9,2	311 344	-1,5	-0,3
Mai	163 005	-1,0	9,2	143 341	-2,3	-8,6	306 346	-1,6	0,1
Jun	163 804	0,5	8,0	140 467	-2,0	-9,7	304 271	-0,7	-1,0
Jul	164 264	0,3	7,6	141 358	0,6	-9,5	305 622	0,4	-1,1
Ago	163 894	-0,5	6,2	136 243	-3,6	-10,7	299 637	-2,0	-2,2
Set	163 124	-0,2	2,6	134 582	-1,2	-14,2	297 706	-0,6	-5,8
Out	168 846	3,5	5,6	133 872	-0,5	-14,8	302 718	1,7	-4,5
Nov	168 655	-0,1	4,2	133 869	0,0	-14,9	302 524	-0,1	-5,2
Dez	184 472	9,4	4,0	147 875	10,5	-14,6	332 347	9,9	-5,2
2016									
Jan	177 893	-3,6	4,5	140 805	-4,8	-13,0	318 698	-4,1	-4,0
Fev	174 192	-2,1	4,9	136 166	-3,3	-12,9	310 358	-2,6	-3,7
Mar	172 127	-1,2	3,7	132 348	-2,8	-11,9	304 475	-1,9	-3,7
Abr	171 085	-0,6	3,9	132 326	0,0	-9,8	303 410	-0,3	-2,5
Mai	170 834	-0,1	4,8	131 937	-0,3	-8,0	302 771	-0,2	-1,2
Jun	170 083	-0,4	3,8	129 056	-2,2	-8,1	299 139	-1,2	-1,7
Jul	171 083	0,6	4,2	133 149	3,2	-5,8	304 232	1,7	-0,5
Ago	170 055	-0,6	4,1	131 432	-1,3	-3,5	301 487	-0,9	0,6
Set	175 358	3,1	7,5	132 346	0,7	-1,7	307 704	2,1	3,4
Out	175 018	-0,2	3,7	136 428	3,1	1,9	311 446	1,2	2,9
Nov	174 381	-0,4	3,4	136 130	-0,2	1,7	310 510	-0,3	2,6
Dez	190 984	9,5	3,5	149 906	10,1	1,4	340 890	9,8	2,6
2017									
Jan	184 374	-3,5	3,6	140 990	-5,9	0,1	325 364	-4,6	2,1
Fev	180 517	-2,1	3,6	135 306	-4,0	-0,6	315 823	-2,9	1,8
Mar	177 171	-1,9	2,9	134 096	-0,9	1,3	311 266	-1,4	2,2
Abr	178 240	0,6	4,2	136 301	1,6	3,0	314 541	1,1	3,7
Mai	177 581	-0,4	3,9	134 978	-1,0	2,3	312 558	-0,6	3,2
Jun	179 394	1,0	5,5	135 567	0,4	5,0	314 961	0,8	5,3
Jul*	181 670	1,3	6,2	137 926	1,7	3,6	319 596	1,5	5,1
Ago*	180 033	-0,9	5,9	133 699	-3,1	1,7	313 732	-1,8	4,1
Sep*	183 776	2,1	4,8	135 078	1,0	2,1	318 853	1,6	3,6

* Dados preliminares.



O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se relativamente estável em 1,25.

Período	Comportamento do público				Comportamento dos bancos		Multiplicador
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$		
2015	Jan	0,51	0,49	0,22		0,29	1,31
	Fev	0,52	0,48	0,23		0,26	1,33
	Mar	0,53	0,47	0,22		0,27	1,31
	Abr	0,53	0,47	0,23		0,27	1,31
	Mai	0,53	0,47	0,23		0,25	1,32
	Jun	0,54	0,46	0,24		0,26	1,30
	Jul	0,54	0,46	0,23		0,26	1,31
	Ago	0,55	0,45	0,24		0,24	1,31
	Set	0,55	0,45	0,25		0,26	1,29
	Out	0,56	0,44	0,26		0,25	1,28
	Nov	0,56	0,44	0,25		0,26	1,28
	Dez	0,56	0,44	0,25		0,24	1,30
2016	Jan	0,56	0,44	0,25		0,27	1,27
	Fev	0,56	0,44	0,26		0,26	1,27
	Mar	0,57	0,43	0,26		0,27	1,26
	Abr	0,56	0,44	0,25		0,25	1,28
	Mai	0,56	0,44	0,25		0,26	1,27
	Jun	0,57	0,43	0,25		0,26	1,26
	Jul	0,56	0,44	0,25		0,25	1,28
	Ago	0,56	0,44	0,25		0,26	1,27
	Set	0,57	0,43	0,26		0,25	1,27
	Out	0,56	0,44	0,26		0,25	1,28
	Nov	0,56	0,44	0,25		0,25	1,28
	Dez	0,56	0,44	0,25		0,25	1,28
2017	Jan	0,57	0,43	0,25		0,29	1,25
	Fev	0,57	0,43	0,26		0,27	1,26
	Mar	0,57	0,43	0,26		0,26	1,25
	Abr	0,57	0,43	0,26		0,25	1,26
	Mai	0,57	0,43	0,26		0,26	1,26
	Jun	0,57	0,43	0,25		0,27	1,26
	Jul	0,57	0,43	0,25		0,26	1,27
	Ago	0,57	0,43	0,26		0,27	1,26
	Set	0,58	0,42	0,26		0,26	1,25

1/ Onde :

- C - Preferência do público por papel-moeda
- PMPP - Papel-moeda em poder do público
- M1 - Meios de pagamento
- D - Preferência do público por depósitos à vista
- DV - Depósitos à vista

R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
 CX - Encaixe de moeda corrente
 R2 - Taxa de reservas bancárias
 RB - Reservas bancárias
 K - Multiplicador da base monetária
 B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos de poupança e títulos privados, cresceu 0,7% em setembro, totalizando R\$2,4 trilhões. Essa

Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2017

variação refletiu os crescimentos de 1,5% no saldo de final de período dos meios de pagamentos restritos (M1), de 0,8% nos depósitos de poupança (saldo de R\$696 bilhões), e de 0,4% nos títulos privados (R\$1,4 trilhão). No mês, a poupança registrou captação líquida de R\$3,7 bilhões e os depósitos a prazo, de R\$5,5 bilhões.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, expandiu-se 0,8%, totalizando R\$ 5,7 trilhões. O saldo das quotas de fundos de renda fixa cresceu 0,9% no período, totalizando R\$3,2 trilhões, enquanto as operações compromissadas recuaram 2,8%, atingindo R\$ 87 bilhões. O M4, conceito que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, apresentou elevação de 0,7% no mês e de 9,4% nos últimos doze meses, somando R\$6,5 trilhões.



Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2017

Período	M1	Depósitos de poupança	Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações compromissadas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	Variação percentual	
										No mês	Em 12 meses
2015 Jan	321 695	663 517	1 142 078	2 127 291	2 002 469	205 757	4 335 516	713 487	5 049 003	1,1	14,3
Fev	318 950	660 210	1 152 157	2 131 317	2 034 298	182 892	4 348 508	712 649	5 061 157	0,2	13,1
Mar	315 860	662 549	1 174 910	2 142 819	2 068 253	174 323	4 385 395	738 442	5 123 838	1,2	13,6
Abr	306 876	650 445	1 178 589	2 135 910	2 095 374	174 911	4 406 195	761 696	5 167 891	0,9	13,5
Mai	305 873	651 079	1 194 905	2 151 857	2 139 333	184 152	4 475 342	771 854	5 247 196	1,5	13,6
Jun	305 973	648 879	1 199 380	2 154 232	2 160 456	165 162	4 479 850	797 277	5 277 126	0,6	12,8
Jul	299 397	650 714	1 211 809	2 161 921	2 185 795	159 489	4 507 205	771 574	5 278 779	0,0	11,7
Ago	297 344	647 540	1 218 523	2 163 406	2 195 620	161 530	4 520 555	795 176	5 315 731	0,7	9,9
Sep	295 811	646 378	1 240 261	2 182 450	2 212 979	163 270	4 558 699	767 408	5 326 107	0,2	9,2
Out	299 193	647 198	1 254 464	2 200 854	2 246 957	176 798	4 624 608	761 177	5 385 785	1,1	9,3
Nov	311 288	649 997	1 259 000	2 220 286	2 255 584	180 555	4 656 424	787 463	5 443 887	1,1	8,9
Dez	334 417	659 006	1 292 304	2 285 727	2 277 823	195 771	4 759 321	794 306	5 553 628	2,0	11,2
2016 Jan	309 171	650 997	1 288 732	2 248 900	2 298 674	204 565	4 752 139	837 384	5 589 522	0,6	10,7
Fev	306 535	648 290	1 292 811	2 247 636	2 343 291	216 718	4 807 645	823 972	5 631 617	0,8	11,3
Mar	300 106	647 003	1 298 270	2 245 380	2 401 044	218 686	4 865 110	861 650	5 726 760	1,7	11,8
Abr	302 381	642 773	1 296 396	2 241 551	2 434 568	213 411	4 889 530	864 845	5 754 375	0,5	11,3
Mai	299 807	640 247	1 313 741	2 253 794	2 459 341	214 016	4 927 151	852 308	5 779 459	0,4	10,1
Jun	300 911	640 680	1 325 513	2 267 104	2 481 750	211 573	4 960 426	872 644	5 833 070	0,9	10,5
Jul	299 911	643 807	1 327 395	2 271 113	2 525 432	211 986	5 008 531	884 410	5 892 941	1,0	11,6
Ago	298 618	643 659	1 339 694	2 281 971	2 575 698	209 969	5 067 637	856 003	5 923 641	0,5	11,4
Sep	307 800	645 433	1 328 813	2 282 046	2 598 593	211 409	5 092 049	851 773	5 943 822	0,3	11,6
Out	308 519	646 801	1 331 117	2 286 437	2 646 961	208 197	5 141 595	853 399	5 994 934	0,9	11,3
Nov	317 699	652 683	1 343 686	2 314 068	2 673 722	193 915	5 181 706	875 505	6 057 210	1,0	11,3
Dez	347 811	669 286	1 354 557	2 371 655	2 736 708	174 992	5 283 355	861 130	6 144 485	1,4	10,6
2017 Jan	312 240	662 201	1 338 968	2 313 409	2 819 887	185 425	5 318 721	822 767	6 141 488	0,0	9,9
Fev	318 903	664 106	1 338 596	2 321 605	2 868 743	168 853	5 359 201	810 449	6 169 650	0,5	9,6
Mar	309 000	662 919	1 357 691	2 329 611	2 936 696	163 247	5 429 554	814 750	6 244 304	1,2	9,0
Abr	311 204	665 181	1 367 642	2 344 027	2 939 325	141 700	5 425 053	846 733	6 271 786	0,4	9,0
Mai	309 454	668 998	1 396 250	2 374 702	2 964 393	132 922	5 472 017	840 548	6 312 565	0,7	9,2
Jun	316 225	678 744	1 413 372	2 408 341	3 000 124	104 402	5 512 867	834 133	6 347 000	0,5	8,8
Jul*	314 688	684 708	1 400 587	2 399 983	3 069 320	91 628	5 560 932	810 613	6 371 545	0,4	8,1
Ago*	309 505	690 411	1 415 573	2 415 489	3 143 572	89 440	5 648 501	806 921	6 455 422	1,3	9,0
Sep*	314 100	696 044	1 421 095	2 431 239	3 172 850	86 944	5 691 033	809 018	6 500 051	0,7	9,4

1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.

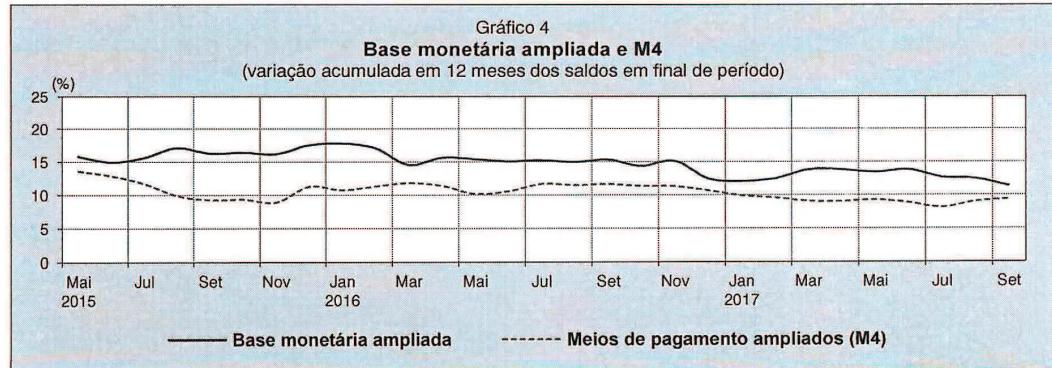
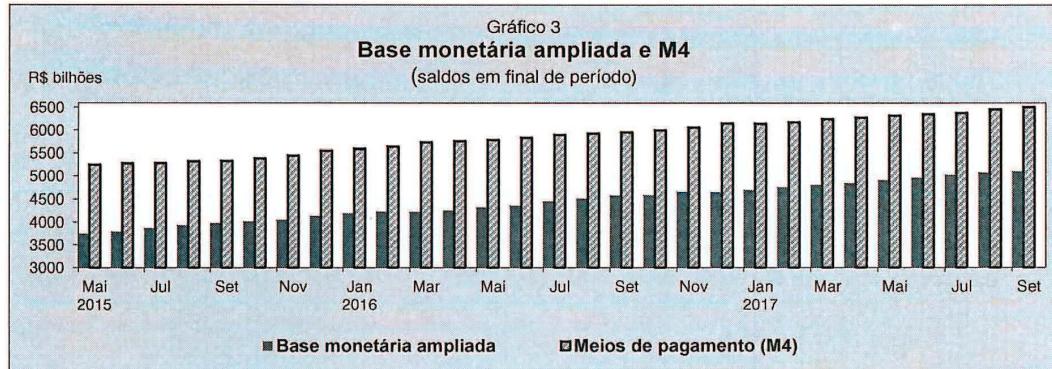
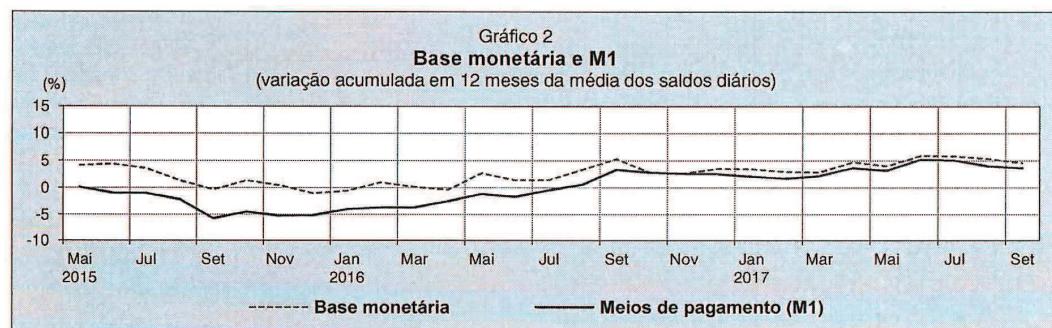
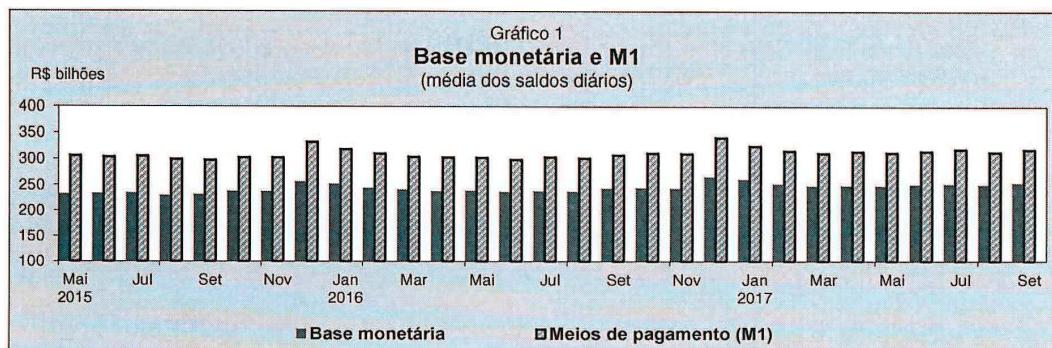
2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

* Dados preliminares

Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2017

V – Anexo



Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2017**B – Relatório de execução da programação monetária**

As metas estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados foram estritamente cumpridas no terceiro trimestre de 2017.

Discriminação	2017			
	Terceiro trimestre			
	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{1/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{2/}	295,9 - 347,4	4,5	318,9	3,6
Base restrita ^{2/}	216,5 - 292,9	4,7	254,4	4,6
Base ampliada ^{3/}	4666,9 - 5478,6	10,9	5092,7	11,3
M4 ^{3/}	5528,0 - 7479,1	9,4	6500,1	9,4

^{1/} Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
^{2/} Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
^{3/} Saldos em fim de período.

Em reunião de 28.9.2017, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a programação monetária para o quarto trimestre de 2017, contemplando estimativas para os principais agregados monetários, conforme a tabela abaixo. As projeções são consistentes com cenário de crescimento da renda e trajetória de taxas de juros compatíveis com a política econômica em curso.



Banco Central do BrasilDemonstrativo das Emissões do Real – Setembro de 2017

Programação monetária			
Discriminação	2017		
	Previsto		
	Ano		
	R\$ bilhões		Variação percentual em 12 meses ^{1/}
M1 ^{2/}	330,9 - 388,4		5,5
Base restrita ^{2/}	239,2 - 323,6		6,0
Base ampliada ^{3/}	4760,9 - 5588,9		11,5
M4 ^{3/}	5633,2 - 7621,4		7,9

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.
 2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
 3/ Saldos em fim de período.



Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.
2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:
 - (I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;
 - (II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;
 - (III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do

Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

Discurso encaminhado à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, na sexta-feira passada, dia 27, apresentei voto de pesar pelo falecimento de Paulo Fonteles Filho.

Paulinho Fonteles, como era conhecido, estava internado há cerca de 15 dias, lutando contra uma broncopneumonia.

Nos deixa após um infarto fulminante, na manhã de quinta-feira (26 de outubro), aos 45 anos. Ele foi vereador em Belém pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Nascido no ano de 1972, em meio aos porões da ditadura militar, dentro de uma prisão no Ministério do Exército, que prendeu e torturou seus pais.

Paulinho ficou conhecido pela defesa dos Direitos Humanos, a garra de luta contra abusos de autoridade, violência e em favor da liberdade da condição humana circulava em seu sangue, fazia parte de sua genética.

Sua mãe, Hecilda, o pariu pesando 37 quilos, foi "cortada e costurada sem anestesia e não disse um ai" como ele mesmo relatou em carta endereçada ao General Mourão.

O ativista político era, também, filho de Paulo Fonteles, professor, advogado e político do Partido Comunista do Brasil (PC do B), morto em junho de 1987.

Em declaração dada em junho deste ano a um portal na internet Paulinho Fonteles declarou: "Em certa medida eu faço a luta pela sobrevivência desde o ventre então sou calejado nisso então a gente tem que tratar isso [as ameaças] com firmeza, não pode se recolher, não pode se acovardar. A capacidade de sobreviver é um milagre".

Ainda menino se interessou pela militância do pai junto aos trabalhadores rurais do Pará.

Com o assassinato de Paulo Fonteles, Paulinho ingressou no Partido Comunista do Brasil.

Ao participar de um debate em Marabá organizado pela juventude comunista, com a presença da veterana comunista Elza Monerat, ele fortaleceu o ativismo.

Era presidente do Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos, blogueiro, escritor, poeta e membro fortemente atuante da Comissão da Verdade do Pará.

A partida prematura causou profunda tristeza na militância comunista, movimentos de direitos humanos, familiares e amigos.

Apesar de ter militado quase toda sua vida política no PCdoB, entre 2007 e 2009 Paulinho Fonteles se filou ao Partido dos Trabalhadores.

Nas redes sociais, amigos e companheiros de trabalho externam a tristeza com a notícia.

O PCdoB também divulgou nota de pesar.

"Paulinho era um dos melhores entre nós, amigo, companheiro, solidário, altaneiro, abnegado, dedicado a luta do povo pondo a sua vida constantemente em risco na defesa dos direitos humanos num Estado dominado pelo latifúndio e pela pistolagem. Sua trajetória nos deixa um legado de sonhos, esperança e luta."

O velório aconteceu na Assembleia Legislativa do estado do Pará e o sepultamento ocorreu na sexta-feira (27) no Cemitério Santa Izabel, na cidade de Belém.

Paulinho Fonteles, Presente!

Era o que tinha a dizer.



Encaminhamento de matérias



A Presidência envia à publicação o texto final dos Projetos de Lei do Senado nºs 138, de 2009; 280, de 2013; 56, de 2014; e 709, de 2015.

As matérias serão remetidas à Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2009

Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor sobre o recebimento de boleto de pagamento em qualquer instituição financeira e por meio de qualquer canal de atendimento, mesmo após a data de vencimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 2º

§ 1º

.....

§ 2º As instituições financeiras que integram o sistema de pagamentos referido no *caput* deste artigo são obrigadas a receber boleto de pagamento de qualquer instituição emissora e por meio de quaisquer dos canais de atendimento da rede bancária, como agências, terminais eletrônicos, telefones celulares e internet, mesmo após a data de vencimento.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.





SENADO FEDERAL

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2013

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Social na área de educação básica pública, sobre a destinação dos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção, e sobre a aplicação de recursos do principal do Fundo Social nas áreas de educação básica pública e de saúde pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 47.

I – da educação básica pública;

.....” (NR)

“Art. 49.

I – a integralidade do valor do bônus de assinatura definido nos contratos de partilha de produção após o desconto da parcela referida na alínea “f” do inciso III do art. 10;

.....” (NR)

“Art. 51.

Parágrafo único. Constituído o FS e garantida a sua sustentabilidade econômica e financeira, o Poder Executivo, na forma



da lei, poderá propor o uso de percentual de recursos do principal para a aplicação nas finalidades previstas no art. 47, na etapa inicial de formação de poupança do Fundo, assegurada a destinação à educação básica pública e à saúde pública de, no mínimo, proporção correspondente à participação relativa dos bônus de assinatura nos aportes totais ao Fundo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 2014

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a formulação e a execução da política de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

XII – a formulação e a execução da política de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações.

.....

§ 4º Entende-se por assistência toxicológica o conjunto de ações e serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento das intoxicações agudas e crônicas decorrentes da exposição a substâncias químicas, medicamentos e toxinas de animais peçonhentos e de plantas tóxicas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 709, DE 2015

Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, a Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, e a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para modificar os critérios de concessão da Bolsa-Atleta e de ingresso no Programa Atleta Pódio, e para estabelecer como padrão o termo “paralímpico” e seus derivados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

§ 3º A Bolsa-Atleta será concedida prioritariamente aos atletas de alto rendimento das modalidades olímpicas e paralímpicas cujas entidades nacionais de administração sejam filiadas, respectivamente, ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) ou ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), e cuja soma de rendimentos seja inferior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos anuais, conforme declaração apresentada no momento da inscrição.

.....

§ 8º Para os efeitos desta Lei, considera-se atleta não profissional o atleta que atua nos termos do disposto no inciso II do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

§ 9º É vedada a concessão da Bolsa-Atleta a atleta estrangeiro, ainda que competindo em equipe nacional.



§ 10. O beneficiário da Bolsa-Atleta poderá ter somente mais uma fonte de financiamento público, tal como patrocínio por empresa pública ou Bolsa-Atleta de alguma das unidades da Federação, não sendo contabilizado, para esse fim, vínculo do atleta com as Forças Armadas.” (NR)

“Art. 3º

.....

§ 3º No ano subsequente ao exercício financeiro em que foi beneficiário da Bolsa-Atleta, o atleta deverá entregar cópia de sua Declaração de Ajuste Anual de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, que será comparada com a declaração apresentada nos termos do inciso IV do *caput* deste artigo, para fins de análise da regularidade das informações prestadas.” (NR)

Art. 2º O inciso IV do *caput* do art. 7º da Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

IV – estar ranqueado na respectiva entidade internacional de administração da modalidade entre os 20 (vinte) primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica;

.....” (NR)

Art. 3º Alterem-se os termos “paraolímpico”, “paraolímpica”, “paraolímpicos”, “paraolímpicas” e “paraolimpíadas” para “paralímpico”, “paralímpica”, “paralímpicos”, “paralímpicas”, “paralimpíadas”, respectivamente, onde couber, na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, na Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e na Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 194, DE 2017

(nº 687/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Trindade, Estado de Goiás.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1567758&filename=PDC-687-2017
- Outros Documentos
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1430353&filename=TVR+64/2016

DESPACHO: À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.



Página da matéria

Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Trindade, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 129, de 14 de março de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão à Universidade Federal de Goiás para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Trindade, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 195, DE 2017

(nº 706/2017, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belém, Estado do Pará.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Projeto original
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1573259&filename=PDC-706-2017
- Demais Documentos
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1565716&filename=TVR+201/2017

DESPACHO: À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.



Página da matéria

Aprova o ato que outorga permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belém, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.519, de 23 de setembro de 2014, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga permissão à Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente



Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 194 e 195, de 2017, serão apreciadas terminativamente pela CCT, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.



Projeto de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 417, DE 2017

Altera a Lei nº 13.463, de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, para estabelecer que a instituição financeira informará previamente aos tribunais e juízes de execução o cancelamento do precatório ou RPV, a fim de que o titular do direito creditório possa se manifestar.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODE/PR)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2017

Altera a Lei nº 13.463, de 2017, que dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, para estabelecer que a instituição financeira informará previamente aos tribunais e juízes de execução o cancelamento do precatório ou RPV, a fim de que o titular do direito creditório possa se manifestar.



SF/17955-30198-40

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os precatórios e as RPV federais cujos valores não tenham sido levantados e que permaneçam depositados por mais de dois anos poderão ser cancelados, observado o disposto neste artigo.

§ 1º As instituições financeiras federais depositárias produzirão trimestralmente relatórios relativos aos precatórios e as RPV federais cujos valores permaneçam depositados junto a elas por mais de dois anos.

§ 2º O relatório de que trata o § 1º será enviado ao Tesouro Nacional e aos Presidentes dos Tribunais, que repassarão as informações relativas a cada depósito ao respectivo juízo da execução.

§ 3º O juízo da execução notificará os credores para que se manifestem no prazo de 30 (trinta) dias acerca do interesse em levantar os recursos.

§ 4º Vencido o prazo do § 3º, o juízo da execução deliberará acerca do cancelamento de que trata o *caput*.

§ 5º Caso o juízo da execução não manifeste oposição no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do relatório de que trata o § 1º, o precatório ou RPV será cancelado, e os valores depositados serão transferidos para a Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 6º Do montante cancelado:

I – pelo menos 20% (vinte por cento) serão aplicados pela União na manutenção e desenvolvimento do ensino;

II – pelo menos 5% (cinco por cento) serão aplicados no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).” (NR)



JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.463, de 2017, prevê, em seu art. 2º, o cancelamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cujos valores, depositados há mais de dois anos pela União, não tenham sido levantados pelos respectivos credores.

O objetivo da norma é aumentar a eficiência da gestão de recursos públicos federais, uma vez que há usos alternativos para esses valores, os quais, não raro, permanecem ociosos por longos períodos em virtude de desinteresse ou inação do credor. Essa norma se mostra especialmente relevante no atual contexto de aguda restrição fiscal, ao permitir o remanejamento de recursos ociosos para o orçamento, sem prejuízo do direito do credor.

Contudo, é importante assinalar que nem sempre o cancelamento dos precatórios e das RPV se justifica. Matéria da página eletrônica *Consultor Jurídico*, publicada no dia 17 de outubro de 2017, sob o título *Bancos cancelam precatórios sem consultar se processos estão parados*, informa que as instituições financeiras não têm alertado o Poder Judiciário nem os credores antes de reverter os valores depositados à Conta Única do Tesouro Nacional.

As situações são variadas, mas há inúmeros casos em que a não efetivação do saque deve-se a razões processuais, e não à inação ou ao desinteresse do credor. Antes do saque, é necessário que o juiz emita o alvará, o que, por sua vez, exclui a hipótese de existência de recurso pendente da própria Fazenda Pública no mesmo processo ou em outro correlato. Há também outros fatores que atrasam o saque, independentemente do empenho do credor. Nesses casos, o cancelamento do precatório ou RPV é indevido, e não poderia ser realizado *ex officio*, sob a presunção de inércia do credor ou de seu representante legal.

Essa não é, contudo, a leitura dos departamentos jurídicos das instituições financeiras depositárias, que enxergam, no art. 2º da Lei 13.463/17, fundamento legal suficiente para efetuar a transferência dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional. Não tem sequer ocorrido a imprescindível comunicação prévia ao Tribunal da intenção de cancelar os créditos.

É difícil não enxergar nessa metodologia uma violação ao direito do credor e um abalo à segurança do nosso sistema jurídico. A persistir como está, esse procedimento tende a incentivar contestações judiciais e sobreregar ainda



SF/17955-30198-40


mais o Poder Judiciário, o que tenderia a gerar efeitos contrários aos pretendidos pela Lei 13.463/17.

Os arts. 44 a 46 da Resolução Nº CJF-RES-2017/00458, de 4 de outubro de 2017, do Conselho da Justiça Federal, procuram reduzir os riscos de surgimento de inconvenientes aos credores, nos seguintes termos:

Art. 44. No caso de requisições cujos valores estejam depositados há mais de um ano, o presidente do tribunal comunicará ao juízo da execução para que os credores sejam intimados.

Parágrafo único. A instituição financeira depositária deverá fornecer periodicamente, por solicitação do tribunal, as informações necessárias ao cumprimento do *caput*.

Art. 45. Com base nas informações fornecidas pelo tribunal, o juízo da execução adotará as providências que entender cabíveis para a ocorrência do saque, respeitada a modalidade de levantamento prevista para a respectiva conta.

Art. 46. Informado ao presidente do Tribunal, pela instituição financeira, o cancelamento da requisição de pagamento, por força da Lei nº 13.463/2017, e comunicado ao juízo da execução, este notificará o credor.

Parágrafo único. Havendo requerimento do credor para a expedição de nova requisição de pagamento, será observada a ordem cronológica originária.

Infelizmente, a medida não é suficiente para afastar os efeitos deletérios da Lei, de cuja leitura efetivamente sobressai a noção de que as instituições financeiras depositárias somente deverão informar os tribunais acerca dos cancelamentos após a sua efetivação, isto é, apenas como fatos consumados – o que, evidentemente, dificulta qualquer ação preventiva por parte do credor e do juízo da execução.

Para superar esse impasse, propomos que a redação do art. 2º da Lei 13.463/17 seja alterada, de forma a explicitar que o cancelamento de precatórios e de RPV fica condicionado à autorização prévia do juízo da execução.

Para viabilizar esse comando, determinamos às instituições financeiras depositárias a prestação das devidas informações, mediante relatório a ser remetido ao Tesouro Nacional e, principalmente, aos Tribunais, que repassarão a cada juízo da execução os dados relevantes.

Somente o juízo da execução, de posse de todos os fatos relativos ao processo que originou o precatório ou RPV, poderá julgar, com isenção e imparcialidade, se a demora em efetivar o saque é fruto da inação do credor –



SF/17955-30198-40

hipótese em que é admissível a transferência dos recursos ao Tesouro Nacional – ou se é imposição de questões processuais – caso em que o depósito deve permanecer intocado.

Para impedir que esse rito impeça, por falta de resposta do juízo da execução, o cumprimento da Lei 13.463/17, estabelecemos prazo máximo de sessenta dias, após o qual eventual silêncio representará autorização tácita para o cancelamento do precatório ou RPV.

Contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta proposição, que, acreditamos, contribuirá tanto para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos quanto para a consolidação da confiança no sistema judiciário brasileiro.

Sala das Sessões,

Senador ALVARO DIAS

SF/17955-30198-40
|||||



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:1917;13463](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1917;13463)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1917;13463>
 - artigo 2º
- [urn:lex:br:federal:lei:2017;13463](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13463)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13463>
 - artigo 2º



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 925, DE 2017

Requer, nos termos do Art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Fonteles Filho. Solicita, também, que o presente voto, extensivo a seus familiares, seja enviado.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO PAIM**REQUERIMENTO N° , DE 2017**

SF/17114.84764-44

Nos termos do Art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEREMOS voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Fonteles Filho.

Paulinho Fonteles, como era conhecido, estava internado há cerca de 15 dias, lutando contra uma broncopneumonia. Nos deixa após um infarto fulminante, na manhã desta quinta-feira (26 de outubro), aos 45 anos, ele que era ex-vereador de Belém pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Nascido no ano de 1972, em meio aos porões da ditadura militar, dentro da prisão do Ministério do Exército, que prendeu e torturou seus pais.

Paulinho ficou conhecido pela defesa de Direitos Humanos, a garra de luta contra abusos de autoridade, violência e em favor da liberdade da condição humana circulava em seu sangue, fazia parte de sua genética.

Sua mãe, Hecilda, o pariu pesando 37 quilos, foi “cortada e costurada sem anestesia e não disse um ai” como ele mesmo relatou em carta endereçada ao General Mourão. O ativista político era, também, filho de Paulo Fonteles, professor, advogado e político do Partido Comunista do Brasil (PC do B), morto em junho de 1987.

Em declaração dada em junho deste ano a um portal na internet Paulinho Fonteles declarou “Em certa medida eu faço a luta pela



2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador PAULO PAIM

sobrevivência desde o ventre então sou calejado nisso então a gente tem que tratar isso [as ameaças] com firmeza, não pode se recolher, não pode se acovardar. A capacidade de sobreviver é um milagre".

Ainda menino se interessou pela militância do pai junto aos trabalhadores rurais do Pará. Com o assassinato de Paulo Fonteles, Paulinho ingressou no Partido Comunista do Brasil. Ao participar de um debate em Marabá organizado pela juventude comunista, com a presença da veterana comunista Elza Monerat, ele fortaleceu o ativismo.

Era presidente do Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos, blogueiro, escritor, poeta e membro fortemente atuante da Comissão da Verdade do Pará. A partida prematura causou profunda tristeza na militância comunista, movimentos de direitos humanos, familiares e amigos.

Apesar de ter militado quase toda sua vida política no PCdoB, entre 2007 e 2009 Paulinho Fonteles se filou ao partido do Trabalhadores.

Nas redes sociais, amigos e companheiros de trabalho externam a tristeza com a notícia. O PC do B também divulgou nota de pesar. "Paulinho era um dos melhores entre nós, amigo, companheiro, solidário, altaneiro, abnegado, dedicado a luta do povo pondo a sua vida constantemente em risco na defesa dos direitos humanos num Estado dominado pelo latifúndio e pela pistolagem. Sua trajetória nos deixa um legado de sonhos, esperança e luta"

O velório aconteceu na Assembleia Legislativa do estado do Pará e o enterro será nesta sexta-feira (27) no Cemitério Santa Izabel, na cidade de Belém-PA.

SF/17114.84764-44





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Paulinho Fonteles, Sempre Presente!

Solicitamos que o presente voto, extensivo a seus familiares, seja enviado para o endereço abaixo:

Avenida Conselheiro Furtado, nº 2275 – Bairro: Cremação,
Belém/PA
CEP: 66040-100

SF/1714.84764-44
|||||

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**



Término de prazo



Encerrou-se no dia 26 de outubro o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 584, de 2007; 334, de 2013; e 227, de 2017.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, Projeto de Lei do Senado nº 584, de 2007, rejeitado, vai ao arquivo; os Projetos de Lei do Senado nºs 334, de 2013; e 227, de 2017, aprovados, vão à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
 Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
 Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
 Bloco-PT - Lindbergh Farias*
 Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

-PMDB - Edison Lobão*
 -PMDB - João Alberto Souza*
 Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
 -PMDB - Jader Barbalho*
 Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
 Bloco-PT - Humberto Costa*
 -PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

-PMDB - Airton Sandoval* (S)
 -PMDB - Marta Suplicy*
 Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
 -PMDB - Zeze Perrella* (S)
 Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
 Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
 Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
 Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
 Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
 Bloco-PT - Paulo Paim*
 Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

-PMDB - Eunício Oliveira*
 Bloco-PT - José Pimentel*
 Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
 -PMDB - Raimundo Lira* (S)
 -PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
 Bloco-PSDB - Ricardo Ferreira*
 -PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
 Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
 -PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
 Bloco-DEM - José Agripino*
 Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
 -PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
 -PMDB - Renan Calheiros*
 Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
 Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
 Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

-PMDB - Eduardo Braga*
 Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
 Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
 -PMDB - Roberto Requião*
 Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
 Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
 Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
 -PMDB - Waldemir Moka*
 -PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
 -PROS - Hélio José* (S)
 -S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
 -PMDB - Valdir Raupp*
 Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
 Bloco-PR - Vicentinho Alves*
 -PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
 Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
 Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
 -PMDB - Romero Jucá*
 Bloco-PTB - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lidice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PROS - 1

Hélio José.	DF
-------------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
PROS.	1
S/Partido.	1
TOTAL .	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Airton Sandoval* (-PMDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Edison Lobão* (-PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)
 Eduardo Braga* (-PMDB-AM)
 Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
 Elmano Férrer** (-PMDB-PI)
 Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (-PROS-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Kátia Abreu** (-PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (-PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
 Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (-S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
 Romário** (Bloco-PODE-RJ)
 Romero Jucá* (-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
 Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

PMDB - 22 Líder Raimundo Lira - PMDB (138) Vice-Líderes Valdir Raupp (142) Simone Tebet (141)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 16 Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,102,140) Vice-Líderes Ricardo Ferreira (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87,128,150) Ataídes Oliveira (75) Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (100) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferreira (78,85,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (103) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Wilder Morais - PP (39,122,130,147) Vice-Líderes Benedito de Lira (105) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (105) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,101) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)	Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (13,19,146) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (52,71,145) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,65,137) Vice-Líder do PODE Romário (136,152)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,58,84,106,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (104) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (110) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (119) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,132,144) Davi Alcolumbre (74,87,128,150) Flexa Ribeiro (131,149) José Medeiros (12,14,18,88,133,143,148) Sérgio Petecão (10,129,151) Wilder Morais (39,122,130,147)	PROS - 1 Líder Hélio José - PROS (42,48,86,155)	Maioria Líder Raimundo Lira - PMDB (138)
Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,115)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).



65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
 66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
 67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
 68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
 69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
 70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
 71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.
 72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
 73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
 74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
 75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
 76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
 77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
 78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
 79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem n° 253/2016 e Memorando n° 104/2016-GSHCST)
 80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
 81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).
 82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
 83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
 84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
 85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
 86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
 87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
 88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
 89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
 90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios n° 14/2016-GLDPT e n° 77/2016-GLPRD).
 91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
 92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo n° 42/2016-GSMC).
 93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
 94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
 95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2017-GSELOP).
 96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
 97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
 98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude da sua desfiliação do partido.
 99. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 11/2017)
 100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
 101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n° 1/2017-GLPSD)
 102. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
 103. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
 104. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
 105. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
 106. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
 107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB n° 1/2017)
 108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n°-2017)
 109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
 110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
 111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
 112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
 113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
 114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
 115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Oficio 2/2017-GLDPT)
 116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
 117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
 118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
 119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
 120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
 121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
 122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
 123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB n° 71/2017)
 124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n° 74/2017)
 125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).

126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
142. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



4) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



5) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemburg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemburg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Sandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Sandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

Prazo final prorrogado: 06/11/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(2,7,9)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁸⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

- * Em 16.08.2017, foi lido o Requerimento nº 647, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 60 dias.
- 1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
- 2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
- 3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
- 4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
- 5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
- 6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).
- 7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).
- 8. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- 9. Em 24.10.2017, o Senador foi designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 226/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Reinalson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



3) CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,13)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,11)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

- Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB)
- Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
- Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB)
- Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD)
- Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
- Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB)
- Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD)
- Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
- Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
- Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
- Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)



12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-3511

E-mail: coceti@senado.gov.br



4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(6,9)
Senador Roberto Requião ^(6,9)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁶⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5. VAGO ^(18,21)
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,14,16)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,17)	1. VAGO ^(4,20)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. ^(8,10,17)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. VAGO ^(5,11,12)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,15)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
15. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
16. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
17. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
18. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maoria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾
Notas:	
* Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.	
1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).	
2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).	
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).	
4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).	
5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).	
6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).	
7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).	
8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).	



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalírio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS).
2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalírio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Álvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloisio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2,16)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: cc@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(5,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Morais, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thières Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferrão foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPDRO).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferrão deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 83, de 2017)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp (2)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- * Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão (7)	1. Senador Renan Calheiros (7,13)
Senador João Alberto Souza (7)	2. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Roberto Requião (7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Romero Jucá (7)	4. VAGO (17,21)
Senador Fernando Bezerra Coelho (21)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (5)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (5)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) (5)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (5)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (5)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (2)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (8)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)
Senador José Agripino (DEM-RN) (8)	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (6)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (6)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (6)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (6)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4) (4,18)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4) 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (3)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3)

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senadora Kátia Abreu (7,9,10)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1) (1,16)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1) 2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. VAGO (7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (17)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1) (2,18)	1. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) (19) 2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
VAGO (6,16)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5,13,19)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
7. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
9. Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
10. Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
11. Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
12. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 61 33034440

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (10)	1. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Airton Sandoval (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (18)
Senador Dário Berger (10)	3. Senador Elmano Férrer (18)
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (17)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (17)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (19)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2, ¹³)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁸⁾

1 ^a Eleição Geral: 19/04/1995	7 ^a Eleição Geral: 14/07/2009
2 ^a Eleição Geral: 30/06/1999	8 ^a Eleição Geral: 26/04/2011
3 ^a Eleição Geral: 27/06/2001	9 ^a Eleição Geral: 06/03/2013
4 ^a Eleição Geral: 13/03/2003	10 ^a Eleição Geral: 02/06/2015
5 ^a Eleição Geral: 23/11/2005	11 ^a Eleição Geral: 30/05/2017
6 ^a Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾	4. ^(I)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(2,3,9,12)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,5,13)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ^(2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,17)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)	

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
- A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER,lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
- Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1^a Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
- O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

REDE

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

PTC**PODE**

PROS**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 23/03/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE

PROS



Atualização: 01/06/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



PROS

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PSB

VAGO

PDT

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

PCdoB

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

REDE

PTC

PODE

PROS

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*, Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

PTC

PODE

PROS

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*, Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE**PTC****PODE****PROS****Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

*, Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

- 1ª Designação: 16/11/1995
- 2ª Designação: 30/06/1999
- 3ª Designação: 27/06/2001
- 4ª Designação: 25/09/2003
- 5ª Designação: 26/04/2011
- 6ª Designação: 21/02/2013
- 7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE

PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE

PROS



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE

PROS

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

VAGO

PCdoB

VAGO

PDT

VAGO

PMDB

VAGO

PP

VAGO

PPS

VAGO

PR

VAGO

PRB

VAGO

PSB

VAGO

PSC

VAGO

PSD

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE

PROS

Atualização: 01/06/2016

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PDT

PSB

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PSC

PRB

REDE

PTC

PODE

PROS

Notas:

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

